



BANCADA DO PT NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO

Liderança do PT na
Alesp (Organização)



**LIDERANÇA DA BANCADA DA
FEDERAÇÃO PT/PCdoB/PV
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO
LEGISLATURA 2023-2026**

Ana Perugini
Beth Sahão
Donato
Dr. Jorge do Carmo
Eduardo Suplicy
Enio Tattó
Emídio de Souza
Leci Brandão
Luiz Cláudio Marcolino
Luiz Fernando
Márcia Lia
Maurici
Paulo Fiorilo
Professora Bebel
Reis
Rômulo Fernandes
Simão Pedro
Teonilio Barba
Thainara Faria

Líder da bancada:
Paulo Fiorilo

**4 DÉCADAS: BANCADA DO PT NA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO
PAULO**

Coordenação editorial:
Mônica Cristina Araújo Lima Horta
Raquel Queiroz Dreguer

Redação e revisão:
Edmundo Machado de Oliveira
Fernando Duarte Caldas
Lauana Simplício Pereira
Maria do Rosário da Silva Mendez
Marisilda Silva
Mônica Cristina Araújo Lima Horta
Raquel Queiroz Dreguer

**Projeto gráfico e editoração
eletrônica:**
Fernando Duarte Caldas

Pesquisa e apoio editorial:
Geovana Maria de Oliveira Silva
Jacqueline Regina Cria
Jessica Martins
Tania Luiza Aquino de Almeida Barros

Fotos e imagens:

Acervo da Apeoesp/Regina Vilela
Acervo da Fundação Perseu Abramo
Divisão de Biblioteca e Acervo
Histórico da Alesp
Acervo pessoal e imagens públicas
Agência de Notícias da Alesp
Douglas Mansur
Elineudo Meira
Geovana Maria de Oliveira Silva
Lucas Porto
Ricardo Stuckert
Vera Jursys

Impressão: Versa Print Comunicação
Visual Ltda. CNPJ 57.764.030.0001-91

Março de 2025

Todos os direitos reservados à
Liderança do PT na Assembleia
Legislativa do Estado de São Paulo:
avenida Pedro Álvares Cabral, 201,
salas M01 a M05 - 04097-900 - São
Paulo – SP – Brasil – telefone (11)
3886-6442 – endereço eletrônico
liderancapt@al.sp.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

4 Décadas [livro eletrônico] : bancada do PT na
Assembleia Legislativa de São Paulo /
organização Liderança do PT na Alesp ;
coordenação Raquel Queiroz Dreguer, Mônica
Cristina Araújo Lima Horta. -- São Paulo :
Ed. dos Autores, 2025.
PDF
Vários colaboradores.
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-01-34999-2
1. Partido dos Trabalhadores (Brasil) -
História 2. Partidos políticos - História -
Brasil 3. São Paulo. Assembleia Legislativa
I. Liderança do PT na Alesp. II. Dreguer, Raquel
Queiroz. III. Horta, Mônica Cristina Araújo Lima.
25-255360 CDD-324.28107

Visite nossa página
pt-assembleia-sp.org

Índices para catálogo sistemático:

1. Partido dos Trabalhadores : História : Brasil
324.28107

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



BANCADA DO PT
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DE SÃO PAULO

- 
- 4** Prefácio
6 Apresentação
- 11** Abertura democrática e criação do PT
- 21** Mandatos parlamentares defendem o interesse público e garantem direitos
- 31** São Paulo entregue a uma ilusão
- 43** Lula é presidente e PT lidera oposição em São Paulo
- 57** Do crepúsculo ao réquiem
- 63** Resistência ao autoritarismo, à violência e à destruição do público
- 76** Líderes do PT
- 78** Biografias: Deputadas e deputados petistas em 4 décadas
- 185** Agradecimentos

PREFÁCIO

Após mais de 40 anos de presença contínua do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo, eis um livro que documenta a memória da representação política da classe trabalhadora no principal parlamento estadual brasileiro.

O PT brotou em cada canto do Brasil de maneira autônoma, refletindo necessidades locais e conformando uma teia nacional de lutas. A pluralidade de experiências foi a marca indelével dos anos primaveris do PT.

Todavia, em São Paulo, o PT contou naturalmente com a força das greves do ABC. E como em outros lugares, também hauriu sua força do movimento de mulheres das periferias, das Comunidades Eclesiais de Base, de trabalhadores da cultura, educadores, ambientalistas, militantes negros e LGBT, do movimento estudantil, dos sem-terra e tantos outros.

O Estado de São Paulo concentrou representações de movimentos sociais de todo o Brasil e aqui o PT estabeleceu sua sede nacional por longos anos. Também em São Paulo o debate programático e as lutas políticas e sindicais adquiriram uma enorme densidade. A luta institucional, que desde o início foi um braço imprescindível da estratégia de construção partidária, ao lado das

“A luta institucional, que desde o início foi um braço imprescindível da estratégia de construção partidária, ao lado das lutas sociais nos bairros, comunidades, sindicatos, escolas etc., refletiu-se na crescente presença de petistas nos parlamentos e nas prefeituras. E os mandatos, por outro lado, apoiavam as lutas das bases petistas.”

lutas sociais nos bairros, comunidades, sindicatos, escolas etc., refletiu-se na crescente presença de petistas nos parlamentos e nas prefeituras. E os mandatos, por outro lado, apoiavam as lutas das bases petistas.

Na sua primeira eleição em 1982 o PT elegeu apenas oito deputados federais, mas seis por São Paulo. Para as assembleias legislativas foram eleitos 12 petistas, sendo nove em São Paulo; e para as câmaras municipais 118 vereadores, dos quais 78 em São Paulo.

Antes mesmo da eleição dos primeiros deputados e deputadas estaduais paulistas, o PT já possuía uma bancada de seis parlamentares que migraram do antigo MDB.

Aquela força parlamentar exprimia a organização partidária, pois não havia liberdade de campanha nos meios de comunicação (a Lei Falcão ainda vigorava) e a presença da militância nas panfletagens, passeatas, comícios e arrecadação de fundos era essencial. Em 1982 o PT lançou 67 candidatos à Assembleia Legislativa de São Paulo. Naquele ano o PT paulista possuía 6.441 militantes em 272 núcleos de base. O número de filiados era 70.933.

Desde então, aquele momento inicial se desdobrou na formação do mais importante partido do Brasil e cuja presença em São Paulo, mesmo na oposição, foi marcante. Contudo, este livro documenta não apenas uma trajetória de lutas parlamentares. A leitora e o leitor encontrarão um obstinado trabalho de oposição à ditadura, aos sucessivos governos que mantiveram métodos autoritários mesmo na democracia e à contrarrevolução neoliberal capitaneada pelo PSDB.

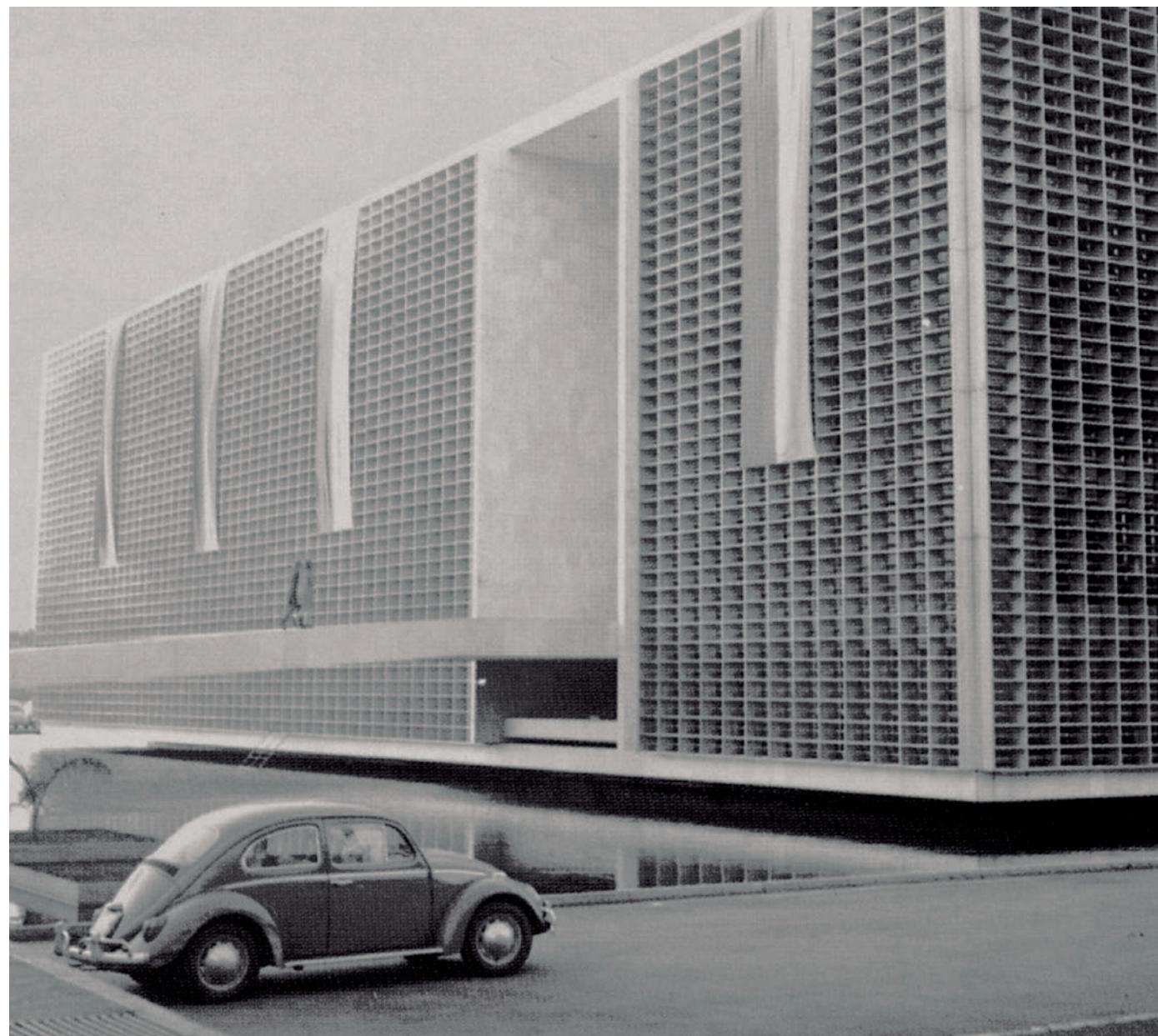
Este livro mostra bem que o PSDB, ao contrário do que se imagina, jamais foi social-democrata. Ele surgiu de uma

dissidência pragmática no interior do PMDB e se tornou em 1994 a ponta de lança do neoliberalismo: uma agremiação de centro direita que terceirizou serviços públicos essenciais, privatizou bancos estaduais e desmantelou ou sucateou a infraestrutura de transportes do Estado, como a malha ferroviária. Um partido que destruiu o que pode da educação paulista, apesar da resistência do professorado.

O livro registra o momento em que a “nau tucana vai a pique” quando toda a imprensa corporativa imaginava destruir o PT após mais de uma década de criminalização do Partido.

Mas o PT continuou, como se poderá ver neste livro ricamente ilustrado com fotografias históricas, linha do tempo e biografias dos representantes parlamentares petistas ao longo de quatro décadas. Um acervo único, pois as biografias revelam a diversidade das bancadas, em termos de origem regional e social, de natureza racial e de gênero, de profissão e de motivações políticas que conduziram aquelas futuras lideranças ao PT. São mais de 40 anos de história. E muitos os momentos de luta.

Lincoln Secco é professor do Departamento de História da USP e autor de História do PT (Ateliê Editorial)



APRESENTAÇÃO

Contar a história do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (PT) pelo olhar do maior parlamento da América Latina, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Este livro nasce da ideia de resgatar e documentar essa narrativa de resistência, lutas e conquistas. Reflete e chama à reflexão dos leitores o papel do PT na política estadual e nacional, a partir da atuação da bancada petista na Alesp, ao longo de mais de 40 anos.

A origem do PT está profundamente ligada às grandes greves do movimento sindical na região do ABC paulista no final da década de 1970 e início de 1980 e à luta pela democracia. Movimentos liderados por sindicalistas como Luiz Inácio Lula da Silva, lideranças de partidos e organizações de esquerda, intelectuais, artistas e militantes católicos ligados à Teologia da Libertação formaram a base deste novo partido político, fundado em 1980. O objetivo era representar a classe trabalhadora brasileira dentro do processo de redemocratização do Brasil, e a Assembleia Legislativa de São Paulo acabou por ser surpreendida por essa construção partidária antes mesmo da fundação do partido.

Já em 1980, a Alesp contou com



Líder Paulo Fiorilo participa de manifestação de servidores estaduais

a presença de parlamentares que abraçaram a iniciativa. Deputados eleitos pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na legislatura de 1978 migraram para o PT, como Eduardo Suplicy, Geraldo Siqueira, Irma Passoni, João Baptista Breda, Sérgio Santos e Marcos Aurélio Ribeiro, criando uma base para a representação do partido no legislativo antes mesmo de sua primeira participação em eleições, em 1982.

Ao longo das décadas seguintes, o PT se firmou como uma força permanente na Alesp. Desde 1982 até 2022, o partido elegeu representantes em todas as eleições proporcionais: advogados, professores, trabalhadores de fábrica, sindicalistas, médicos, bancários, cientistas sociais, economistas, empresários, engenheiros, jornalistas, arquitetos, auxiliar de cozinha, gráfico, psicóloga, agrônomo, geólogo, geógrafo, investigador de

polícia, profissionais liberais e cantora. Sua diversidade foi ampliada a cada legislatura, com o aumento progressivo de parlamentares mulheres, negros e negras, LGBTQIAPN+, entre outras representações.

Neste tempo todo, a Alesp tem sido palco de intensos debates e marcos legislativos, como a promulgação da Constituição do Estado de São Paulo, em 1989, um feito da ação coletiva dos deputados e deputadas constituintes. Porém, também tem sido um lugar de resistência, como aconteceu em 2024, quando a bancada do PT se posicionou contra a redução do percentual de 30% para 25% de recursos do orçamento estadual para a educação. Aliás, não é de hoje que o embate no parlamento tem sido duro, na base da truculência, gás lacrimogêneo e lágrimas.

O PT, historicamente, tem sido uma bancada de oposição no Estado, denunciando e resistindo aos governos liberais, neoliberais e de extrema direita que governam São Paulo. As lutas para garantir representatividade nos espaços internos da Alesp, como a Mesa Diretora, as Comissões Permanentes, CPIs, a creche, a Ouvidoria da Mulher

“Ao documentar esta trajetória, este livro pretende ser mais do que um acervo físico da história do PT na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. É um registro vivo da memória, aprendizado e resistência da luta institucional em São Paulo.”

e o SOS Racismo, são marcas do papel relevante do PT na Assembleia de São Paulo.

Nas páginas deste livro buscamos resgatar, em diferentes períodos, as características conjunturais da época e a atuação da bancada petista em cada uma delas: as pautas, os avanços, as denúncias, as conquistas e as derrotas. Apresentamos, também, de forma sucinta, a biografia de cada um e cada uma dos 105 deputados e deputadas estaduais com assento na Assembleia Legislativa de São

Paulo pelo PT, com um honroso complemento comunista da nossa deputada Leci Brandão, do PCdoB, que atualmente compõe a Federação PT/PCdoB/PV.

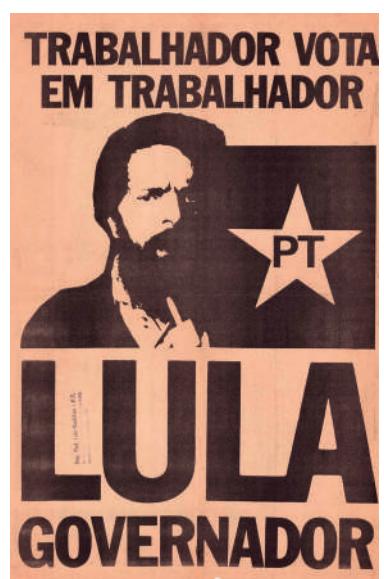
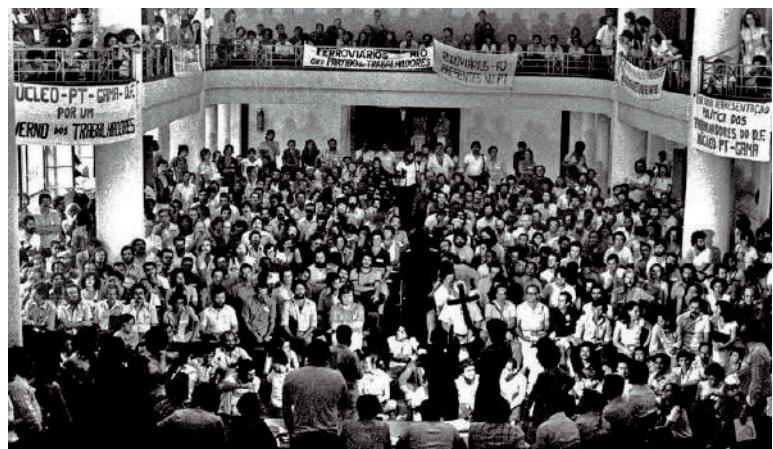
Ao documentar esta trajetória, este livro pretende ser mais do que um acervo físico da história do PT na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. É um registro vivo da memória, aprendizado e resistência da luta institucional em São Paulo.

Recordar o ontem, viver o hoje e acreditar no amanhã. Ser representante parlamentar, escolhido pelo voto popular, nos dá a oportunidade de dialogar com quem pensa como nós e com os que pensam diferente de nós. É nossa tarefa denunciar retrocessos e apresentar novas perspectivas de luta para os desafios impostos em cada momento histórico. Há muito trabalho pela frente até que cada cidadão e cidadã deste estado tenha seus direitos garantidos e respeitados. A luta continua, sempre.

Paulo Fiorilo
Líder da Federação PT/
PCdoB/PV na Assembleia
Legislativa de São Paulo



1986



Abertura democrática e criação do PT

Fotos à esquerda: 1) reunião do PT no Colégio Sion (1980); 2) delegados de 17 estados participam da reunião do Colégio Sion; e 3) cartaz da campanha de Lula a governador de São Paulo, em 1982

Fotos à direita: em cima, 4) inauguração do PT na Alesp, com Marcos Aurélio Ribeiro, Eduardo Suplicy, Lula e Sérgio Santos (03set1980); abaixo, 5) comício da campanha de Lula a governador, nas eleições de 1982.

A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 10 de fevereiro de 1980, surge da esperança de mudança, após um longo período de mobilização social no combate à ditadura militar brasileira (1964-1985). Reunidos no Colégio Sion, 400 delegados de 17 estados idealizaram um partido cuja organização envolveu diversos setores da sociedade, tais como líderes operários e de movimentos populares, militantes de organizações de esquerda, lideranças religiosas, intelectuais, artistas, estudantes entre outras organizações de luta pela redemocratização do Brasil, após um dos períodos mais repressivos da história do nosso país, o regime militar.

A ditadura militar iniciou-se em 31 de março de 1964, quando as Forças Armadas brasileiras depuseram o presidente eleito João Goulart, em reação cívico-militar às reformas estruturais propostas por seu governo progressista. No dia 2 de abril, um triunvirato composto pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e o general Artur da Costa e Silva (Exército) assumiu o comando do país. Em 15 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castello Branco, assumiria a presidência

da República, até 1967.

Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores mobilizados à esquerda do espectro político, como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (Une), as Ligas Camponesas e as organizações de militantes comunistas e católicos. Milhares de pessoas foram presas ilegalmente e a ocorrência de casos de tortura foi comum.

Os militares governam por Atos Institucionais (AI) e, em 1965, o AI-2 extinguiu os partidos políticos existentes, impôs a eleição indireta para presidente da República e o bipartidarismo. A disputa política passou a ser exercida por dois grandes partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O primeiro seria o representante das forças políticas ligadas ao regime militar e o segundo, da oposição, que viria a abrigar uma série de grupos de centro e esquerda que lutavam pela redemocratização do país.

O AI-4 atribuiu função de poder constituinte ao Congresso Nacional, que após a cassação dos opositores outorgou uma nova Constituição, em 15 de março de 1967.



14



Eduardo Suplicy (1981)



Deputado Paulo Diniz e deputada Irma Passoni com o governador Franco Montoro - praça da República, SP (26mar1986)

1980 a 1986

O mais severo dos atos institucionais, o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, proibiu a garantia de habeas corpus em casos de crimes políticos, decretou o fechamento do Congresso Nacional, impôs o estado de sítio por tempo indeterminado e promoveu a demissão de pessoas do serviço público, a cassação de mandatos, o confisco de bens privados e a intervenção em todos os estados e municípios.

No Estado de São Paulo, o AI-5 resultou na cassação, em 6 de junho de 1966, do governador eleito Ademar de Barros. Para seu cargo, o governo militar indicou Laudo Natel, que exerceu o mandato até 31 de janeiro de 1967. Também se iniciou nesse período um amplo processo de cassação dos parlamentares. Ao todo no período militar, 36 deles tiveram os seus direitos políticos cassados na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Em 1969, a Assembleia seria fechada pelo Ato Complementar 47, de 7 de fevereiro, e só viria a ser reaberta pelo Ato Complementar 85, de 20 de maio de 1970. Embora os legislativos do país tenham se tornado os únicos poderes com representantes ainda eleitos diretamente, quando os deputados voltaram a exercer seus mandatos um novo arcabouço legal restringiu os poderes parlamentares.

As assembleias legislativas ficaram impedidas de decidir sobre matérias administrativas ou financeiras e os projetos do Executivo passaram a contar com o decurso de prazo. Se as proposições não fossem apreciadas em 30 dias, seriam automaticamente aprovadas sem votação.

Passado o período mais duro do AI-5, entre 1968 e 1973, os movimentos estudantil e operário ganharam as ruas com maior intensidade. A partir de 1974 e 1975, protestos desafiam o governo militar ante o assassinato do estudante de geologia Alexandre Vannucchi Leme, do jornalista Vladimir Herzog e do operário Santo Dias. Em maio de 1977, estudantes e trabalhadores que se preparavam para as manifestações do Dia do Trabalhador na região do ABC foram presos. Em represália e repúdio à ação dos agentes da ditadura, muitos protestos foram organizados.

Nas duas primeiras eleições para o legislativo, em 1966 e 1970, o partido do governo, Arena, obteve a maioria dos votos. Já em 1974 o MDB sairia vencedor de forma surpreendente; em 1978, já demonstrando um claro acúmulo de forças em oposição ao regime, houve uma vitória ainda maior do MDB, apesar do chamado “pacote de abril” de 1977, que cancelou as eleições diretas para governador, criou os senadores biônicos e apenas permitiu as eleições de

deputados, federais e estaduais. O AI-5 foi revogado em 1978, restabelecendo-se parte dos direitos políticos.

Em 1978, explodem as greves operárias na região do ABC, lideradas por Luiz Inácio da Silva. Praticamente todo o ano foi tomado por greves operárias, que depois atingiram outras categorias como bancários, professores e petroleiros em várias regiões do país.

O eixo central defendido pelos grevistas consistia no fim do arrocho salarial, a autonomia sindical e o direito de greve. O movimento dos trabalhadores e os movimentos populares se fortaleceram e passaram a reivindicar melhoria de salários, manutenção dos empregos, atendimento de saúde, habitação e implantação de infraestrutura nos bairros periféricos.

Em março de 1979, em eleições indiretas, o general João Baptista Figueiredo assumiu a Presidência da República. Em seu governo foram aprovadas a lei de anistia (Lei nº 6683) e a reforma partidária (Lei nº 6767). Inconformados, setores da extrema-direita passaram a orquestrar atentados terroristas a bomba para desestabilizar a reabertura política.

1980 a 1986

Eleição das primeiras bancadas do partido na Alesp

O fim do bipartidarismo e a consequente retomada do pluripartidarismo possibilitou o ressurgimento e a criação de vários partidos políticos, entre eles o Partido dos Trabalhadores (PT). A primeira bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo foi composta por parlamentares que se elegeram em 1978 pelo MDB e migraram para o PT em 1980: Eduardo Suplicy, Marcos Aurélio Ribeiro, Irma Passoni, Geraldo Siqueira, João Baptista Breda e Sérgio Santos.

A nova bancada do PT instituiu a ação partidária unificada: os parlamentares discutiam os projetos e problemas pautados e todos deveriam se posicionar segundo a orientação da maioria. Marcos Aurélio Ribeiro foi o primeiro deputado a se tornar líder da bancada do PT na Alesp.

O líder e sua equipe tinham como função coordenar os trabalhos, elaborar pareceres, estudos e proposições legislativas, acompanhar o andamento do processo legislativo e prestar assessoria técnica à bancada. Marcos Aurélio também integrou as comissões de Constituição e Justiça e de Redação e dedicou-se a organizar a relação entre a oposição dentro do parlamento e a luta dos movimentos sociais pela igualdade social e redemocratização do país, além da construção do próprio partido.

Marcos Aurélio protagonizou um dos principais debates públicos dos anos 1980: a transferência da capital para o interior de São Paulo. Era o que determinava uma disposição transitória da Constituição do Estado de 1967. Mesmo depois de revogada, em 1969, os rumores sobre uma nova capital continuavam disseminados. O projeto foi encampado pelo então governador Paulo Maluf (1979-1982). Em 23 de abril de 1980, o deputado Marcos Aurélio, relator da PEC 60/1979 na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Alesp, emitiu um extenso parecer pela rejeição da matéria.

Outro exemplo da prática renovadora dos petistas na Assembleia foi a atuação da deputada Irma Passoni, que levou para o parlamento paulista sua articulação com os movimentos populares, a compreensão dos problemas cotidianos vividos pelas mulheres e seu compromisso com a área de educação. Esta postura interferiu na própria estrutura da Alesp. Em 1979, a deputada liderou a reivindicação das deputadas e das funcionárias da Casa por um local adequado para deixar as crianças enquanto trabalhavam. A luta resultou no Ato da Mesa Diretora 0557/1980, criando a Unidade de Assistência e Educação Infantil, ou a creche da Assembleia, como era chamada.



Geraldo Siqueira (no centro), eleito em 1978 pelo MDB, foi um dos seis deputados que migraram para o PT em 1980



Deputado José Cicote (1984)





A defesa dos movimentos sociais e a denúncia da repressão aos trabalhadores

A bancada desse período atuou principalmente na fiscalização das contas públicas do governo Paulo Maluf, na investigação das verbas encaminhadas para empresas públicas como a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e no controle dos recursos gastos pelas secretarias de Estado. Aprovou a obrigatoriedade da inclusão de pelo menos um representante dos funcionários na diretoria das sociedades anônimas em que o estado fosse acionista majoritário, eleito pelos próprios trabalhadores. Outros temas relevantes foram levados ao plenário pelo parlamentar João Baptista Breda, pioneiro na luta pela universalização dos tratamentos relativos à saúde mental e militante contra a discriminação ao segmento LGBTQIAPN+.

No biênio 1983-1985, o deputado Sérgio Santos passou a representar o PT na Mesa Diretora da Alesp, ocupando o cargo de segundo secretário da instituição. Santos capitaneou a articulação com o movimento dos sem-terra do Pontal do Paranapanema e lutou pela instauração da Comissão de Inquérito da Freguesia do Ó, para investigar as célebres agressões aos moradores daquele distrito da capital por um grupo paramilitar organizado

1980 a 1986

no governo Paulo Maluf, em 1980. A partir da década de 1980, intensificou-se a produção legislativa por direitos das mulheres, crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, entre outros segmentos sociais.

Em 1982, na primeira eleição direta majoritária desde 1965, o PT lançou Luiz Inácio Lula da Silva como candidato a governador do Estado, em ato realizado na Assembleia Legislativa. O eleito foi Franco Montoro (1983-1985), candidato do MDB.

A primeira bancada eleita pelo PT na Assembleia Legislativa de São Paulo era composta por José Cicote, Expedito Soares, Eduardo Jorge, Anízio Batista, Marcos Aurélio Ribeiro, Sérgio Santos, Paulo Frateschi, Paulo Diniz e Geraldo Siqueira.

Geraldo Siqueira seria o segundo líder na Assembleia, após sua reeleição. Nesse período, sua atuação priorizou o apoio aos movimentos sociais e a denúncia da repressão aos trabalhadores. Desde 1979, quando aconteceram novas greves dos operários do ABC, Siqueira foi ao sindicato disposto a participar dos piquetes de madrugada e repercuti-los no parlamento.

Anízio Batista, líder operário, também encampou a luta dos sem-terra, levando ao plenário suas reivindicações e denunciando a repressão policial

ainda vigente no país. Articulado com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), apontou inúmeras vezes em plenário a condição precária em que os trabalhadores das lavouras de cana-de-açúcar eram mantidos no Estado de São Paulo.

Geraldo Siqueira, membro da Comissão de Meio Ambiente, pautou discussões inovadoras para a época, chegando a se contrapor à instalação de uma usina nuclear em Itanhaém. Foi dele a iniciativa que levou à Lei 4.738/1985, que propunha a preservação permanente das florestas heterogêneas primárias existentes em áreas de propriedade do Estado de São Paulo.

Em 1983, o deputado Expedito Soares encampou a investigação da denúncia realizada pelo padre Ricardo Rezende Figueira, da CPT em Conceição do Araguaia, sobre as péssimas condições de trabalho na fazenda do empreendimento agropastoril da Volkswagen, no Pará.

Nessa legislatura, o PT passou a ocupar a 2ª vice-presidência da Alesp, entre 1985 e 1987, com a indicação de José Cicote. A bancada legislou a favor da melhoria das condições de trabalho para os profissionais da educação e para o funcionalismo público em geral. Denunciou a precarização do magistério

e a repressão do governo paulista ao movimento dos professores.

O Projeto de Lei Complementar 19/1983, do deputado Paulo Frateschi, originou a Lei Complementar 375/1984, criando o Conselho de Escola de natureza deliberativa, um passo muito importante, principalmente no contexto autoritário de um país que ainda estava saindo de uma ditadura. A proposta buscava transferir para o ambiente escolar a prática democrática e participativa que a sociedade brasileira almejava. O conselho deveria ser composto pelo corpo administrativo da escola, mas também por representantes dos funcionários, professores, alunos e pais.

O Movimento pelas Diretas Já também mobilizou a bancada do PT em 1984. A pauta ganhou força, embalou a esperança de muitos brasileiros e abriu caminho para a redemocratização. Ainda em 1983, o cenário de uma possível abertura ganhou força com a apresentação, pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), de emenda constitucional restabelecendo o voto direto para presidente da República. A iniciativa ultrapassou as galerias do Congresso Nacional, em Brasília, e se espalhou pelas ruas do país. A intensa movimentação repercutiu no parlamento

1980 a 1986

Diretas Já: a luta pelo voto direto

paulista. Projetos apoiando o retorno do voto direto foram apresentados na Casa e o plenário Juscelino Kubitschek foi palco de vários eventos nesse sentido. A Mesa Diretora da Alesp da época era composta pelo presidente deputado Néfi Tales, do Partido Democrático Social (PDS), o 1º secretário, Vanderlei Macris, do Partido Democrático Brasileiro (PMDB), e Sérgio Santos, do Partido dos Trabalhadores (PT), 2º secretário, e apresentou, em 25 de agosto de 1983, um projeto de resolução para a realização de um Painel de Debates sobre Dívida Externa, Fundo Monetário Internacional e Eleições Diretas. Os parlamentares consideraram que esses eram “assuntos da maior atualidade e da maior importância para a vida de todos os cidadãos”. O projeto foi aprovado em plenário no dia 19 de dezembro daquele ano. Outra iniciativa foi o Projeto de Lei 192/1984, de autoria do deputado Geraldo Siqueira, que considerava como “não amigo do povo do Estado de São Paulo, nem merecedor de seu respeito”, qualquer deputado federal ou senador que, por ação ou omissão, impedissem a aprovação da emenda constitucional das eleições diretas no Congresso Nacional. A justificativa do projeto trazia os números de uma pesquisa do Instituto Gallup sobre a

ampla aceitação das eleições diretas pela população do Estado.

No dia 25 de abril de 1984, a votação em Brasília começou por volta das 23 horas. No plenário Juscelino Kubitschek da Alesp os deputados estaduais reuniram-se em sessão extraordinária, mantendo uma vigília cívica para acompanhar o que acontecia no Congresso Nacional. Da tribuna, informavam as parciais da votação. Exatamente às 3h01 da madrugada do dia 26 de abril o presidente Néfi Tales reabriu a sessão no plenário e informou aos deputados que a emenda não havia sido aprovada. A eleição presidencial brasileira de 15 de janeiro de 1985 foi a última realizada de forma indireta, por meio de um colégio eleitoral, numa disputa entre Tancredo Neves, do MDB, e Paulo Maluf, do PDS. Tancredo foi o escolhido pelo Colégio Eleitoral, mas veio a falecer em 21 de abril do mesmo ano. José Sarney, seu vice, assumiu a presidência, e o Brasil só voltaria a escolher seu presidente por meio do voto direto em 1989.





Bancada do PT, na sessão de instalação da Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo: José Dirceu, Lucas Buzato, Expedito Soares, José Machado, Luiza Erundina, Ivan Valente, Telma de Souza, José Cicote, Clara Ant e Roberto Gouveia (18out1988)

Mandatos parlamentares defendem o interesse público e garantem direitos

Em 1º de fevereiro de 1987, instalava-se no Brasil a Assembleia Nacional Constituinte, que seria concluída com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, concebida durante o processo de democratização que pôs fim à ditadura militar (1964-1985). Nesse cenário, teve início a legislatura que trouxe à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) a segunda bancada eleita do Partido dos Trabalhadores (PT).

Três mulheres e sete homens com forte articulação com os movimentos sociais, populares e sindicais tinham missões diversas a cumprir.

O PT preparou-se para a Constituinte nacional; apresentou uma proposta de Constituição com base em anteprojeto elaborado por Fábio Konder Comparato sobre o qual a executiva nacional do partido havia trabalhado desde 1986. O deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva, no discurso de setembro de 1988, que anuncia a decisão do PT de assinar a Constituição, mas, votar contra o texto, afirma que o partido entendia que a “composição da Constituinte não seria favorável aos projetos políticos da classe trabalhadora brasileira, tampouco seria favorável àqueles que sonharam ter uma Constituição a mais progressista possível”.

O projeto de Constituição do PT não era,

de forma alguma, dizia Lula, um projeto socialista; estava “nos parâmetros permitidos pelo capitalismo, mas entendíamos que poderíamos, mesmo dentro do sistema capitalista, minorar o sofrimento da classe trabalhadora brasileira”. Lula criticou o tratamento retrógrado dado aos camponeses e à reforma agrária e a manutenção de privilégios para os militares e ressaltou que cerca de 200 artigos seriam regulamentados por legislação ordinária ou lei complementar e que, portanto, era preciso que as forças progressistas estivessem atentas.

Em 1988-1989, a bancada estadual do PT tinha a missão de, nas brechas da Constituição Federal, impedir retrocessos e garantir avanços na Constituinte estadual.

Por outro lado, a profunda crise econômica persistia, corroendo salários e subtraindo empregos. Acirrava-se, ainda, a disputa de concepções de desenvolvimento. E a opção liberal, que ganha as eleições presidenciais de 1989 contra Lula, radicaliza-se nos governos neoliberais da década de 1990.

A privatização de empresas públicas do setor financeiro, de energia, de comunicações, transportes e saúde trouxe prejuízos para o direito dos cidadãos dos estados brasileiros de acessar serviços públicos de qualidade, e a centralização da política e da gestão

1987 a 1994

30% da bancada são mulheres

promoveu a perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual (Estudos Estados Brasileiros, da Fundação Perseu Abramo, 2014).

Esses efeitos, nefastos para os trabalhadores e toda a população do Estado de São Paulo, exigiram da bancada do PT também a contundência da denúncia da precarização do trabalho e do ataque a direitos e a ousadia de seguir abrindo o parlamento para as reivindicações populares e sindicais.

Além disso, as lutas de amplos setores sociais abririam espaço para o fortalecimento da atuação partidária em diferentes níveis e duas deputadas e um deputado da legislatura de 1987-1991 renunciaram ao mandato, em 1989, para assumir a chefia de governos municipais. Os suplentes eram dois operários e um advogado de causas populares e de direitos humanos. Na bancada eleita para a legislatura de 1991-1995, o deputado Luiz Carlos Luca Pedro elegeu-se prefeito de São Vicente.

Em 1987, o governador de São Paulo era Orestes Quérzia, que fez um governo recheado de irregularidades – uso do Banespa, privatização da Vasp, escândalo da Raspadinha, a loteria instantânea, e superfaturamento de obras, entre as

quais a da construção do Memorial da América Latina. Quérzia fez o sucessor e seu secretário de Segurança Pública, Luiz Antônio Fleury Filho, chegou ao Palácio dos Bandeirantes em 1992. Fleury foi promotor de Justiça, presidiu o Conselho Nacional do Ministério Público, mas, seu governo será sempre lembrado pelo massacre do Carandiru, a Casa de Detenção de São Paulo, onde foram mortos 111 presos na noite de 2 de outubro de 1992.

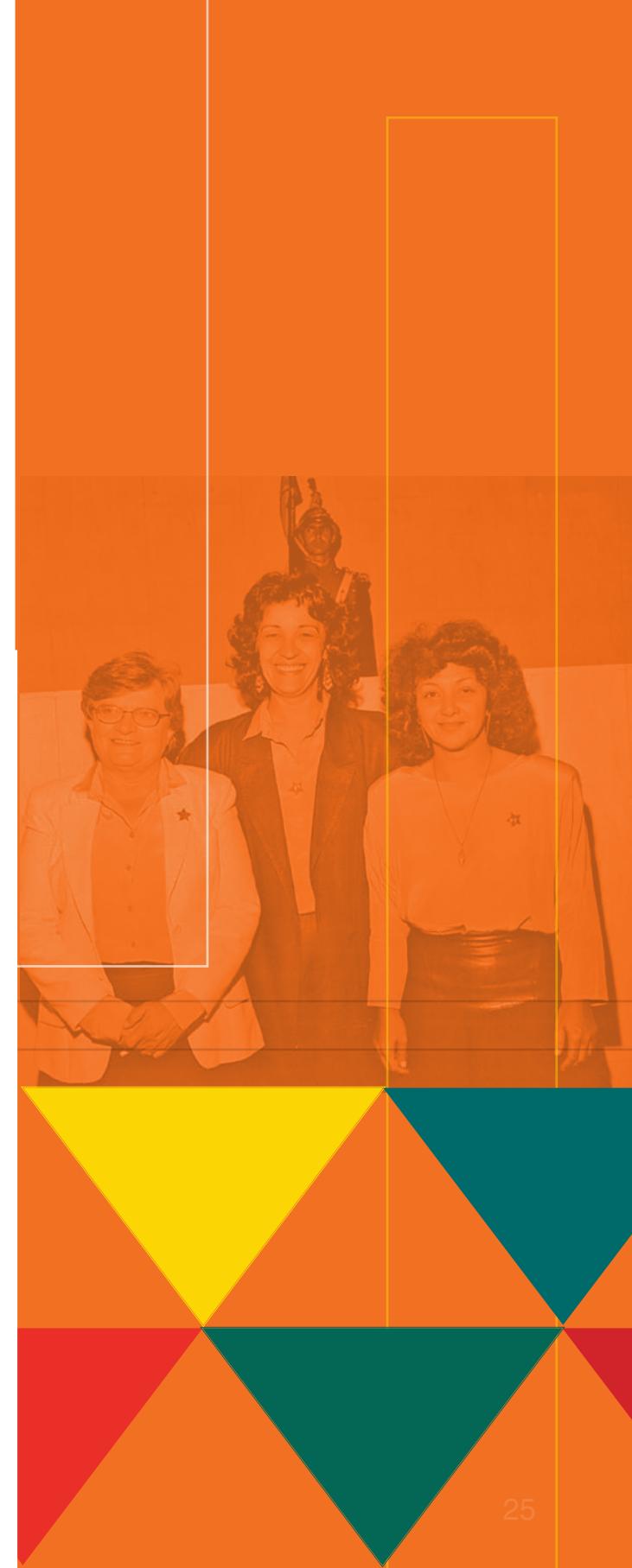
Feito de importância na constituição da bancada do PT eleita em 1986 foi a presença de 30% de mulheres. Entre os dez deputados estaduais, estavam Luiza Erundina, Telma de Souza e Clara Ant.

Luiza foi a primeira mulher a assumir a liderança de um partido na Alesp e Clara foi líder da bancada durante o processo Constituinte (1988-1990). Em 1988, Luiza foi eleita prefeita de São Paulo e Telma, prefeita de Santos.

Na legislatura de 1991-1995, o feito não se repetiu e o PT elegeu apenas uma mulher, Bia Pardi, numa bancada de 14 deputados.

Os registros sobre o processo da Constituinte em São Paulo são unâimes quanto à presença massiva, no período, de delegações de entidades e de associações pelos corredores, gabinetes, galerias e plenários do legislativo.

Ao lado, as deputadas Luiza Erundina, Telma de Souza e Clara Ant, na sessão de instalação da Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo (18out1988)
Abaixo, a líder da bancada, Clara Ant, em entrevista coletiva à imprensa (19set1989)





26



PT e suas lideranças em manifestação pró-Constituinte na Assembleia Legislativa de São Paulo



Ato pela Constituinte na praça da Sé, em São Paulo, capital (1986)

A casa do povo na Constituinte estadual

Clara Ant afirma que a Assembleia Legislativa honrou, naquele processo, o título de Casa do Povo. Para José Mentor, vice-líder no período Constituinte, e líder de 1990 a 1991, a grande expectativa da sociedade após a democratização do Brasil acentuou a participação popular naquele momento.

O anteprojeto de Constituição do Estado foi ordenado por um grupo de trabalho com base na elaboração de subcomissões, uma delas, a de Ordem Econômica e Social, coordenada pelo petista José Dirceu.

A bancada do PT atuou de forma efetiva em todas as comissões da Assembleia Constituinte: do Poder Legislativo, contou com Alcides Bianchi e José Dirceu; do Poder Executivo, Ivan Valente; do Poder Judiciário, José Mentor; de Defesa dos Interesses da Sociedade, do Estado e dos Cidadãos, Francisco de Souza, o Chico Gordo; de Administração Pública, José Cicote; de Finanças e Orçamento, Lucas Buzato; dos Municípios e Regiões Metropolitanas, Expedito Soares; da Ordem Econômica e Social, José Dirceu, Roberto Gouveia e Alcides Bianchi; e de Sistematização, Clara Ant, José Mentor, José Dirceu, Francisco de Souza, Expedito Soares e Alcides Bianchi.

A Constituição estadual de 1989 tem exemplos de aproximação da sociedade

civil dos órgãos de governo, como o artigo 123, que deu base para o caráter consultivo, normativo e recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). Outro exemplo: o artigo 229 que trata do risco à saúde no ambiente de trabalho foi resultado de emenda de iniciativa popular articulada por centrais sindicais e profissionais da Delegacia Regional do Trabalho.

Do ponto de vista da democracia direta, a Constituição do Estado de São Paulo prevê a iniciativa popular de lei (com o apoio de 0,5% do eleitorado), e a iniciativa popular de emendas à Constituição (apoio de 1% dos eleitores), instituto este inexistente na Carta Magna. Não há, porém, no Estado, um único caso de lei de origem popular.

Nos temas da ciência e da educação, duas determinações constitucionais mostraram-se como avanços da maior importância: a destinação obrigatória de recursos do Orçamento para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o repasse mínimo para a educação correspondente a 30% de impostos e transferências. A primeira sustenta as ações de pesquisa e tecnologia do Estado, inclusive o Instituto Butantan e a produção de vacinas; a segunda foi reduzida para 25% pelo

A luta dos trabalhadores da educação e o fim de um privilégio

governo de direita de Tarcísio de Freitas (Republicanos), em 2024.

Em 21 de outubro de 1993, professores da rede estadual de ensino, em greve há 65 dias, ocuparam a Assembleia Legislativa de São Paulo. A categoria, desvalorizada em seu trabalho e salários, não conseguira abrir negociações com o governo do Estado. O apoio veio da bancada do PT, então liderada por Luiz Carlos Silva, o Professor Luizinho (1992-1994). Foram nove dias tensos, mas de solidariedade da população. Em 30 de outubro, a Polícia Militar cercou a Alesp e retirou os professores do prédio. No final da greve, que durou ao todo 79 dias, a Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) conseguiu garantir, na lei orçamentária, o cumprimento da aplicação do mínimo constitucional para a educação e os percentuais destinados

aos primeiro e segundo graus e à folha de pagamento dos trabalhadores e anúncio de política salarial pelo Executivo.

“O parlamento, como representação, mostra sua autenticidade quando se coloca, de fato, na defesa dos interesses públicos e não na defesa de privilégios”, afirmou o deputado Roberto Gouveia, da tribuna da Alesp, para situar a importância da batalha travada pela bancada do PT para extinguir a Carteira de Previdência dos Deputados. Foram necessários projetos de lei, ação direta de constitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal, entre outras medidas apresentadas ao longo de sete anos, para acabar com uma aposentadoria especial para deputados, prefeitos e vereadores, sem limite mínimo de idade, com contribuição de apenas oito anos, custeada pelo orçamento do Estado.

Foto de cima: Abraço coletivo à Alesp em solidariedade aos professores em greve e em ocupação (24out1993)
Foto de baixo: Jair Meneguelli, presidente da CUT de 1983 a 1994, e Professor Luizinho, líder da bancada do PT, no abraço coletivo à Alesp em apoio aos professores em greve (24out1993)



Modo petista de legislar

Às vésperas de completar 14 anos, o PT já tinha passado por importantes disputas eleitorais, eleito prefeitas e prefeitos, chegado ao segundo turno das eleições presidenciais. No legislativo, acumulava força política para imprimir outras referências ao trabalho parlamentar, questionando privilégios e exigindo condições para o exercício do mandato representativo, e, em 1991, a bancada, sob a liderança de João Paulo Cunha, posicionou-se contra o recebimento de jetom, para os deputados por participação em sessões extraordinárias. A proibição desses pagamentos consolidou-se em 2006. Em 1993, Luiz Azevedo exerceu todas as prerrogativas de líder partidário para exigir ampla discussão das emendas e do projeto de lei orçamentária para o ano seguinte, quando acontecia a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no Congresso Nacional, para investigar esquema de corrupção que desviava recursos do orçamento da União.



Lula fala em ato de lançamento da coligação União Democrática Popular (PT, PSB, PCB e PCdoB) para as eleições a governador de São Paulo, no auditório Teotônio Vilela, da Alesp (2 jul 1990)

1995
2003



Bancada do Partido dos Trabalhadores (15mar1997)



Deputado Rui Falcão (no centro) debate mudanças na lei de imprensa em audiência na Assembleia Legislativa (13mar1997)

São Paulo entregue a uma ilusão

Uma década após as Diretas Já, Mário Covas (PSDB) foi eleito governador de São Paulo com apoio do Partido dos Trabalhadores (PT), em oposição à candidatura de Paulo Maluf. No ano anterior, logo após ser eleito presidente da República, Fernando Henrique Cardoso anunciou intervenção federal no Banco do Estado de São Paulo (Banespa) com o argumento de que a instituição amorteceria a dívida do Estado, na época apontada em R\$15 bilhões.

No primeiro momento, Covas afirmou que defenderia a permanência do Banespa nas mãos do Estado, mas logo no início da gestão recuou e enviou projeto para a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) referendando a federalização do banco público estadual.

É neste cenário que o deputado Rui Falcão assume a liderança da bancada do PT na Alesp, em 1995, quando no Estado o PSDB lança a primeira escalada privatista dos governos tucanos. Apesar de mobilizações, protestos e denúncias, no fim de 1996, a base governista aprovou o projeto que autorizou a transferência do controle acionário do Banespa para a União.

Concomitantemente, o governador

colocou na pauta da Alesp o Programa Estadual de Desestatização que pavimentou o projeto neoliberal em São Paulo.

O pacote de concessão de rodovias teve início com as vias Anhanguera e Bandeirantes, tidas como o filé mignon das estradas estaduais construídas e modernizadas com recursos públicos e entregues para o setor privado explorar. Na sequência, vieram os processos de privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e da Eletricidade de São Paulo S/A (Eletropaulo).

O polêmico projeto foi recebido por protestos dos trabalhadores, sindicatos e reações críticas de prefeitos, vereadores e empresários da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que apontaram os riscos de se passar para a iniciativa privada recursos estratégicos para o desenvolvimento do Estado.

A bancada do PT denunciava que a privatização do setor elétrico daria lucros para poucos e prejuízos para maioria da população e apresentou o primeiro projeto de agência reguladora, para estabelecer regras que protegessem os interesses do povo paulista.

PT ocupa a primeira secretaria da Assembleia Legislativa

Logo no início dos trabalhos da legislatura de 1995 a 1999, a bancada do PT, com 16 deputados, defende o direito de compor a Mesa Diretora da Alesp e Luiz Carlos da Silva, o Professor Luizinho, é eleito primeiro secretário, para o período de 15 de março de 1995 a 15 de março de 1997.

Na gestão do Professor Luizinho, a Assembleia Legislativa implementou uma reforma administrativa que instituiu plano de cargo, carreira e salário para os trabalhadores do Poder Legislativo (Resolução Alesp 776/1996). O início da atuação do PT na gestão dos recursos humanos estimulou o diálogo com as entidades representativas dos servidores da Alesp.

Outra conquista do PT na Alesp foi a instalação da Comissão de Direitos Humanos, a partir da iniciativa do deputado petista Renato Simões, que a presidiu por dez anos consecutivos.

A liderança do PT passou às mãos do deputado Roberto Gouveia em março de 1996, que segue combatendo as privatizações do governo Mário Covas e passa a denunciar seus reflexos danosos para a população mais vulnerável. Registros da imprensa mostram um salto de 22 postos de pedágios para 77 nas áreas

concedidas e um reajuste da tarifa de 134% naquele momento.

Outra privatização que causou muito desgaste para o governo e dor de cabeça para a população foi a venda da Telecomunicações de São Paulo (Telesp). O grupo Telefonica, de origem espanhola, assumiu o setor e trouxe em seu bojo uma onda de reclamações e denúncias dos consumidores por causa dos péssimos serviços prestados.

Oriundo do movimento popular de saúde, o deputado e médico Roberto Gouveia sempre primou pela luta em defesa do direito de acesso à saúde para toda a população. Atuando na articulação e mobilização contra o aumento da contribuição previdenciária dos funcionários públicos do Estado, Roberto Gouveia liderou a luta contra os cortes de investimentos nas áreas sociais, amplificando a voz dos movimentos populares.

Cumprindo encaminhamentos deliberados pelo diretório estadual do PT, Roberto Gouveia foi um dos articuladores da implantação do acesso da Alesp ao Sistema de Informações Gerenciais de Execução Orçamentária (Sigeo), instrumento fundamental para a fiscalização e transparência da aplicação dos recursos públicos. Também nesse



Acima, Professor Luizinho, Lula,
Ricardo Trípoli e Roberto Gouveia
(28mar1995)
Ao lado, Roberto Gouveia coordena
audiência contra a privatização da
saúde (06mai1998)





O desmonte do Estado

período, é criado na Alesp o Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos, por proposta de iniciativa do deputado Renato Simões.

No período em que a liderança da bancada passou a ser conduzida pelo deputado José Baccarin, as mudanças estruturais na administração do Estado, fruto das privatizações dos primeiros anos da gestão do tucano Mário Covas, começam a aparecer.

Eram recorrentes as queixas contra o desmonte do sistema de apoio à produção de pequenos e médios produtores rurais, a partir da concessão do Banespa. O banco cumpria um importante papel de fomento da economia com linhas de crédito para o campo.

O deputado José Baccarin trouxe para a agenda política da Alesp uma maior presença das questões do campo. Apontou os desafios do impacto do setor sucroalcooleiro e da produção de agrocombustíveis na concentração fundiária do Estado. Ressaltou a importância de o partido lutar pela inclusão social no campo, além de defender a importância do zoneamento agroecológico como instrumento de sustentabilidade.

Os danos ambientais à saúde humana com a queima da palha da cana-de-açúcar foi um dos debates liderados e fomentados

por Baccarin. Foi dele o projeto que levou à proibição da queima da palha de cana-de-açúcar, sem descuidar dos impactos da mecanização da produção, demissões e precarização do trabalho rural.

A partir do terceiro ano da gestão de Mário Covas, a população passou a sentir mais acentuadamente as agruras da reengenharia do Estado promovida pelas privatizações.

A frustração do setor educacional na gestão de Covas impulsionou a luta contra os baixos salários dos professores e servidores, o fechamento de escolas, o remanejamento arbitrário de professores e alunos, movimento que se intensificou com a adoção do método de aprovação automática implementado pela então secretária da Educação, Rose Neubauer.

Essas mudanças deixaram o setor aturdido com o baixo desempenho escolar, evasão e violência nas escolas, com a consequente deterioração da qualidade da educação pública. No vácuo do caos na educação ocorreu a crise na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem) que passou a ser palco de constantes rebeliões, superlotação, fugas, denúncia de maus-tratos, culminando com a maior rebelião da unidade Imigrante, que abrigava 837 internos. Isso resultou em quatro adolescentes mortos e prédios destruídos.

Na página ao lado, deputada Bia Pardi faz o debate da educação pública com a então secretária Rose Neubauer (5set1995)
Abaixo, deputada Maria Lúcia Prandi em visita a unidade da Febem (13nov1997)

Crise econômica e criminalização da pobreza

Outra deliberação do governo Covas foi a municipalização da educação infantil e do ensino fundamental, imposta aos prefeitos do interior do Estado sem diálogo nem repasse de recursos. Em 1995, os municípios conveniados eram 64 e chegaram a 512 em 1999, quando as prefeituras assumiram a rede de ensino infantil e fundamental.

Foi neste conturbado cenário na educação pública estadual que a deputada Bia Pardi assumiu a liderança da bancada do PT em 1998. No ano seguinte, a Alesp instalou a CPI da Educação, com a finalidade de apurar o descumprimento da Constituição e a não destinação mínima de recursos para a educação.

Denúncias apontavam a inclusão no orçamento da educação de gastos com inativos e despesas com a Fundação Zoológico, Memorial da América Latina e Fundação Padre Anchieta, além de gastos com assistência médica e com universidades.

O agravamento do desemprego e o achatamento salarial, além da crise na economia e o abandono das áreas sociais, foram um terreno fértil para a explosão da violência e da criminalidade no Estado, com aumento da letalidade policial.

Como resposta a esses problemas, o governo Mário Covas intensificou a política de encarceramento, em detrimento das políticas de prevenção da violência e de inclusão social. Daí sobrevieram a superlotação do sistema prisional, aumento da corrupção, fugas e dominação de facções criminosas.

Liderada pelo deputado Elói Pietá, a bancada já apontava naqueles tempos que a política de segurança pública não poderia se limitar à tradicional compra de viaturas, armas e coletes. Defendia a integração das polícias civil e militar e o trabalho de segurança em conexão com os programas sociais para juventude em educação, trabalho, renda, qualificação profissional, cultura e lazer.

Outra ação da bancada foi o combate à corrupção, roubo de carga, narcotráfico e atuação de grupos de extermínios que foram alvos da CPI do Crime Organizado. Ela investigou o assassinato de vereadores de Guarulhos e Suzano, além do prefeito de Rio Grande da Serra. Também se debruçou sobre atentados e ameaças a camelôs e a suspeita de envolvimento de deputado do Partido Progressista Brasileiro (PPB), de policiais civis e militares nesses crimes.



Acima, Bia Pardi, líder da bancada, conduz reunião do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo (02jul1998).
Ao lado, reunião do PT (06abr1998)





Bancada do PT (08mai2001)



Bancada do PT na defesa do Banespa (06abr1999)



Zico Prado, Lula, Elói Pietá e Roberto Gouveia (14abr2000)



Manifestação em defesa dos serviços públicos (1999)



Hamilton Pereira, Carlinhos Almeida e Fábio Konder Comparato

Denúncia da omissão do Estado e defesa da participação popular no Orçamento

É desse período também a instalação da CPI do Carandiru, que apurou o assassinato de 111 detentos em 1992.

No início dos anos 2000, sob a liderança do deputado José Zico Prado, ganharam relevância na agenda da bancada as queixas gerais com os transtornos das privatizações das rodovias estaduais. Em 22 lotes de rodovias concedidas à iniciativa privada, a Associação Nacional dos Transportes de Carga apontou que o custo do pedágio chegou a significar 30% dos gastos dos caminhoneiros com combustível.

As crescentes reclamações, denúncias contra as concessionárias e suspeitas de irregularidades nas licitações levaram à instalação da CPI dos Pedágios. Dela resultou a cobrança da agilização da criação da Agência Reguladora das Concessões Rodoviárias e a reavaliação da base de cálculo da tarifa. Já naquela época Zico apresentou o projeto de nova concepção para cobrança, com tarifas de pedágios proporcionais à quilometragem percorrida.

Zico denunciou que a omissão do Estado como indutor do crescimento da produção agrícola e a ausência de uma política de estoques reguladores de alimentos deixavam campo aberto

para as especulações de mercado. Com isso, a economia de São Paulo sofreu com as crises na produção da cana-de-açúcar, marcada por altos estoques dos produtores e queda nos preços. Houve também dificuldades na citricultura, que enfrentou uma supersafra nos anos 2000 e forte queda na demanda do mercado externo, ante a inação do governo do Estado.

No seu segundo mandato, em 2002, o deputado Carlinhos Almeida assumiu a liderança do PT e conduziu a bancada até março de 2003. Professor de história e geografia, o líder petista enfrentou com rigor a política educacional de progressão continuada convertida em aprovação automática, abrindo canais para que a população se manifestasse sobre o método, que focava em planilhas de alunos aprovados e conclusão de ciclos, sem nenhum compromisso com o processo educacional.

A fiscalização e a participação popular também ocuparam lugar de destaque na liderança de Carlinhos Almeida, que realizou caravanas pelas cidades que implementaram o orçamento participativo. Promoveu ainda o Seminário Estadual Orçamento Participativo, Controle Social do Estado, Participação Cidadã, que contou com a participação do presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Protestos irreverentes

O aditamento de 70% ao valor inicial do Rodoanel no trecho oeste, que elevou o custo da obra de R\$ 308 milhões para R\$ 575 milhões e os 400 processos de desapropriações foram o mote da campanha pela CPI do Rodoanel, numa parceria da liderança do PT e o diretório estadual do partido.

Outro feito da bancada, no período, foi a ação direta de constitucionalidade levada à Justiça contra a abertura de capital do Banco Nossa Caixa.

Na legislatura que se inicia em março de 2003, o PT conquistou, na Alesp, 23 cadeiras. Naquele ano, a bancada do partido foi liderada pelo deputado Antonio Mentor e assumiu dois postos na Mesa Diretora, com Emidio de Souza como primeiro secretário e Maria Lúcia Prandi na quarta secretaria.

Outra articulação inédita do líder Mentor foi a nomeação do integrante petista da Comissão de Economia e Planejamento, o deputado Mário Reali, como relator do projeto de lei que estabelecia o Plano Plurianual (PPA) 2003/2007. Esta foi a primeira vez na

história do legislativo paulista que o PT assumiu a relatoria de um projeto do Executivo desse porte.

Na defesa dos servidores públicos, Mentor apoiou a CPI da Febem e denunciou demissões indiscriminadas de funcionários concursados, elevação de contratação por meio de cargos de confiança, superlotação e superfaturamento de obras. Os ataques aos servidores aconteceram num momento crítico da instituição, palco de dezenas de rebeliões, fugas e denúncias de torturas.

O ciclo de debates sobre experiências inovadoras na gestão pública realizado pela liderança de Antonio Mentor, em parceria com o diretório estadual do PT, envolveu gestores municipais petistas e integrantes do governo Lula.

Ainda sob sua liderança, a bancada promoveu um protesto irreverente ao levar para o plenário um bolo confeitado e com sete velas representando os sete meses em que a base de sustentação do governo impedia a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).



Com bolos e vela, Maria Lúcia Prandi, Sebastião Almeida, Simão Pedro, Ana do Carmo, Enio Tatto, Antonio Mentor, Renato Simões, Beth Sahão e toda a bancada do PT denunciam, no plenário Juscelino Kubitschek, os sete meses em que a Alesp permanece sem exercer suas prerrogativas e não instala nenhuma CPI (15out2003)

2004
2008



Lula toma posse como presidente da República pela primeira vez (01jan2003)



Cândido Vaccarezza, presidente da CCJ, junto com Rodrigo Garcia, presidente da Alesp, e demais autoridades (13jul2004)

Lula é presidente e PT lidera a oposição em São Paulo

Entre 2004 e 2018, o PT na Alesp caracterizou-se por uma firme oposição às políticas dos governos do PSDB, defendendo os serviços públicos, as políticas sociais, os direitos humanos e a transparência na gestão pública, enquanto apontava problemas das gestões tucanas em setores prioritários para a população.

As eleições de 2002 apontaram a consolidação política do então vice-governador Geraldo Alckmin, que assumira um mandato tampão após a morte de Mário Covas, em 6 de março de 2001. Eleito governador, Alckmin, até então conhecido por coordenar o Plano Estadual de Desestatização, responsável pela privatização em série de serviços e empresas públicas do Estado, passa a comandar diretamente a política privatizante, marca registrada das administrações tucanas.

Em contrapartida a um cenário de continuísmo estadual, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente do Brasil pela primeira vez. A esperança vence o medo e as políticas públicas gestadas pelo Partido dos Trabalhadores finalmente são executadas em âmbito nacional. No parlamento, a bancada de 23 deputados do PT assumiu em março de 2003, em meio ao continuísmo de uma ampla base

de parlamentares do governo. Em pouco tempo, no entanto, a configuração de forças vai se alterar.

O avanço das políticas públicas e programas inovadores do primeiro governo Lula adentra o Estado de São Paulo e reorganiza as forças políticas também na Alesp. Uma composição inédita derrota o PSDB na presidência da Assembleia Legislativa de São Paulo, em março de 2005. É eleito presidente do legislativo o deputado Rodrigo Garcia (PFL), com apoio e articulação da bancada do PT e o compromisso de democratização dos espaços de decisão.

Neste contexto, o deputado e líder da bancada em 2004, Cândido Vaccarezza, assume de forma inédita a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no ano de 2005. Na sequência, durante a liderança do deputado Renato Simões, é criada a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, uma conquista histórica, assim como foi histórica a aprovação das audiências públicas ao orçamento, em que a sociedade passa a participar de reuniões regionais para apontar prioridades para a lei orçamentária.

Neste período, há ainda a retomada da articulação para instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs),

A luta contra o sucateamento do Estado e pela implantação de CPIs

suspensas desde 2003, e retomadas em 2006, com a eleição do deputado Antonio Mentor para presidir a CPI da Eletropaulo. Ainda em 2006, o trabalho de obstrução da bancada do PT, sob a liderança do deputado Enio Tatto, postergou a aprovação do orçamento estadual para fevereiro de 2007, rompendo com a “tradição” de encerramento do ano legislativo em dezembro. Por um curto espaço de tempo, o parlamento paulista deixou de ser um puxadinho do Palácio dos Bandeirantes e assumiu o protagonismo de legislar e fiscalizar as ações do Executivo.

No contexto conjuntural, é necessário recordar os ataques promovidos pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) que aterrorizaram o Estado de São Paulo em maio de 2006, durante o governo de Cláudio Lembo (PFL), vice-governador que assumiu o Estado em março do mesmo ano. A ação violenta do PCC resultou em 294 ataques simultâneos e 246 mortos. Apesar do desgaste político, o PSDB venceu as eleições naquele ano, elegendo José Serra governador. O Brasil reelegeu Lula presidente, mesmo com a tentativa de desgaste do seu governo e do PT com o chamado mensalão. Na Alesp, o PT elegeu, em 2006, uma bancada de 20 deputadas e deputados.

O ano de 2007 começou com o pior acidente da história do metrô de São Paulo. A parede de um dos túneis da Linha 4-Amarela, que estava sendo construída por um consórcio de empresas contratado pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), desabou e uma cratera de 80 metros de diâmetro abriu-se, ao lado da marginal Pinheiros, na zona oeste da capital. Sete pessoas morreram soterradas e mais de 70 casas foram interditadas. Em março, com o início da nova legislatura, assume a liderança da bancada o deputado Simão Pedro, reiterando a necessidade de investigação desse e de outros problemas do Estado. A pressão fortalece os partidos de oposição e a Alesp cria a liderança da Minoria, instrumento que passa a agregar a representação de pautas de interesse comum da oposição. Foi um período de forte obstrução legislativa.

Um dos papéis mais importantes na atuação coletiva da bancada do PT foi exatamente denunciar a incapacidade do PSDB de gerenciar o Estado, senão sucateá-lo e entregá-lo à iniciativa privada.

Em 2008, durante a liderança do deputado Roberto Felicio, teve repercussão o escândalo da Alstom,



Bancada do PT toma posse na Alesp (15mar2007)



O deputado Roberto Felicio convoca imprensa para divulgar informações de investigações sobre as relações da empresa Alstom com o governo de São Paulo (15mai2008)



Deputada Ana do Carmo e deputados Marcos Martins, Enio Tattó e Adriano Diogo participam de coletiva de imprensa na qual foi anunciado pedido de CPI sobre caso Alstom (15mai2008)





Coletiva de imprensa da liderança do PT (13out2010)



Bancada do PT 2011 (17dez2010)

As mazelas dos governos tucanos

com denúncias de subornos envolvendo a empresa francesa e autoridades ligadas ao governo do Estado de São Paulo. Deputados do PT elaboraram um dossiê, entregue ao Ministério Público de São Paulo, apontando pagamento de propina pela empresa para conseguir contratos em obras públicas. Somente no ano de 2014 a Justiça Federal de São Paulo decidiu pela abertura de processo criminal contra 11 acusados de envolvimento no esquema.

Rui Falcão, líder da bancada entre 2009 e 2010, coordenou a elaboração de uma revista de Diagnóstico do Estado. Naquele momento, foi possível identificar um modus operandi dos governos peemedebistas, caracterizado pela redução do papel do Estado, privatizações, controle dos meios de comunicação, além de gasto excessivo do orçamento com propaganda oficial. Já a prática administrativa tucana se refletia em péssimos serviços públicos, sucateamento das redes de proteção social, autoritarismo junto ao funcionalismo público, criminalização dos movimentos sociais e fúria arrecadatória para os cofres públicos. Entre as inúmeras denúncias apontadas pela bancada do PT, o setor de transportes e mobilidade continuou centralizando

as atenções, diante dos indícios de má gestão e denúncias, partindo da concessão da malha rodoviária estadual, que acelerou o número de praças de pedágio e aumentou as tarifas, tornando o preço do pedágio paulista o mais caro do Brasil, até os sistemáticos atrasos na entrega das obras do Rodoanel Sul.

Neste cenário, o processo eleitoral de 2010 garantiu ao Partido dos Trabalhadores a maior bancada já eleita para a Assembleia Legislativa, com 24 deputados e deputadas, seguindo a tendência nacional, em que o partido também foi o mais votado para a Câmara dos Deputados. O povo brasileiro elege, pela primeira vez, uma mulher para o cargo de presidente da República, Dilma Vana Rousseff.

Em que pese o bom momento do PT, a coalizão de forças que reelegeu Geraldo Alckmin governador se manteve unida no parlamento. Sob a liderança de Antonio Mentor e, na sequência, de Enio Tatty, o PT seguiu na árdua tarefa de ser oposição, denunciando os escândalos envolvendo o governo do Estado, entre eles o de contratos para limpeza e desassoreamento da calha dos rios Tietê e Pinheiros, alvo de pedidos de análise da bancada ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

2004 a 2018

As jornadas de junho de 2013

Mesmo com o aparelhamento do Estado, a bancada do PT trouxe à tona um dos personagens centrais da derrocada do PSDB no Estado de São Paulo: Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, ex-presidente da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S/A) acusado de ser operador de caixa dois para campanhas eleitorais do PSDB, com ligações muito próximas aos caciques tucanos. Entre as acusações, o desvio de verbas de obras do Rodoanel para uso na campanha eleitoral do então candidato José Serra. O ex-presidente da Dersa viu-se envolvido em várias denúncias, até sua condenação, em 2019, a 145 anos e oito meses de reclusão. Toda essa investigação envolvendo Paulo Preto, realizada no âmbito do braço paulista da operação Lava Jato, seria anulada anos depois, em 2023.

Entre 2012 e 2013, Alencar Santana assume a liderança da bancada e pautas importantes do partido foram implementadas no âmbito da Alesp. Criada pela Resolução 879/ 2012, começou a funcionar a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, coordenada pelo deputado Adriano Diogo, com o objetivo de apurar violações dos direitos humanos e crimes cometidos pela ditadura militar no âmbito

do Estado de São Paulo. Outro projeto de resolução desse período refere-se à criação do serviço SOS Mulher – Violência Contra a Mulher, que atuou de forma regular entre 2013 e 2015.

Em 2013, já sob a liderança de Luiz Claudio Marcolino, a bancada atua ao lado do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (Sindsaúde) na negociação com a Alesp e o Executivo, durante greve em que servidores da saúde ocuparam por quatro dias as galerias do plenário Juscelino Kubitschek.

No mesmo ano, acontecem em São Paulo, com reflexos no Brasil, as chamadas jornadas de junho, uma série de mobilizações e protestos inicialmente convocados por estudantes organizados no Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento na tarifa do transporte público. O primeiro grande protesto ocorre em 6 de junho e rapidamente toma as ruas de São Paulo e do país. A ação passa a congregar grupos sociais com pautas diversas que, internamente, rechaçam a participação de partidos políticos e movimentos sociais, cedendo espaço para intimidações e atos de vandalismo dos black blocks, manifestantes mascarados no meio da multidão. As manifestações também são violentamente rechaçadas



Deputado Adriano Diogo coordena audiência conjunta das comissões nacional e estadual da verdade (19ago2013)



As jornadas de junho de 2013 foram marcadas por uma série de mobilizações e protestos de rua com pautas diversificadas





Estudantes ocupam plenário Juscelino Kubitschek, da Alesp



Estudantes desocupam plenário da Alesp



Policiais reprimem estudante em sessão da CPI da Merenda



Estudantes acompanham sessão da CPI da Merenda



Alencar Santana foi o único deputado da bancada do PT a integrar a CPI da Merenda. Partido questionou a falta de proporcionalidade

Ocupação da Alesp e máfia da merenda

pelas forças de segurança do governo tucano. Os governos eleitos da presidente Dilma Rousseff, do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad tentam dialogar com os manifestantes e entender suas reivindicações. O movimento é cooptado por incipientes forças de direita, com pautas de combate à corrupção, negação e criminalização da política. Os governos estadual e municipal de São Paulo recuam do aumento da tarifa no transporte público. O governo Dilma, também impactado pelas críticas decorrentes das manifestações, sinaliza mudanças de rota.

Em 2014, após uma vitória apertada, Dilma é reeleita presidente do Brasil. No Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin também é reeleito e a bancada do PT diminui de 24 para 14 parlamentares. A correlação de forças do PSDB no Estado e o aparelhamento da base do governo na Assembleia de São Paulo parece se perpetuar, enquanto o PT se mantém no papel de principal partido de oposição. A nova legislatura inicia ainda sob a liderança de João Paulo Rillo e entre os temas elencados pela oposição, a educação aparece como pauta prioritária, garantindo uma permanente mobilização de estudantes e entidades estudantis nos corredores da Alesp.

Em 2015, durante a liderança de Geraldo Cruz, a Alesp também se debruçou sobre o Plano Estadual de Educação (PEE) de São Paulo, projeto do Executivo debatido ao longo do ano de 2015 e aprovado em 2016, após intensos debates e mobilizações em torno da cooptação do processo por questões envolvendo o debate da palavra “gênero”. O PEE acabou aprovado com a indicação de 21 metas com vistas à ampliação da alfabetização, melhorias da qualidade de ensino e de indicadores educacionais, mas retirando do texto qualquer menção à palavra “gênero”. Setores fundamentalistas avançam na política institucional, defendendo pautas de valores morais, ao invés de políticas públicas para todos.

Na ebulação dos estudantes paulistas surge o escândalo da máfia da merenda, um esquema de fraude em licitações envolvendo a Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf) e secretarias do governo do Estado. Um percurso de denúncias que inicialmente envolveu os representantes da entidade e gerou um movimento de estudantes secundaristas e das bancadas de oposição, entre elas o PT, pela imediata instalação de uma CPI para apurar o desvio de recursos da merenda escolar. Naquele momento, para que a investigação fosse instalada,

Criminalização do PT

era necessário criar uma sexta comissão parlamentar, rechaçada por deputados da base do governo e pelo então presidente da Alesp, Fernando Capez.

No dia 3 de maio de 2016, cerca de 300 estudantes driblaram o aparato da segurança legislativa, ocuparam e acamparam no principal plenário do parlamento, o plenário Juscelino Kubitschek, exigindo a imediata instalação da CPI da Merenda. José Zico Prado, então líder da bancada petista, passou a negociar a aprovação da sexta CPI como forma de encerrar a ocupação e garantir a investigação. A forte mobilização dos estudantes e o apoio dos partidos de oposição foram fundamentais para garantir a instalação da comissão parlamentar, em 25 de maio de 2016. Apesar de contar com apenas um parlamentar da oposição, o petista Alencar Santana, os trabalhos de investigação foram desenvolvidos em uma unidade de ação que contou com a participação de toda a bancada petista, da assessoria técnica da liderança do PT e dos mandatos parlamentares. Um trabalho coletivo que permitiu aprofundar as investigações e provar o envolvimento, não apenas de funcionários da cooperativa, mas de secretários estaduais, de chefe de gabinete e de assessores de deputados no conluio. Mesmo com as provas apontadas

pela bancada do PT, o relatório final da CPI responsabilizou apenas 20 pessoas pelas fraudes, mas os políticos citados, entre eles o então presidente da Alesp, Fernando Capez (PSDB), foram isentos de responsabilidades no âmbito da comissão.

Se no Estado a mobilização popular resultou na CPI, no âmbito federal um golpe, arquitetado pelas forças políticas que não aceitaram o resultado eleitoral, em conluio com o então vice-presidente da República, Michel Temer, levou ao impeachment de uma presidenta legitimamente eleita pelo voto popular. Dilma Rousseff, vítima de uma perseguição implacável, foi acusada injustamente de pedaladas fiscais, sendo destituída de seu mandato no dia 31 de agosto de 2016. Em 2023, no entanto, a presidenta foi absolvida das acusações, após o Tribunal Regional Federal da 1^a Região (TRF-1) arquivar a ação de improbidade administrativa pelas supostas pedaladas fiscais.

O clima de instabilidade social, diante do impeachment sem provas, agravado pela incitação à violência política e perseguição a membros do Partido dos Trabalhadores, instalou-se no país e no Estado de São Paulo durante o ano de 2017. Em resposta, os movimentos sociais organizados pela Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, realizaram várias



Acima, coletiva de imprensa da liderança do PT sobre CPI da Merenda. Abaixo, ato no plenário JK em defesa da liberdade de Lula (17abril2018)



A violência política e o autoritarismo

manifestações Fora Temer por todo o Brasil. No parlamento, a bancada do PT, liderada por Alencar Santana, apontava os problemas do acirramento político e da necessidade de garantia da preservação do Estado Democrático de Direito. As redes sociais tornam-se ferramenta para disseminação de informações falsas, as chamadas fake news. A operação Lava Jato, em conluio com o Judiciário, a imprensa e parte das instituições políticas, criminaliza Luiz Inácio Lula da Silva.

No dia 12 de julho de 2017, Sérgio Moro, então juiz federal de primeira instância, condenou Lula a nove anos e seis meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, na ação penal envolvendo um tríplex no Guarujá. Na segunda instância, a pena foi aumentada para 12 anos e um mês. No dia 5 de abril de 2018, Sérgio Moro emitiu mandado de prisão contra o ex-presidente. Lula foi preso e levado para a sede da Polícia Federal, em Curitiba, em 7 de abril de 2018. Começa o movimento Lula Livre, vigília que vai perdurar até 8 de novembro de 2019, quando o líder petista é solto.

Na Alesp, a bancada do PT une-se às milhares de vozes que exigem Lula Livre. Liderada pela deputada Beth Sahão, a bancada inclui na nomenclatura de cada parlamentar petista a referência a Lula,

e todas as chamadas de deputados e deputadas do PT ressoam em seu nome. Um grande ato por Lula livre é realizado na Alesp.

As eleições de 2018 ocorrem em clima de injustiça contra Lula e de forte incitação a um sentimento de polarização na sociedade. Diante da prisão e inelegibilidade de Lula, Fernando Haddad encabeça a chapa do PT à presidência da República. Os partidos do chamado centrão abandonam a candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) e migram para a campanha de Jair Bolsonaro (PL). No Estado de São Paulo, o PSDB lança o empresário João Doria e se alia ao bolsonarismo da extrema-direita, apostando na chapa BolsoDoria e enterrando a social-democracia que o partido dizia defender. A extrema-direita vence as eleições e reorganiza a composição de forças no Brasil, com impacto direto em São Paulo. Na Câmara dos Deputados, o PT mantém-se como a maior bancada. Na Assembleia de São Paulo, há uma nova composição de forças político-partidárias, com a ascensão de parlamentares do PL, PSL e outras siglas ligadas ao bolsonarismo.

A Alesp vive um novo período, com a derrocada do republicanismo que marcou a oposição tucanos versus petistas durante mais de duas décadas.

2029



Do crepúsculo ao réquiem

O período de 2019 a 2022 foi marcado pelo crepúsculo dos 24 anos de governos do PSDB no Estado de São Paulo. Mas também foi o período traumático da pandemia da covid-19, em que a Assembleia Legislativa trabalhou na maior parte do tempo, entre 2020 e 2021, remotamente.

Sob a liderança do deputado Teonilio Barba (2019-2021) e das deputadas Professora Bebel (2021-2022) e Márcia Lia (2022-2023), a bancada do PT trabalhou para combater o novo arranjo conservador paulista, produto da simbiose da degradação social-democrata, de Doria, e do emergente extremismo de direita, dos fiéis seguidores de Bolsonaro. A síntese de tal arranjo era o chamado voto BolsoDoria, que foi posto à prova na pandemia.

O negacionismo do governo Bolsonaro, que sabotou o distanciamento social e retardou a compra de vacinas, chocou-se com a repulsa dos paulistas. Em 20 de março, depois de a Câmara dos Deputados e o Senado terem aprovado a Lei federal 13.979/2020, declarando estado de calamidade pública por causa da covid-19, decreto do governador reconheceu o estado de calamidade no Estado e a Assembleia Legislativa e São Paulo (Alesp) passou a discutir o que veio a ser a Lei 17.268, de julho de 2020, em torno da qual a bancada do PT buscou maior eficácia e transparência possíveis nas ações de saúde,

ao contrário do que se via no Ministério da Saúde. Destaca-se, neste sentido, a Lei 17.365/2021, cujo projeto foi apresentado pelo deputado Paulo Fiorilo e abraçado por toda a Alesp, autorizando a compra direta de vacinas pelo governo de São Paulo.

O arranjo oportunista que levou ao BolsoDoria se desfez de vez ante o negacionismo do então presidente. Doria retardou, mas, acabou adotando o lockdown em São Paulo e também deu força ao desenvolvimento da Coronavac, vacina de tecnologia chinesa, pelo Instituto Butantã. O cisma político entre ambos se aprofundou. Passada a segunda onda da covid-19, em 2021, cresceram as movimentações de Doria com vistas ao pleito de 2022.

Desde o primeiro momento da legislatura, em 15 de março de 2019, a base parlamentar não estritamente bolsonarista orientou-se pelo alinhamento aos planos de João Doria de tornar-se presidente. A bandeira da radicalização das privatizações – peça de resistência do futuro programa de governo de Doria à presidência – foi desfralhada em agosto de 2020. Veio sob a forma do Projeto de lei 529/2020, cujo pretexto era fazer um ajuste de R\$10,4 bilhões visando enfrentar “a grave situação fiscal (...) devido aos efeitos negativos da pandemia da covid-19 sobre as receitas públicas”.

Página ao lado, foto superior: Durante a pandemia da covid-19, as sessões legislativas foram realizadas de forma remota, por meio da participação online dos parlamentares

Na foto abaixo, deputados discutem o PL 108/2021, que autorizou o governo estadual a adquirir imunizantes contra a covid-19 quando não ofertados de maneira suficiente pelo Plano Nacional de Imunização

2019 a 2022

A nau tucana vai a pique

A bancada do PT na Alesp liderou a resistência aos planos do governador que, sem conseguir reunir o número mínimo de 48 votos para aprovar o PL 529, teve de abrir mão da extinção de quatro das dez instituições públicas constantes do projeto de lei. Entre elas, a Fundação do Remédio Popular (Furp), a Fundação Oncocentro, o Instituto Florestal e o Instituto de Terras (Itesp). Não obstante, a Lei 17.293/2020 daí resultante deixou para as contribuições majoradas dos servidores públicos o custo integral de manutenção do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), outrora uma instituição de excelência.

Em 31 de março de 2022, o vice-governador Rodrigo Garcia assumiu como governador, sucedendo a João Doria. Mesmo tendo vencido as prévias do PSDB, em novembro de 2021, Doria não durou nem dois meses como candidato após ter renunciado ao cargo de governador. Contestado pela cúpula do PSDB, desistiu da candidatura presidencial em 23 de maio de 2022. O realinhamento dos deputados estaduais deu-se então à volta de Rodrigo Garcia, um tucano neófito que, patrocinado por Doria, havia se filiado ao PSDB em maio de 2021, após 27 anos de filiação ao PFL/DEMOCRATAS/UNIÃO BRASIL. A troca de camisa não significou mudança de política. Manteve-se o ideário de Doria.

Já sob a batuta de Rodrigo Garcia, transitou pela Alesp um dos projetos de lei mais périgosos, o PL 277/2022, de autoria de 15 deputados de sete partidos da base do governador. Mais conhecido como PL da grilagem, ele promoveu a legalização de terras públicas devolutas do Pontal do Paranapanema para fazendeiros do agronegócio. Promulgada como Lei 17.557/2022, a medida só se tornou efetiva após um ajuste legal promovido pelo governador Tarcísio de Freitas, que derrotara Garcia nas eleições de 2022, fazendo soar o réquiem da longa era tucana.

Sob a liderança do deputado Paulo Fiorilo desde março de 2023, a bancada do PT contestou a lei no Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7326. A lei abriu caminho para a venda de terras públicas a preços irrisórios, com descontos de até 90%. Cerca de 720 mil hectares foram entregues a grandes fazendeiros, abrindo mão da possibilidade de implementação de assentamentos de agricultores familiares produtores de alimentos.

No melancólico ocaso do PSDB paulista há a desfiliação de Geraldo Alckmin, em dezembro de 2021, e de Doria, em outubro de 2022; a saída de Garcia em março de 2024, e, em dezembro de 2024, a partida de outro quadro histórico do PSDB, o ex-prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando. Uma crise sem fim.



Deputados votam PL 277/2022, mais conhecido como PL da grilagem, sob protesto do MST





Lula no lançamento do movimento Vamos Juntos pelo Brasil, em São Paulo, com Janja, Gleisi Hoffmann e lideranças políticas (07mai2022)

2023
2026



Bancada do PT enfrenta parlamentares da base governista durante tumulto na votação do projeto de privatização da Sabesp



Reunião de lançamento da Frente Parlamentar contra a Privatização da Sabesp

Resistência ao autoritarismo, à violência e e à destruição do público

A eleição do presidente Lula para seu terceiro mandato significou o retorno à normalidade democrática e institucional, com um governo para todos os brasileiros e todas as brasileiras, mesmo diante dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Os atos golpistas foram articulados por bolsonaristas e extremistas que invadiram e depredaram as sedes dos três poderes, em Brasília, após uma série de atentados e violações cometidas durante o período eleitoral e após o resultado vitorioso de Lula nas urnas; durante a sua diplomação e dias após sua posse. O objetivo, segundo as investigações promovidas pela Polícia Federal e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), era criar um clima de desordem que justificasse uma intervenção militar. Identificados, financiadores e executores seguem respondendo à Justiça enquanto Lula governa o Brasil.

Em São Paulo, o fim da hegemonia tucana e a eleição de Tarcísio de Freitas (Republicanos), representante da extrema-direita, exigiu vigilância.

Na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o PT ampliou sua bancada de dez para 18 parlamentares: 13 deputados e cinco deputadas. Com renovação intergeracional, a bancada conta com Thainara Faria, a deputada mais jovem

eleita pelo partido em São Paulo, com 28 anos em 2022; e Eduardo Suplicy, militante histórico que integrou a primeira bancada do PT na Alesp, completou 83 em 2024. Pela primeira vez, o PT faz parte de uma federação, juntamente com o PCdoB e o PV, cuja bancada, com Leci Brandão (PCdoB) ocupa 19 dos 94 assentos no parlamento paulista.

Sob a liderança do deputado Paulo Fiorilo desde março de 2023 até março de 2025, a bancada petista concentra sua atuação na fiscalização e na oposição a um Executivo alinhado ao bolsonarismo e aos interesses privados, que causam impactos negativos no bem-estar social e nos serviços públicos.

Tarcísio de Freitas é militar e engenheiro, foi ministro de Infraestrutura de Jair Bolsonaro, e se apresenta desde a campanha ao governo de São Paulo como o bom gestor, prestigiado por empresários e defensor da eficiência do setor privado. Os resultados desse currículo na administração do Estado são privatizações e concessões que ameaçam o patrimônio público e os direitos dos paulistas.

A luta contra o desmonte das políticas públicas e a privatização do patrimônio público

O exemplo mais emblemático foi a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), maior empresa de saneamento da América Latina. Em 2023, o parlamento paulista discutiu e aprovou uma lei que autorizou a venda da estatal responsável por serviços em 375 municípios paulistas. A bancada do PT denunciou irregularidades no processo legislativo, incluindo o envio de projeto de lei ordinária em vez de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e a ausência de estudos técnicos conclusivos.

Por meio de um processo conturbado, inconstitucional e marcado pela truculência policial e pela negociação de emendas parlamentares com a base do governo, Tarcísio conseguiu aprovar o projeto e iniciou o processo de desestatização. A bancada, em especial por meio da Frente Parlamentar contra a privatização da Sabesp, coordenada pelo deputado Emídio de Souza, empreendeu ações judiciais contra a aprovação, no Tribunal de Justiça de São Paulo e no Supremo Tribunal Federal (STF), cuja decisão ainda é aguardada. Além da Sabesp, a bancada também se colocou contra a venda da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae). Em seminário com especialistas, coordenado

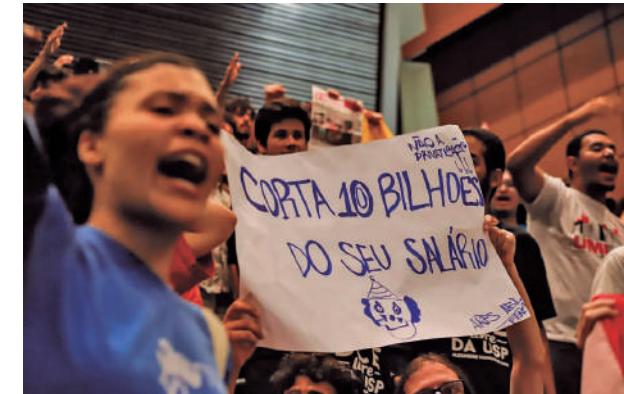
pelo deputado Maurici, a privatização da última empresa paulista de energia elétrica foi considerada tão grave quanto a venda da Sabesp.

A bancada petista tem apontado os fracassos de outras privatizações. Problemas na operação dos trens pela empresa ViaMobilidade e na distribuição de energia elétrica pela Enel Distribuição São Paulo, como incêndios e acidentes no transporte e interrupção por dias no fornecimento de energia, foram discutidos e investigados em comissões permanentes da Alesp, como a de Infraestrutura, presidida pelo deputado Luiz Fernando, a de Transportes e Comunicações, das quais participam os deputados Donato, Emídio de Souza e Enio Tatto; e por Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) como as da Enel e de Telecomunicações, nas quais o PT teve papel ativo, demonstrando os danos das privatizações que comprometem serviços essenciais e prejudicam a população. Não bastasse, o governo tenta eximir concessionárias de serviço, como a ViaMobilidade, das obrigações estabelecidas em contrato, contrariando o interesse público, como denunciou ao Ministério Público o deputado Simão Pedro.



Manifestantes protestam contra projeto que privatiza a Sabesp





Estudantes protestam no plenário Juscelino Kubitschek contra a PEC 9/2023, que retira recursos da educação



Policiais reprimem manifestantes contrários às escolas cívico-militares durante votação de projeto do governo na Alesp

Tempo marcados pela ausência do Estado na garantia do bem-estar social

Além de entregar serviços públicos à iniciativa privada, a gestão de Tarcísio de Freitas tem acentuado a negligência do Estado de São Paulo na indução de políticas públicas. No campo da educação pública, cortes significativos no orçamento e decisões polêmicas marcaram a atuação do Executivo. A bancada do PT contestou essas medidas no parlamento, na Justiça e junto a órgãos de controle externo.

Dentre as ações do PT, destaca-se a provocação feita ao Ministério Público do Estado para que sejam investigadas a “plataformização” da educação e as medidas sem justificativa pedagógica. Exemplo foi a recusa de livros didáticos fornecidos pelo Ministério da Educação, que após pressão foi suspensa. A bancada também promoveu audiências públicas sobre escolas cívico-militares, denunciando o autoritarismo e a repressão policial nos protestos. Além disso, ajuizou ação no STF contra essa medida, adiando a implementação do modelo militarizado até a decisão final da corte.

Sob a condução da deputada Professora Bebel e com o apoio decisivo dos deputados petistas na Comissão de Constituição, Justiça e Redação – Dr. Jorge do Carmo, Rômulo Fernandes e Reis –, a bancada obstruiu por mais

de um ano uma PEC que desvinculava recursos da educação, reduzindo o orçamento em R\$ 11 bilhões. Foram apresentadas mais de 500 páginas de votos contrários, organizadas audiências públicas e boicotadas reuniões para dificultar o quórum. Apesar de doze horas de discussão em plenário, o governo aprovou a medida, impondo um retrocesso à conquista paulista na Constituinte de 1989.

A justificativa do governo para o corte na educação era a necessidade de aplicação de maiores recursos na saúde. A bancada, contudo, tem sido firme ao apontar as contradições da gestão, como o aumento de benefícios fiscais a empresas enquanto há redução de verbas para serviços essenciais, como os hospitais próprios do Estado. O PT segue combatendo o sucateamento da saúde pública e a ampliação da terceirização por meio das Organizações Sociais de Saúde (OSSs), advogando maior investimento na rede direta, no Sistema Único de Saúde (SUS), e em políticas que reduzam as filas de espera, o que se traduz nas emendas da bancada apresentadas ao orçamento anualmente, das quais os principais defensores são os membros petistas na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, deputados Enio Tatto e Luiz Claudio Marcolino.

O aumento da violência policial e da incapacidade de combater o crime organizado

Além de temer pela precarização dos serviços públicos, a bancada do PT preocupa-se com a ineficácia do governo no combate ao crime organizado e com o aumento da violência em São Paulo. Facções criminosas dominam contratos com prefeituras e mantêm negócios em várias regiões. A falta de segurança pública e de políticas públicas integradas permite que facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) infiltrem-se na economia e na política paulista, dificultando o enfrentamento do problema. A bancada solicitou a criação de uma subcomissão de combate ao crime organizado na Comissão de Segurança Pública, com pedido protocolado pelo deputado Reis.

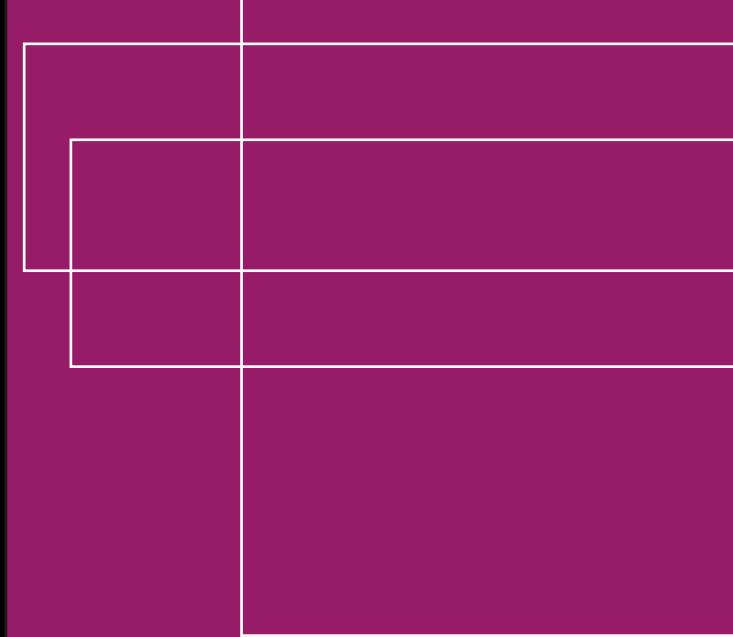
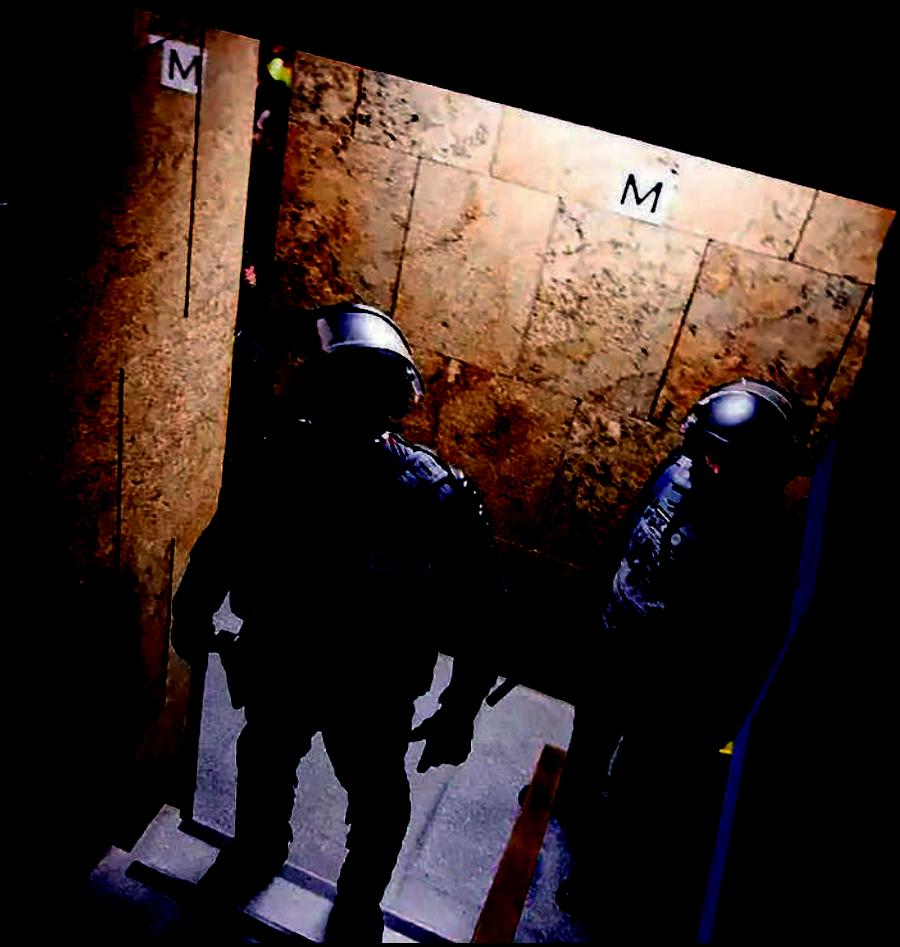
Sob a gestão de Tarcísio e Guilherme Derrite, secretário de Segurança Pública, mortes causadas por policiais militares entre janeiro e novembro de 2024 cresceram 98% em relação a 2022 (FIGUEIREDO, 2024), junto com operações marcadas por denúncias de violações de direitos humanos. A deputada Beth Sahão e o deputado Eduardo Suplicy, membros da Comissão de Direitos Humanos, têm denunciado tais violações e exigido respostas do secretário.

A falta de investimentos em saúde

mental para policiais e o boicote à implementação de tecnologias, como câmeras corporais, agravam o cenário. A ingerência do Executivo levou o PT a pedir o impeachment do governador e de seu secretário e intensificou ações junto ao Ministério Público para exigir mais transparência e responsabilidade no combate à violência policial e ao crime organizado.

Casos de violência contra a mulher, incluindo feminicídios, também cresceram em São Paulo, que registrou recorde de 221 feminicídios em 2023 (MELLO, 2024). Apesar disso, Tarcísio extinguiu a ação orçamentária para ampliar Delegacias da Mulher 24 horas, medida denunciada pelas deputadas Ana Perugini e Márcia Lia, vozes petistas na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Policiais bloqueiam escadarias e acessos e reprimem manifestantes contrários às escolas cívico-militares durante votação do projeto do governador Tarcísio de Freitas na Alesp





A falta de diálogo e a violência política no Legislativo

Na página ao lado, foto superior, policiais reprimem manifestantes durante votação do projeto de privatização da Sabesp.
Abaixo, Simão Pedro, Thainara Faria e Luiz Claudio Marcolino. Parlamentares foram atingidos por gás lacrimogêneo dentro do plenário Juscelino Kubitschek, na sessão de votação da privatização da Sabesp

A violência no Estado não se limita à atuação desmedida das forças policiais na sociedade; ela também reflete as relações entre Executivo e Legislativo. Desde o início da sua gestão, Tarcísio tem adotado uma postura autoritária, recusando diálogo sobre projetos de interesse público. A bancada do PT enfrenta desafios para garantir o funcionamento das comissões e o cumprimento do processo legislativo. O governo tem dificultado a tramitação de projetos e manipulado a apresentação e protocolo de CPIs, fundamentais para a fiscalização pela oposição.

Em paralelo, Tarcísio consolidou-se como o “vetador geral do Estado”. Até dezembro de 2024, 85 dos 166 projetos aprovados pela Alesp foram vetados integralmente, incluindo 26 dos 36 projetos do PT analisados pelo governo. Essa postura revela o desinteresse em dialogar com a oposição e o esforço para obstruir propostas contrárias. Contudo, uma vitória foi a sanção da Lei 17.746/2023, do deputado Teonilio Barba, que instituiu o Dia da Consciência Negra como feriado estadual.

Além dos vetos, projetos do governador tramitam em regime de urgência, limitando debates e

esvaziando o papel das comissões permanentes e das audiências públicas. Em resposta, o PT tem adotado estratégias de obstrução para barrar propostas prejudiciais à população.

O desprezo pela participação popular e o direito de manifestação marcam a gestão. O uso de força policial contra manifestantes tornou-se frequente em votações polêmicas, como a da privatização da Sabesp e a das escolas cívico-militares. A mobilização popular contra as propostas do governo foi reprimida de maneira violenta, com a polícia agindo de forma desproporcional contra os manifestantes e até mesmo contra parlamentares. Na votação da privatização da Sabesp, policiais chegaram a trocar agressões, prender manifestantes e usar gás lacrimogêneo no interior da Assembleia para dispersar os protestos, o que impediu os deputados de oposição de entrar no plenário para votar contra a proposta.

Essa escalada de violência política compromete o ambiente legislativo e ameaça a própria manutenção da democracia no Estado. Por isso, a bancada tem cobrado publicamente que a presidência da Alesp respeite o direito à livre expressão e à democracia, além de pressionar pela criação de protocolos claros para o uso da força e para a gestão de conflitos.

É preciso resistir para avançar

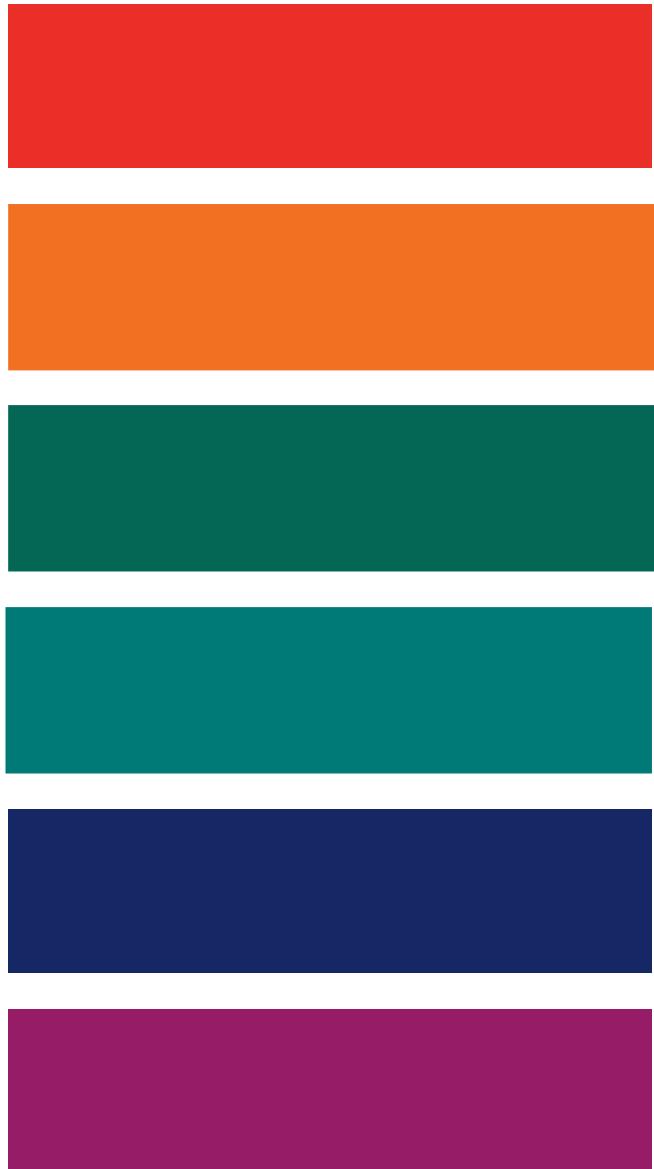
Diante de tantos retrocessos, a bancada do PT, conduzida pelo líder Paulo Fiorilo, tem sido uma voz firme na defesa da população paulista e da democracia. É um grupo incansável na fiscalização do governo, na proposição de alternativas e na mobilização de partidos e movimentos sociais para barrar ações prejudiciais do governo Tarcísio.

Essa atuação tem sido decisiva para manter a agenda democrática e social em pauta na Alesp. Apesar das dificuldades para fazer o enfrentamento a um governo com maioria no legislativo e apoio de partidos de centro e de direita, a bancada tem ocupado espaços políticos de forma assertiva, buscando sempre favorecer a maioria da população e combater as políticas de desmonte do Estado.

Nos próximos anos, a bancada continuará lutando pelo Estado de Direito, pelos direitos sociais e pela soberania popular.

*Na página ao lado, foto superior,
sessão de votação do projeto que
privatiza a Sabesp
Abaixo, seminário da bancada do PT,
em dezembro de 2024*

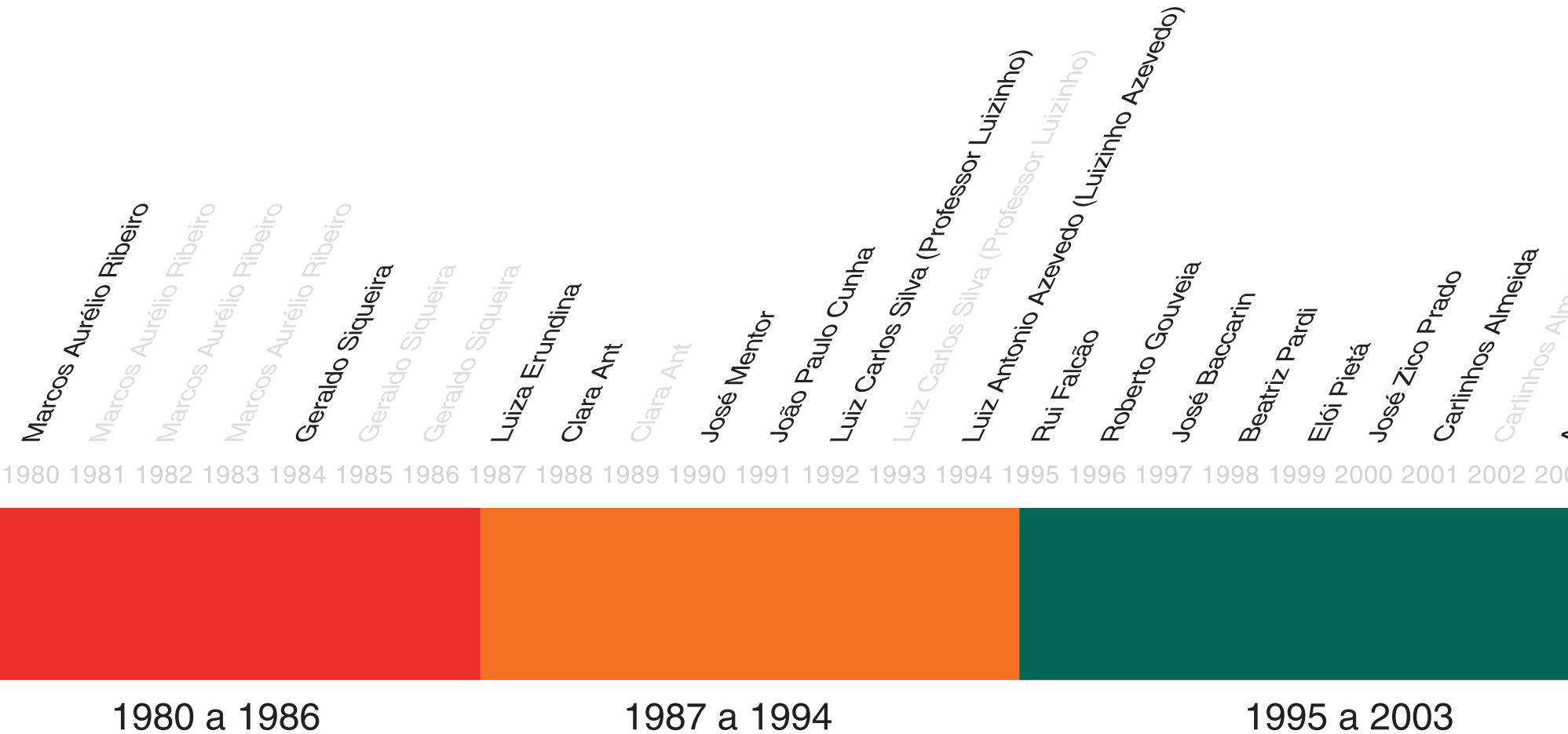




**BANCADA DO PT
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DE SÃO PAULO**

CADAS

LÍDERES DO PT







BIO GRA FIAS





Nome de registro: Adriano Diogo

Nome parlamentar: Adriano Diogo

Nascimento: 30/03/1949

Naturalidade: São Paulo (SP)

Profissão: Geólogo

Legislaturas: 2003-2007; 2007-2011 e 2011-2015

ADRIANO DIOGO

Adriano Diogo é geólogo formado pela Universidade de São Paulo (USP), sanitarista pela Escola de Saúde Pública da USP e pós-graduado em hidrogeologia, na Argentina, em curso realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Militante estudantil e animador cultural, Adriano Diogo foi preso e torturado pela Operação Bandeirantes (Oban) em março de 1973. No Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), onde funcionava a Oban, ficou 90 dias em uma solitária; no Departamento de Ordem Política e Social (Deops), 45 dias; e no Presídio do Hipódromo, no Brás, um ano e meio.

Após a prisão, fez carreira como geólogo e pesquisador e continuou com a militância em defesa dos direitos humanos.

Na sua primeira disputa eleitoral, em 1988, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual é filiado desde a fundação, foi eleito vereador na cidade de São Paulo, sendo reeleito para mais três mandatos. É autor da primeira lei de coleta seletiva de lixo do Brasil.

Em 2002, com 85.514 votos, elegeu-se deputado estadual para ocupar um cargo na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Licenciou-se do cargo por dois anos para assumir a Secretaria Municipal de Verde e Meio Ambiente, na gestão de Marta Suplicy na capital.

Reelegeu-se em 2006 e 2010 à Alesp. Presidiu a Comissão da Verdade “Rubens

Paiva”, instalada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 2012, para efetivar o direito à memória e à verdade em relação às violações de direitos humanos em São Paulo durante a ditadura militar (1964-1985).

Na Comissão da Verdade de São Paulo foram investigados 165 casos de mortos e desaparecidos, entre eles o assassinato de Alexandre Vannucchi Leme, companheiro de Diogo na luta política e no movimento estudantil. Adriano propôs a criação do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Estado de São Paulo, projeto de lei aprovado, mas vetado pelo governador João Doria (PSDB) em 2019.

Também é autor, juntamente com a deputada Leci Brandão (PCdoB), da norma que criou no parlamento paulista o Prêmio Beth Lobo de Direitos Humanos das Mulheres.

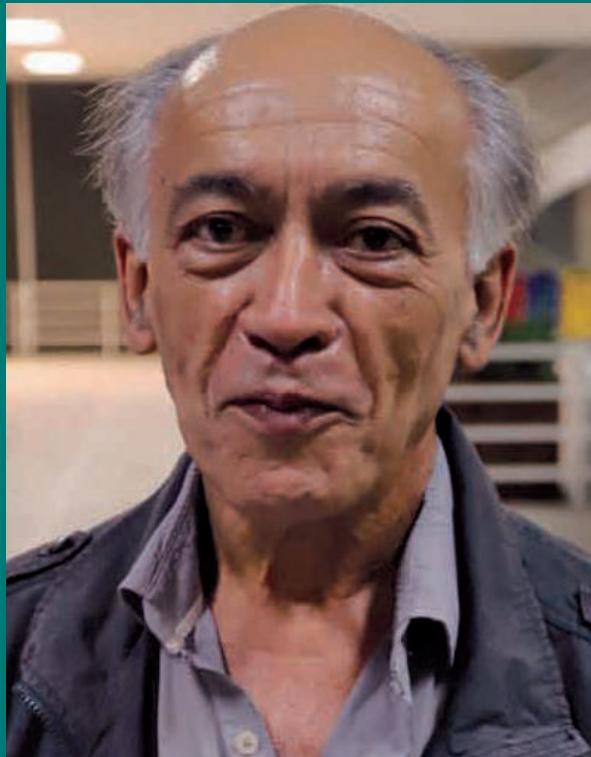
Adriano Diogo foi coordenador do Setorial Nacional de Direitos Humanos do PT e está presente nas lutas dos trabalhadores e dos movimentos populares.

Proposturas destacadas:

Lei 15.552/2014 - Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências.

Resolução Alesp 879/2012 – Cria a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.

Lei 14.680/2011 - Institui o Dia estadual de luta contra a criminalização dos movimentos sociais.



Nome de registro: Antônio Aguimarães de Caldas

Nome parlamentar:

Aguimarães

Nascimento: 20/08/1960

Naturalidade: Altaneira (CE)

Profissão: Soldador

Legislatura: 2007-2011

AGUIMARÃES

Antônio Aguimarães de Caldas nasceu em Altaneira, no Ceará. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde a fundação, foi eleito vereador de Osasco nas eleições municipais do ano 2000. Reeleito, foi vereador à Câmara Municipal de Osasco até 2008.

Foi secretário de Administração de Osasco na primeira gestão do prefeito Emídio de Souza (2005-2008).

Em 2006, candidatou-se a uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Os 38.727 votos recebidos nessas eleições colocaram Aguimarães na terceira suplência da bancada estadual do PT, na legislatura 2007-2011. Em 3 de fevereiro de 2011, tomou posse na vaga deixada por Vicente Cândido, que renunciou para assumir como deputado federal em Brasília.

Em 2017, Aguimarães foi eleito presidente do diretório municipal do PT em Osasco.



Nome de registro: Alcides Carlos Bianchi

Nome parlamentar: Alcides Bianchi

Nascimento: 22/07/1961

Naturalidade: Indaiatuba (SP)

Profissão: Metalúrgico e advogado

Legislatura: 1987-1991

ALCIDES BIANCHI

Alcides Bianchi iniciou sua participação na política como sindicalista, foi secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e vice-presidente estadual da Central Única dos Trabalhadores em São Paulo (1987-1988).

Candidato a deputado estadual nas eleições de 1986, obteve 15.580 votos, ficando na primeira suplência da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1989, com a eleição da deputada estadual Telma de Souza para prefeita da cidade de Santos, Alcides Bianchi tomou posse como deputado constituinte, desempenhando a atividade parlamentar até março de 1991.

No processo constituinte estadual, integrou a Comissão da Ordem Econômica e Social e atuou na discussão da política agrícola e fundiária do Estado, onde ocorreu a contenda sobre a demarcação de terras e o transporte de trabalhadores rurais. Bianchi foi autor da emenda que proibia o transporte de trabalhadores urbanos e rurais em caminhões de carga. Em 2022, no entanto, o artigo 190 da Constituição do Estado foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em ação movida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, entidade

que representa e defende os interesses dos grandes produtores rurais. Segundo Bianchi, os acidentes de trânsito que envolvem caminhões transportando boias-frias continuaram a acontecer por muitos anos.

Alcides Bianchi foi membro efetivo da Comissão de Sistematização e membro substituto das comissões do Poder Legislativo e dos Municípios e Regiões Metropolitanas. “Trazer a discussão de fora para dentro, dos movimentos sociais dos quais nós participávamos, para a debate propriamente dito, aqui, foi um momento marcante para mim”, afirmou o deputado constituinte, em 2014, relembrando as discussões e os debates, que se iniciavam pela manhã e prosseguiam até a madrugada, no que ele classificou de exercício coletivo para que a proposta de uma nova e melhorada Constituição avançasse.

Após a experiência legislativa, Alcides Bianchi formou-se em direito e continuou trabalhando junto às entidades de trabalhadores.

Proposituras destacadas:

Lei 6.971/1990 - Declara de utilidade pública a entidade “Associação de Pais e Amigos de Surdos de Campinas - APASCAMP”, com sede em Campinas.



Nome de registro: Alencar Santana Braga

Nome parlamentar: Alencar Santana

Nascimento: 14/03/1976

Naturalidade: Guarulhos (SP)

Profissão: Advogado

Legislaturas: 2011-2015 e 2015-2019

ALENCAR SANTANA

Alencar Santana é nascido e criado na cidade de Guarulhos. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1998, tem uma carreira política marcada pela defesa da educação, do transporte, da cultura, do meio ambiente e dos direitos trabalhistas.

Sua trajetória começou no movimento estudantil, em 1992, quando tinha apenas 16 anos. Formado em direito, com especialização em direito constitucional, foi eleito vereador em Guarulhos em 2004, sendo o mais jovem eleito pelo PT, e reelegeu-se em 2008. Durante seu período na Câmara Municipal, destacou-se como líder do governo Elói Pietá. Entre 2009 e 2010, assumiu o cargo de secretário municipal de Governo na gestão do prefeito Sebastião Almeida.

Em 2010, foi eleito deputado estadual e reeleito para um segundo mandato na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), exercendo a função até 2018. No parlamento paulista, ganhou visibilidade pela participação em pautas relacionadas à educação, juventude e defesa dos trabalhadores. Foi líder da bancada do PT em dois períodos: de 2012 a 2013 e de 2017 a 2018.

Em 2016, destacou-se como o único deputado de oposição na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Merenda, que investigou o superfaturamento no fornecimento de

alimentos para a merenda escolar da rede estadual, esquema que envolveu servidores da própria Secretaria da Educação. Foi a partir da ocupação e mobilização dos estudantes secundaristas que o Parlamento instalou, pela primeira vez, uma sexta CPI, alterando dispositivo do Regimento Interno da Alesp.

Em 2018, Alencar Santana foi eleito deputado federal e reeleito em 2022. No Congresso Nacional, assumiu posições de liderança como vice-líder do PT, da Minoria e da Federação PT/PCdoB/PV, além de exercer a vice-liderança do governo Lula.

Propositorias destacadas:

Lei 16.207/2016 - Institui o “Dia do Samba Rock”.

Lei 15.854/2015 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de os fornecedores de serviços prestados de forma contínua estenderem o benefício de novas promoções aos clientes preexistentes.

Lei 14.547/2011 - Assegura a gratuidade na utilização de banheiros públicos nas estações rodoviárias no Estado de São Paulo.



Nome de registro: Ana Maria do Carmo Rosseto
Nome parlamentar: Ana do Carmo
Nascimento: 10/08/1955
Naturalidade: Guaraciaba (MG)
Profissão: Auxiliar de cozinha
Legislaturas: 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011; 2011-2015 e 2015-2019

ANA DO CARMO

A mineira Ana do Carmo mora, desde 1966, na cidade de São Bernardo do Campo, onde trabalhou como diarista até o início da década de 1980, quando passou a militar pelas causas populares. Com participação ativa na Pastoral Operária, colaborou com os movimentos grevistas da região, no final dos anos 1970, arrecadando alimentos para os trabalhadores paralisados.

Sua trajetória política se deu a partir do convite feito pelo então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Inácio da Silva, para trabalhar como auxiliar de cozinha no sindicato, lugar onde se juntaria a metalúrgicos e representantes de diversas categorias profissionais.

Como liderança do bairro Ferrazópolis, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. Em 1988, foi eleita vereadora, com 4.138 votos, a candidata mais votada do PT naquela eleição, momento em que passou a intensificar seu trabalho junto ao povo pobre da cidade. Foi reeleita vereadora de São Bernardo do Campo nas eleições de 1992, 1996 e 2000.

Em 1998, candidatou-se a deputada estadual, ficando na suplência. No fim da legislatura, assumiu por um mês, de fevereiro a março de 2003, com a eleição de Paulo Teixeira à Câmara dos Deputados.

Eleita de forma efetiva em 2002, foi reeleita em 2006, 2010 e 2014, contabilizando quatro mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa de São Paulo.

No parlamento paulista, Ana do Carmo priorizou bandeiras e pautas ligadas às demandas dos movimentos de moradia e à defesa dos direitos das mulheres, além de um olhar especial para o meio ambiente.

Resultado do trabalho da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Ana do Carmo aprovou a Lei 16.684/2018, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo), com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Estado de São Paulo. Em 2018, Ana do Carmo foi candidata a deputada federal.

Nas eleições de 2020, retomou o mandato como vereadora de São Bernardo do Campo. Em 2024, Ana do Carmo foi reeleita para o seu sexto mandato na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo.

Proposturas destacadas:

Lei 16.684/2018 - Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo).

Lei 14.223/2010 - Institui o Dia Estadual da Empregada Doméstica.

Lei 12.253/2006 - Obriga farmácias e drogarias a manter à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos em caracteres Braille.



Nome de registro: Ana Lúcia Lippaus Perugini
Nome parlamentar: Ana Perugini
Nascimento: 22/08/1963
Naturalidade: Cariacica (ES)
Profissão: Advogada
Legislaturas: 2007-2011; 2011-2015 e 2023-2027

ANA PERUGINI

Ana Perugini é advogada formada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, pós-graduada em gestão e políticas públicas pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e funcionária licenciada do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Vinda do Espírito Santo, adotou São Paulo nos anos 1970, quando mudou para a cidade de Hortolândia.

Lá, iniciou sua militância política nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nos movimentos populares de luta por água, esgoto, asfalto e pela agricultura familiar. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e de sua construção em Hortolândia. Presidiu o diretório municipal do PT na cidade (1997-1998) e foi eleita vereadora em 2004.

Em 2006, elegeu-se deputada na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), reelegendo-se em 2010.

De 2015 a 2019, cumpriu mandato de deputada federal, ocasião em que foi presidente da Comissão dos Direitos da Mulher, criando a Tribuna da Mulher, e aprovando legislações federais importantes, tais como a lei nº 13.636/16, a lei 8.906/94 e a lei 13.105/2016.

Em 2023, voltou à Alesp para seu terceiro mandato. Coordenou frentes parlamentares de Defesa dos Direitos da Mulheres, de Acompanhamento das Ações da Sabesp e em Defesa dos Direitos dos Consumidores de Telefonia Fixa e Internet.

Em 2023, foi eleita vice-presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres, além de ter participação efetiva nas comissões de Assuntos Metropolitanos e Municipais e de Saúde.

Ana Perugini propôs, em 2007, o programa de vacinação contra o Papiloma Vírus Humano (HPV), para prevenção do câncer de colo do útero, entre outros. Apesar de não ser aprovada em plenário, a proposta suscitou debates e, desde 2014, a vacina contra HPV está disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) para meninas e, desde 2017, para meninos. Também é autora do projeto de lei que prevê ações compensatórias para municípios que abriguem unidades prisionais.

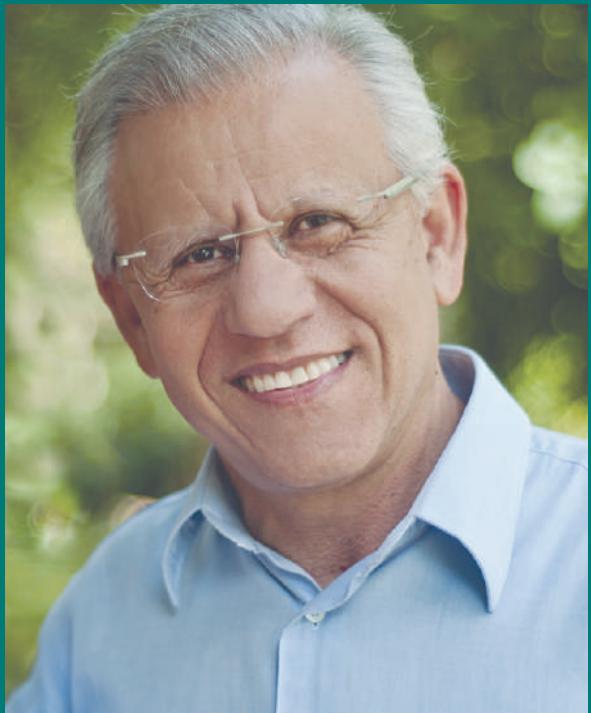
Após tramitar por 17 anos na Alesp, em 2024, foi transformado em lei projeto de sua autoria que obriga cartórios de registro civil a comunicar registro de nascimento sem identificação da paternidade.

Proposturas destacadas:

Lei 17.894/2024 - Obriga os cartórios a comunicarem à Defensoria Pública os registros de nascimento sem identificação de paternidade.

Lei 14.952/2013 - Obriga as concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo a disponibilizar em seus sites seus balanços financeiros anuais.

Projeto de Lei 102/2024 – (Vetado) Chamado de PIB da Vassoura, valoriza o trabalho das donas de casa.



Nome de registro: Angelo Augusto Perugini

Nome parlamentar: Angelo Perugini

Nascimento: 06/04/1955

Falecimento: 01/04/2021

Naturalidade: Jacutinga (MG)

Profissão: Professor

Legislatura: 2015-2019

ANGELO PERUGINI

Angelo Perugini foi figura central na história de Hortolândia, palco de sua trajetória pessoal e política. Nascido em Minas Gerais, numa família católica, Perugini saiu de sua cidade natal aos 11 anos para seguir a vocação religiosa como seminarista, passando por estados do nordeste. Ao longo da formação, graduou-se em letras, filosofia e teologia.

Após deixar o seminário, Perugini estabeleceu-se em Hortolândia, quando ainda era distrito de Sumaré. Envolveu-se nas lutas comunitárias por melhorias como asfaltamento, transporte e saneamento, tornando-se uma liderança popular. Foi fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) na região e teve papel relevante na criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em São Paulo.

Sua carreira política começou em 1989, como vereador em Sumaré, onde participou do processo de emancipação de Hortolândia, que virou município em 1991. Em 1992, disputou pela primeira vez a prefeitura de Hortolândia, mas não foi eleito. Seguiu crescendo politicamente, atuando como secretário de saúde, professor da rede estadual e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas.

Em 2004, Perugini foi eleito prefeito de Hortolândia, sendo reeleito em 2008. Durante os mandatos, manteve forte relação com o governo federal, ampliando

programas e políticas públicas na cidade.

Em 2014, foi eleito deputado estadual e, no parlamento paulista, priorizou temas como educação integral, saneamento, resíduos sólidos e mobilidade urbana, com destaque ao transporte ferroviário.

Perugini deixou o PT, mas continuou sua trajetória política, sendo eleito e reeleito prefeito de Hortolândia em 2016 e 2020. Sua trajetória foi interrompida pela pandemia de covid-19, falecendo em abril de 2021, aos 65 anos.

Angelo Perugini deixou um legado de luta por causas sociais e pelo bem-estar de Hortolândia. Sua contribuição ao movimento social e político, tanto no PT quanto em outras áreas públicas, permanece viva na memória de quem conviveu com ele.

Proposituras destacadas:

Projeto de Lei 1547/2015 - Autoriza o Governo do Estado a firmar convênios com entidades para melhorar a aprendizagem com a ampliação do tempo de permanência de alunos da rede pública estadual.

Projeto de Lei 137/2016 - Dispõe sobre o embarque e desembarque de mulheres usuárias do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano.

Projeto de Lei 476/2016 - Autoriza o Poder Executivo a criar o “Fundo Estadual de Apoio às Vítimas de Microcefalia-FEAVM”.



Nome de registro: Anízio Batista de Oliveira

Nome parlamentar: Anízio Batista

Nascimento: 14/11/1941

Naturalidade: São José do Rio Preto (SP)

Profissão: Torneiro Mecânico

Legislatura: 1983-1987

ANÍZIO BATISTA

Anízio Batista mudou para São Paulo em 1960, aos 19 anos, quando fez a transição de trabalhador rural para operário urbano. Ingressou na indústria como operário especializado em torneiro vertical. Passou por 19 fábricas ao longo de sua trajetória.

Participou da fundação da Oposição Sindical Metalúrgica em São Paulo, militando nela até sua extinção. Participou ativamente na formação de comissões de fábrica durante toda a década de 1970, organizou e dirigiu inúmeras greves e atividades operárias, disputou eleições sindicais em 1978, como candidato pela Oposição Metalúrgica ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única de Trabalhadores (CUT). Eleger-se deputado estadual pelo PT em 1982.

Ao ingressar na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) trouxe todo seu acúmulo dos anos em que passou na organização dos trabalhadores. Atuou em consonância com os movimentos populares, em especial o movimento operário e o movimento sem terra, levando ao plenário as reivindicações dessas categorias e denunciando a repressão policial ainda vigente no país. Articulado com a Comissão Pastoral da Terra, apontou

inúmeras vezes em plenário a condição precária em que os trabalhadores das lavouras de cana-de-açúcar eram mantidos no Estado de São Paulo. No dia 8 de agosto de 1984, o próprio deputado foi preso ao aguardar para acompanhar as negociações da greve dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Relógios Hora S/A, para a qual havia trabalhado. A fábrica havia anunciado a demissão em massa de seus operários. Batista foi levado por policiais militares com mais dez trabalhadores.

Foi também secretário agrário do PT e administrador regional do Ipiranga na gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo.

Anízio Batista deixou o PT em 1994.

Proposituras destacadas:

Lei 5.501/1986 - Institui a “Semana do Trabalhador”, assim compreendendo a semana que antecede ao dia 1º de maio, “Dia Internacional do Trabalho”.



Nome de registro: Antenor Placido Carvalho Chicarino
Nome parlamentar: Antenor Chicarino
Nascimento: 21/04/1953
Naturalidade: Cruzeiro (SP)
Profissão: Neurocirurgião e médico legista
Legislatura: 1991-1995

ANTENOR CHICARINO

Antenor Chicarino foi eleito deputado estadual em 1990, com 16.304 votos, e tomou posse em março de 1991. Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), ocupou cargo na Mesa Diretora, sendo eleito 4º secretário, para o biênio 1993-1995, período em que também esteve no exercício do cargo de 3º secretário.

Compôs a comissão que representou a Alesp na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, em 1992, no Rio de Janeiro (RJ); e apresentou projetos de lei visando o controle da poluição ambiental. Acompanhou as denúncias envolvendo a unidade de produção da indústria química francesa Rhodia, em Cubatão (SP), num dos grandes crimes ambientais ocorrido no Brasil, que deixou extensa área contaminada pelo chamado pó da china, pesticida organoclorado, nos municípios de Cubatão, São Vicente e Itanhaém, com graves reflexos para a saúde dos trabalhadores e a população.

Foi membro da Comissão Especial de Inquérito (CEI) que investigou fatos relacionados à violência física perpetrada contra crianças e adolescentes no âmbito do Estado de São Paulo.

Como médico legista, Antenor Chicarino presidiu uma comissão especial para a

identificação de desaparecidos políticos enterrados na Vala de Perus. Criada em fevereiro de 1998, essa comissão foi composta por representantes de familiares de mortos e desaparecidos políticos e das secretarias da Cultura e da Justiça do Estado de São Paulo. O objetivo do trabalho era identificar militantes políticos presos e assassinados durante o regime militar entre as 1.037 ossadas encontradas em uma vala clandestina do Cemitério Municipal Dom Bosco, no bairro de Perus, na cidade de São Paulo, descoberta oficialmente em 1990.

Antenor Chicarino foi vereador e candidato a prefeito de Guaratinguetá.

Proposturas destacadas:

Lei 8.906/1994 - Inclui no Calendário Turístico do Estado a “Feira da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaratinguetá”, realizada anualmente, durante 4 dias do mês de novembro, em Guaratinguetá.
Lei 8.904/1994 - Inclui no Calendário Turístico do Estado a “Festa de São Benedito”, realizada, anualmente, no domingo de Páscoa e na segunda-feira seguinte, em Guaratinguetá.

Lei 8.894/1994 (Revogada) - Dispõe sobre o financiamento de equipamentos corretivos a portadores de deficiência.
Lei 8.192/1992 - Inclui no Calendário Turístico do Estado o “Carnaval de Rua de Guaratinguetá”.



Nome de registro: Antonio Mentor de Mello Sobrinho
Nome parlamentar: Antonio Mentor

Nascimento: 12/01/1950

Falecimento: 07/05/2024

Naturalidade: São Paulo (SP)

Profissão: Advogado

Legislaturas: 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011 e 2011-2015

ANTONIO MENTOR

Antonio Mentor de Mello Sobrinho nasceu em São Paulo, no bairro do Ipiranga. Formou-se em direito na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP). No final dos anos 1970, mudou com a família para Americana, onde foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e construiu grande parte de sua trajetória política.

Antes de ingressar na política, Antonio Mentor trabalhou no setor privado, no ramo gráfico e de engenharia civil. Incentivado pelo irmão, José Mentor, disputou sua primeira eleição em 1988, quando foi eleito vereador na cidade de Americana. Mentor exerceu três mandatos consecutivos como vereador (1989 a 1999). Na Câmara Municipal de Americana, coordenou a elaboração da Lei Orgânica do Município e foi autor da primeira ação popular que resultou na extinção da aposentadoria dos vereadores na cidade. Também foi secretário municipal de Governo na administração de Waldemar Tebaldi.

Em 1998, Antonio Mentor foi eleito deputado estadual pela primeira vez, reeleito em 2002, 2006 e 2010. Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), foi designado para ser membro do conselho da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) e da Comissão

Permanente de Transportes. Em 2007, presidiu a CPI da Eletropaulo.

Sua atuação política foi marcada pela participação popular e fortalecimento do partido como instrumento da prática democrática. Mentor foi líder da bancada do PT em dois momentos (2003/2004 e 2010/2011). Promoveu seminários para orientar organizações governamentais (ONGs) sobre certificação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Antonio Mentor concorreu três vezes à prefeitura de Americana, sempre pelo PT, atuando como um quadro partidário da cidade e região. Na Alesp, contribuiu com a coordenação da Liderança da bancada do PT e sua assessoria.

Antonio Mentor faleceu no dia 7 de maio de 2024, aos 74 anos, em São Paulo.

Propositoras destacadas:

Lei 10.999/2001 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de ser inserida nas veiculações publicitárias de produtos medicamentosos a necessidade de consulta médica para sua utilização e dá outras providências.

Lei 12.250/2006 (Revogada) - Veda o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas.

Lei 15.829/2015 - Institui o Programa Estadual de Bibliotecas Comunitárias e dá outras providências.



Nome de registro: Antonio Palocci Filho
Nome parlamentar: Antonio Palocci
Nascimento: 04/10/1960
Naturalidade: Ribeirão Preto (SP)
Profissão: Médico
Legislatura: 1991-1995

ANTONIO PALOCCI

Antonio Palocci foi eleito deputado estadual, com 20.290 votos, em 1990, exercendo o mandato de março de 1991 a 31 de dezembro de 1992, já que neste ano tornou-se prefeito de Ribeirão Preto.

A vida parlamentar de Palocci teve início em 1988, como vereador em Ribeirão Preto, sua cidade natal. Ele se formou na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, trabalhou na Secretaria de Estado da Saúde; atuou em associações de classe, sindicatos e na Central Única dos Trabalhadores (CUT). Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo sido seu presidente em São Paulo, de 1997-1998.

Em 1998, foi eleito deputado federal, deixando o cargo em 2000, depois de se eleger novamente prefeito de Ribeirão Preto, tendo se licenciado em 2002 para se dedicar à campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Coordenou a equipe de transição do governo eleito e assumiu o cargo de ministro da Fazenda em janeiro de 2003.

Como prefeito, recebeu diversos prêmios, entre eles, o conferido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) pela defesa dos direitos da criança e do adolescente. Palocci foi responsável por um programa que abriu 80 bibliotecas em Ribeirão Preto e elevou o índice de leitura de 2 para 9,7 livros lidos por habitante/ano.

No governo federal, em meio a uma crise política, foi responsabilizado pela quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Renunciou ao cargo de ministro da Fazenda em março de 2006. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) o inocentou da denúncia.

Palocci foi membro da coordenação nacional da campanha de Dilma Rousseff e seu ministro Chefe da Casa Civil, de janeiro a junho de 2011. Neste mês, renunciou ao cargo, após denúncia de enriquecimento ilícito.

Em setembro de 2016, Palocci foi preso preventivamente, numa das fases da Operação Lava Jato, e solto em 2018, após um acordo de delação. A ação penal foi extinta pelo Superior Tribunal de Justiça, após a declaração de competência da Justiça Eleitoral para processar e julgar o ex-ministro e outros 14 réus, nos processos decorrentes da Lava Jato.

Em 2017, Antonio Palocci desfiliou-se do PT.

Proposturas destacadas:

Lei 8.345/1993 - Dá denominação de “Joel Domingos Machado” ao Centro de Saúde Escola da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, em Ribeirão Preto.

Lei 8.328/1993 - Dá denominação de “Jesus Guilherme Giacomini” à EEPG do Jardim Marchesi, em Ribeirão Preto.



Nome de registro: Arlindo Chinaglia Junior

Nome parlamentar: Arlindo Chinaglia

Nascimento: 24/12/1949

Naturalidade: Serra Azul (SP)

Profissão: Médico

Legislaturas: 1987-1991 e 1991-1995

ARLINDO CHINAGLIA

Arlindo Chinaglia Júnior nasceu no município paulista de Serra Azul, formou-se médico pela Universidade de Brasília e especializou-se em saúde pública pela Universidade de São Paulo. Foi presidente da Associação dos Médicos Residentes do Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo e, por três vezes, do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo, além de vice-presidente da Federação Nacional dos Médicos.

Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da qual foi presidente no Estado de São Paulo (1988/1989).

Em 1990, foi eleito deputado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) com 13.143 votos. Empossado em 15 de março de 1991, já se encontrava no exercício parlamentar, pois na eleição anterior, de 1986, havia ficado na suplência do PT.

Em fevereiro de 1995, assumiu seu primeiro mandato como deputado federal. No mesmo ano, foi escolhido Líder do PT na Câmara dos Deputados, cargo que ocupou no biênio 1995-1996 e depois em 1999-2000. No ano seguinte, licenciou-se do mandato de deputado para ocupar o cargo de secretário de Governo da prefeitura de São Paulo, no

governo de Marta Suplicy.

Em seus sete mandatos consecutivos como deputado federal, Arlindo Chinaglia esteve seguidas vezes entre Os Cabeças do Congresso Nacional, eleitos pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Foi presidente da Câmara dos Deputados, na legislatura de 2007-2009.

Durante a presidência de Arlindo Chinaglia, a TV Câmara, em conjunto com a TV Senado e a TV da Assembleia Legislativa de São Paulo, inaugurou um canal digital aberto em São Paulo, o canal 61.

Proposturas destacadas:

Lei 9.128/1995 - Dispõe sobre o livre acesso dos deputados aos órgãos e repartições públicas.

Lei 9.058/1994 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do recebimento pelos órgãos e instituições do Sistema Único de Saúde do Estado e dos Municípios, a título de reembolso, de valores correspondentes a seguro-saúde e outras modalidades de medicina de grupo.



Nome de registro: Auriel Brito Leal

Nome parlamentar: Professor Auriel

Nascimento: 13/10/1965

Naturalidade: São Paulo (SP)

Profissão: Professor de Ensino Médio

Legislatura: 2015-2019

AURIEL BRITO

Auriel Brito Leal, conhecido como Professor Auriel, nasceu na capital paulista, mas viveu a maior parte de sua vida em Guarulhos, onde se destacou na política.

Formado em matemática pela Universidade Braz Cubas, Auriel iniciou sua carreira como professor, lecionando em escolas estaduais e tornando-se, em 2000, professor efetivo da rede municipal de São Paulo. Sua trajetória política começou ainda na década de 1980, quando se engajou na luta por melhores condições de trabalho para os professores, por meio do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), defendendo a educação pública de qualidade.

Auriel ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT) em 1996, e em 2000 foi eleito vereador de Guarulhos, sendo reeleito sucessivamente em 2004, 2008 e 2012. Durante sua atuação na Câmara Municipal, liderou a bancada do PT por oito vezes e presidiu importantes comissões, como a de Finanças e Orçamento, e de Educação e Cultura. Entre suas principais realizações estão a aprovação de leis como a que estabeleceu medidas para o uso racional de água potável, a que instituiu o feriado municipal do Dia da Consciência Negra e a inclusão de conteúdos antirracistas

no currículo escolar. Também propôs a criação dos Conselhos de Promoção da Igualdade Racial e de Política para Mulheres no município de Guarulhos.

Em 2014, Auriel foi eleito deputado estadual pelo PT, focando sua atuação legislativa em áreas como educação, direitos das mulheres e igualdade racial.

Professor Auriel se desfilhou do PT.

Proposturas destacadas:

Projeto de lei 29/2016 (Vetado) - Obriga as montadoras de veículos, por intermédio de suas concessionárias ou importadoras, a fornecerem carro reserva similar ao do cliente no caso do automóvel ficar parado por mais de 15 dias por falta de peças durante o prazo de garantia contratado.

Projeto de lei 564/2018 (Vetado) - Institui e estabelece Política Pública Estadual de Proteção, Inclusão e Acompanhamento Educacional dos Alunos com Epilepsia na Rede de Ensino do Estado.



Nome de registro: Elisabeth Sahão

Nome parlamentar: Beth Sahão

Nascimento: 01/10/1956

Naturalidade: Urupês (SP)

Profissão: Psicóloga

Legislaturas: 2003-2007; 2007-2011; 2011-2015; 2015-2019; 2019-2023 e 2023-2027

BETH SAHÃO

Beth Sahão é formada em psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e mestre em sociologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Na juventude, participou ativamente de grêmios estudantis e movimentos sociais. Trabalhou por dez anos no departamento de recursos humanos de uma usina de açúcar e álcool, em Novo Horizonte, e foi professora efetiva na rede estadual de ensino e no Centro Paula Souza, na região de Catanduva.

Filiou-se ao PT na década de 1980, contribuindo para a organização da legenda nos municípios do noroeste do Estado.

De 1997 a 2002, esteve à frente da Secretaria de Governo da Prefeitura de Catanduva e, no segundo governo do presidente Lula, atuou como assessora especial da então ministra do Turismo Marta Suplicy.

Em 2002, Beth Sahão foi eleita para seu primeiro mandato de deputada estadual, tornando-se a primeira mulher da história do Noroeste Paulista a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa.

Cumpre atualmente seu sexto mandato no parlamento de São Paulo e já presidiu as comissões de Agricultura, de Direitos Humanos e de Educação e Cultura, além de ter sido vice-presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.

Beth esteve à frente da liderança da

Minoria, em 2015, e foi escolhida líder da Bancada do PT, em março de 2018, função que não era delegada a uma mulher desde 1999.

É autora de mais 200 projetos de lei, os quais se inserem na defesa dos direitos das mulheres, crianças e jovens; da saúde pública de qualidade; dos direitos humanos; da redução das desigualdades regionais no Estado; e de mais recursos para as universidades públicas e a pesquisa científica.

Proposturas destacadas:

Lei 15.852/2015 - Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes e dá outras providências.

Lei 15.666/2015 - Dispõe sobre a inclusão de produtos definidos como orgânicos na merenda escolar das unidades de ensino fundamental da rede pública.

Lei 15.552/2014 - Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências.

Lei 14.651/2011 - Cria o Programa estadual de fomento à economia popular solidária no Estado de São Paulo - PEFES e dá outras providências.

Lei 14.365/2011 - Institui a “Política de Prevenção e Combate ao Câncer de Mama” no Estado, e dá providências correlatas.



Nome de registro: Beatriz Pardi
Nome parlamentar: Bia Pardi
Nascimento: 06/06/1942
Naturalidade: São José do Rio Preto (SP)
Profissão: Professora
Legislaturas: 1991-1995 e 1995-1999

BIA PARDI

Educadora e ativista pelo direito à educação, Beatriz Pardi nasceu em São José do Rio Preto, em São Paulo, e exerceu dois mandatos de deputada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Com a experiência de professora e dirigente sindical do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Bia Pardi destacou-se na apresentação de grande número de propostas de lei e no debate sobre a educação pública no Estado. É de sua autoria a lei que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de educação artística nas escolas públicas estaduais.

Fundadora do Partido dos Trabalhadores (PT), foi líder da bancada de deputados e deputadas estaduais petistas no período de março de 1998 a março de 1999.

Entre as tantas lutas travadas no parlamento, Bia Pardi destacou o aprendizado cotidiano que os mandatos legislativos lhe proporcionaram, “a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência contra a Mulher e contra a Criança e o Adolescente; o desmonte de uma máfia que vendia livros didáticos novos para serem retalhados e virarem aparas; a ação contra juízes que traficavam crianças,

e colaboração na formação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA”.

De 2001 a 2004, durante o governo de Marta Suplicy na cidade de São Paulo, Bia Pardi exerceu as funções de subprefeita de Pinheiros. A educação, porém, continuou sendo sua área privilegiada de atuação: foi coordenadora do Setorial de Educação do PT-SP e atuou, por 12 anos, como assessora nos assuntos de educação na liderança da bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Propositorias destacadas:

Lei 9.724/1997 - Inclui atividades que discutam os problemas sociais do Brasil no Calendário das Escolas Públicas Estaduais.

Lei 9.687/1997 - Institui, no Calendário Escolar, atividades que discutam o Estatuto da Criança e do Adolescente, no período que inclui o dia 12/10.

Lei 9.164/1995 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de educação artística nas escolas públicas estaduais.

Lei 9.067/1995 - Institui a “Semana dos Direitos Humanos”, a ser comemorada, anualmente, na semana que contenha o dia 21 de abril.



Nome de registro: Cândido Elpídio de Souza Vaccarezza
Nome parlamentar: Cândido Vaccarezza
Nascimento: 26/09/1955
Naturalidade: Senhor do Bonfim (BA)
Profissão: Médico
Legislaturas: 1999-2003 e 2003-2007

CÂNDIDO VACCAREZZA

Cândido Elpídio de Souza Vaccarezza nasceu na cidade de Senhor do Bonfim, Bahia. Em 1974, ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Fez cursos de especialização em tocoginecologia, maternidade, amparo maternal (1983-1984), e saúde pública, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade Estadual de São Paulo (1987).

Médico ginecologista e funcionário de carreira da prefeitura de São Paulo desde 1984, Vaccarezza integrou o Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de São Paulo e foi diretor da Escola Municipal de Saúde.

Em 1981, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1998, foi candidato a deputado estadual, obtendo a suplência. Nesse período, foi secretário de Cultura, Esportes e Lazer do município de Mauá (1998-2000).

Em 2002, eleger-se deputado estadual. Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), foi líder da bancada do PT (2004 a 2005).

Em 2005, Vaccarezza foi eleito presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Alesp, uma das mais importantes comissões permanentes, liderando o projeto de consolidação das leis estaduais, a partir da criação de um grupo de trabalho que buscava classificar a legislação estadual por temas e consolidar cada tema

em uma única lei, facilitando os sistemas de consulta para a população. Este trabalho resultou na aprovação da Emenda Constitucional 21/2006, que produziu a adequação do texto constitucional paulista às inovações trazidas por emendas constitucionais federais.

Em 2006, Cândido Vaccarezza foi eleito deputado federal. Em 2009, tornou-se líder do PT na Câmara Federal. Em 2010, no fim do segundo governo do presidente Lula, foi indicado como líder de governo na Câmara dos Deputados.

Em 2010, reeleito deputado federal, permaneceu na função de líder do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, até março de 2012.

Em 2016, Vaccarezza desfilhou-se do PT.

Propositoras destacadas:

Lei 10.936/2001 - Institui e regulamenta o Sistema de Sangue, Componentes e Derivados do Estado de São Paulo.
Projeto de lei 80/2001 (Vetado) - Assegura a todos os cidadãos, independentemente do pagamento de taxa, a obtenção de certificação da autenticidade das cópias de documentos emitidos por repartição pública.
Projeto de lei 715/2004 (Vetado) - Acrescenta parágrafos ao artigo 5º, da Lei nº 7862, de 1992, que estabelece normas de funcionamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e fixa critérios para transferência e aplicação de seus recursos.



Nome de registro: Carlos José de Almeida

Nome parlamentar: Carlinhos de Almeida

Nascimento: 25/06/1963

Naturalidade: Santa Rita de Jacutinga (MG)

Profissão: Professor

Legislaturas: 1999-2003; 2003-2007 e 2007-2011

CARLINHOS ALMEIDA

Nascido em Santa Rita de Jacutinga, Minas Gerais, Carlinhos de Almeida mora em São José dos Campos desde seu primeiro ano de vida. Estudou no Seminário Diocesano de Taubaté e formou-se em história pela Universidade do Vale do Paraíba (Univap). É professor de história e geografia e foi funcionário da Caixa Econômica Federal.

Sua militância política começou no movimento estudantil. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1982 e foi presidente do diretório do PT de São José dos Campos.

Em 1988, foi eleito vereador da cidade. Reeleito em 1992 e 1996, presidiu a Câmara Municipal de São José dos Campos (1997 a 1998).

Em 1998, foi eleito deputado estadual, reeleito em 2002 e em 2006. Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), seus mandatos defenderam a melhoria da qualidade na educação, ao propor a suspensão e revisão do mecanismo de progressão continuada nas escolas estaduais. Carlinhos de Almeida também atuou em prol da democratização do Estado, propondo a implantação do orçamento participativo estadual. Em sua atuação regional, defendeu a criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba,

Litoral Norte e Serra da Mantiqueira.

Por dois anos seguidos, Carlinhos de Almeida foi líder da bancada do PT (2001 a 2003) e, em 2009, foi eleito para ocupar a primeira secretaria da Mesa Diretora da Alesp. Foi presidente da Comissão de Educação, membro efetivo da Comissão de Defesa do Meio Ambiente e vice-presidente da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia.

Em 2010, Carlinhos de Almeida foi eleito deputado federal, obtendo 134.190 votos. Em 2012, candidatou-se e foi eleito prefeito de São José dos Campos, vencendo no 1º turno, com 180.794 votos

Proposturas destacadas:

Lei 10.847/2001 - Proíbe o corte de águas às sextas-feiras e vésperas de feriado.

Lei 11.262/2002 - Declara Áreas de Proteção Ambiental o trecho da Serra da Mantiqueira e as áreas urbanas no Município de São José dos Campos.

Lei 11.369/2003 - Veda qualquer forma de discriminação racial, ao idoso, ao portador de deficiência física e à mulher.

Lei 12.528/2007 - Obriga a implantação de coleta seletiva de lixo em shopping centers e outros estabelecimentos.



Nome de registro: Carlos Alberto Grana

Nome parlamentar: Carlos Grana

Nascimento: 01/01/1966

Naturalidade: São Bernardo do Campo (SP)

Profissão: Metalúrgico

Legislatura: 2011-2015

CARLOS GRANA

Carlos Alberto Grana é natural de São Bernardo do Campo, mas iniciou sua militância política na cidade de Santo André, na Pastoral da Juventude Católica, aos 14 anos de idade. Metalúrgico de profissão, Carlos Grana tornou-se ferramenteiro pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), aproximando-se do movimento sindical do ABC.

Carlos Grana é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1992. Sua trajetória política nasceu no berço sindical do partido, o ABC paulista. Entre 1984 e 2003, Grana se consolidou como liderança sindical. Foi diretor do sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Nacional e Estadual, vice-presidente do sindicato dos Metalúrgicos do ABC e presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Carlos Alberto Grana também integrou o Codefat – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, entre os anos 2003 e 2008.

Em 2010, foi eleito deputado estadual pelo PT. Seu mandato teve como pautas prioritárias a geração de emprego e renda, a partir da valorização do ensino profissionalizante e da garantia de formação de mão de obra qualificada para as indústrias voltadas para a exploração do pré-sal, indústria naval e de aviação.

Nas eleições municipais de 2012, Carlos Grana foi candidato a prefeito pelo PT e venceu a disputa, elegendo-se prefeito da cidade de Santo André.

Desde 2023, Carlos Alberto Grana integra, ao lado do ministro Luiz Marinho, a equipe do Ministério do Trabalho e Emprego, durante o terceiro governo do presidente Lula.

Propositorias destacadas:

Lei 14.546/2011 - Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Bombeiro Mirim.

Lei 15.436/2014 - Declara de utilidade pública a entidade O Desafio Jovem Viva Vida, com sede em Rio Grande da Serra.

Projeto de lei 222/2011 (Vetado) - Dispõe sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Restaurante Popular Bom Prato.



Nome de registro: Carlos

Alberto Pletz Neder

Nome parlamentar: Carlos
Neder

Nascimento: 29/12/1953

Falecimento: 24/09/2021

Naturalidade: Campo Grande
(MS)

Profissão: Médico sanitarista

Legislaturas: 2003-2007; 2007-
2011; 2011-2015 e 2015-2019

CARLOS NEDER

Carlos Neder nasceu em Campo Grande (MS), em uma família marcada pela luta contra a ditadura militar, por prisões e perda de direitos políticos. Seu pai foi militante do Partido Comunista Brasileiro e sua mãe atuou no Socorro Vermelho, organização de auxílio a vítimas do regime.

Na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Neder formou-se médico; engajou-se no movimento estudantil, no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, e iniciou a trajetória em defesa da saúde pública e pela construção do Sistema Único de Saúde (SUS), junto ao movimento popular de saúde da zona leste.

Foi médico da Secretaria de Estado da Saúde e diretor do Centro de Saúde da Cidade A. E. Carvalho. Em 2001, obteve o título de mestre em saúde coletiva, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com pesquisa sobre movimentos populares de saúde.

Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), coordenou seu setorial de Saúde e, de 1990 a 1992, no governo da prefeita Luiza Erundina, foi secretário de Saúde.

Eleito vereador em 1996, exerceu quatro mandatos na Câmara Municipal de São Paulo. Em janeiro de 2005, assumiu pela primeira vez a vaga de deputado estadual, na condição de suplente em exercício. Em 2010 e 2013, assumiu como suplente. Em

2014, foi eleito para a legislatura 2015-2019.

Neder apresentou mais de cem projetos de lei, municipais e estaduais, sendo autor de 60 leis. No âmbito estadual, destacou-se como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Sociais de Saúde (OSS), em 2018. No município, propôs CPIs para apurar o fechamento do Hospital Sorocabana e irregularidades nos contratos com a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), maior OSS do país.

Foi coordenador das Frentes Parlamentares em Defesa das Universidades Públicas e em Defesa dos Institutos de Pesquisa e Fundações Públicas.

Importante formulador da política pública de saúde, da participação popular e da cidadania ativa, Carlos Neder faleceu, em 2021, vítima da covid-19.

Proposturas destacadas:

Lei 14.273/2010 - Introduz o quesito cor no Sistema Estadual de Informações em Saúde e nos bancos de dados utilizados pelos programas sociais.

Projeto de lei 130/2013 - Institui no Estado de São Paulo a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (SUS).

Lei 13.046/2008 - Institui o “Dia Estadual em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho”.



Nome de registro: Carlos Alberto Rolim Zarattini
Nome parlamentar: Carlos Zarattini
Nascimento: 08/06/1959
Naturalidade: São Paulo (SP)
Profissão: Economista e metroviário
Legislatura: 1999-2003

CARLOS ZARATTINI

Carlos Alberto Rolim Zarattini é filho do ex-deputado Ricardo Zarattini Filho, importante militante político, preso e torturado durante a ditadura militar. Carlos Zarattini participou da reorganização dos estudantes secundaristas em São Paulo, trabalhou como gráfico na Editora Abril e na Folha de S. Paulo, época em que fez parte da Oposição Sindical dos Gráficos. Integrou a juventude do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, em 1985, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em 1986, formou-se em economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP). Em seguida, especializou-se em engenharia de transportes pela Escola Politécnica da USP. Carlos Zarattini trabalhou no Metrô de São Paulo, sendo eleito secretário-geral do Sindicato dos Metroviários duas vezes.

Em 1987, Zarattini filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1992, foi candidato a vereador na capital e obteve a terceira suplência. Em 1995, assumiu o mandato e apresentou projeto de lei que propunha a criação do bilhete único no transporte público da cidade, aprovado pela Câmara Municipal, mas, vetado pelo então prefeito, Paulo Maluf.

Em 1998, foi eleito deputado estadual. Na Assembleia Legislativa do Estado de

São Paulo (Alesp) continuou atuando na área de transportes. Em 2000, Zarattini assumiu a Secretaria de Transportes, na gestão da prefeita Marta Suplicy. Como secretário, elaborou projeto de lei que reestruturou o sistema de transporte público da cidade, condição indispensável para a implantação do bilhete único. Coordenou a criação do transporte escolar gratuito, o chamado Vai e Volta e ampliou os quadros da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Em 2004, assumiu a Secretaria das Subprefeituras da cidade de São Paulo.

Em 2006, elegeu-se deputado federal por São Paulo. Atualmente, está em seu quinto mandato consecutivo na Câmara dos Deputados. Em 2017, foi líder do partido, encabeçando a luta da oposição contra a reforma trabalhista, a reforma da previdência e a emenda constitucional do teto dos gastos públicos.

Durante o terceiro governo do presidente Lula, foi vice-líder de governo (2003) e vice-líder da Federação PT/PCdoB/PV (2004).

Proposturas destacadas:

Projeto de lei 287/2000 - Proíbe a fabricação e comercialização de produtos panificados e alimentos "in natura" em lojas de conveniências e similares instaladas em postos de gasolina.

Projeto de lei 404/1999 (Vetado) - Estipula o limite máximo de 35 alunos por sala de aula.



Nome de registro: Francisco Carlos de Souza

Nome parlamentar: Francisco Carlos de Souza (Chico Gordo)

Nascimento: 27/10/1951

Naturalidade: São José do Rio Preto/SP

Profissão: Inspetor de qualidade

Legislatura: 1987-1991

CHICO GORDO

Operário metalúrgico, Francisco Carlos de Souza, o Chico Gordo, começou a militância política no bairro do Grajaú, na zona sul de São Paulo, no final dos anos 1970. Logo aproximou-se de um grupo de operários que participava da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) na região e se envolveu com a Oposição Sindical Metalúrgica, participando de todas as eleições para o Sindicato do Metalúrgicos de São Paulo entre 1981 e 1993. Em 1990, encabeçou a chapa de oposição numa aliança da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com a Corrente Sindical Classista.

Foi membro da direção nacional do PT e presidente da Regional Grande São Paulo da CUT (1987-1989). Chico Gordo foi eleito suplente na bancada do PT de deputados estaduais, nas eleições de 1986.

Em 1989, a deputada Luiza Erundina renunciou para tomar posse no cargo de prefeita da capital, e Chico Gordo tomou posse na Assembleia Constituinte.

Ele lembra que seu mandato parlamentar, de apenas dois anos, foi menos legislativo e mais voltado para a representação e a defesa do movimento sindical. Escrevia-se naquele momento uma nova Constituição para o Estado e a sua presença na Comissão de Defesa dos Interesses da Sociedade, do Estado

e dos Cidadãos tinha como objetivo evitar que mecanismos utilizados na repressão contra os trabalhadores fossem consagrados na nova Constituição, afirmou.

Ainda sob a vigência da Lei de Segurança Nacional, Chico Gordo e outros deputados e deputadas petistas foram acionados em diversas oportunidades em que a imunidade parlamentar era necessária para minimizar atos de repressão policial e mesmo a prisão de trabalhadores durante paralisações, greves ou manifestações promovidas por diferentes categorias de trabalhadores.

Ainda deputado estadual, licenciou-se do mandato no período de 5 a 24 de março de 1990 para disputar as eleições à direção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo.



Nome de registro: Aparecido
Sério da Silva
Nome parlamentar: Cido Sério
Nascimento: 07/09/1959
Naturalidade: Bento de Abreu (SP)
Profissão: Advogado
Legislatura: 2007-2011

CIDO SÉRIO

Cido Sério nasceu em Bento de Abreu e ainda criança mudou com a família para Araçatuba. Trabalhou no comércio e jornal local e, a partir de 1985, tornou-se bancário, funcionário do então Banco de Estado de São Paulo (Banespa).

Atuando na organização da categoria, integrou o Conselho de Representação e Participação do Banespa e a diretoria da Federação Estadual dos Bancários da Central Única dos Trabalhadores (CUT). e diretor da Associação dos Funcionários do Banespa/Santander, do Fundo Banespa de Seguridade Social e da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo.

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1987 e, em 2006, foi eleito deputado estadual com 63.021 votos.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), foi membro da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Queima da Palha da Cana-de-Açúcar, constituída com a finalidade de reavaliar os prazos para eliminação gradativa da queima de palha da cana-de-açúcar. Foi um dos articuladores da disputa jurídica e parlamentar desenvolvida pela bancada do PT para que fosse instalada a CPI da Nossa Caixa e o desvio de verbas publicitárias do banco público fosse investigado.

Coordenou a Frente Parlamentar em Defesa do Correio Público de Qualidade e da Valorização dos Trabalhadores da ECT e aprovou projeto de resolução criando um plano de governança sustentável para a Alesp.

Em outubro de 2007, realizou ato da campanha mundial criada pela Organização das Nações Unidas para incentivar ações no combate à pobreza e à fome.

Em 2008, foi eleito prefeito de Araçatuba, renunciando ao mandato de deputado estadual em 1º de janeiro de 2009. Nas eleições municipais de 2012, foi reeleito.

Depois de sair do PT, em 2018, Cido Sério passou pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), hoje Republicanos, e pelo Partido Social Democrático (PSD), estando filiado ao Partido Verde (PV).

Proposituras destacadas:

Resolução da Alesp 851/2007 - Cria o Plano de Governança Sustentável, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Lei 13.202/2008 - Institui o “Dia do Mototaxista”.



Nome de registro: Clara Levin Ant

Nome parlamentar: Clara Ant

Nascimento: 07/02/1948

Naturalidade: La Paz, Bolívia

Profissão: Arquiteta

Legislatura: 1987-1991

CLARA ANT

Clara Ant é filha de judeus poloneses sobreviventes da Segunda Guerra. Nasceu na Bolívia e chegou ao Brasil com dez anos, morando em São Paulo. Formada em arquitetura pela Universidade de São Paulo (USP), foi professora de planejamento urbano na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Campinas), militou na Organização Socialista Internacionalista, foi vice-presidenta da Federação Nacional dos Arquitetos, fundadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e uma das primeiras mulheres a dirigir a CUT. No Partido dos Trabalhadores (PT) desde a fundação, elegeu-se deputada estadual em 1986, com 19.925 votos.

Em 1987, foi uma das três mulheres entre dez parlamentares na bancada do PT na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Em 1989, duas renunciaram para assumir prefeituras, e Clara Ant tornou-se a única mulher da bancada, liderando-a na Constituinte de São Paulo de 1988 a 1990. Foi membro da Comissão de Sistematização da Constituinte, presidiu a Comissão de Relações de Trabalho e foi suplente na Comissão de Administração Pública.

Clara destaca a mobilização de lideranças sindicais e parlamentares em torno de uma emenda de iniciativa popular para garantir saúde e segurança no trabalho, resultando no artigo 299 da

Constituição Estadual. Apesar da Alesp ser conservadora, ela afirma no livro Quatro Décadas com Lula: o Poder de Andar Junto (Autêntica, 2022): “Houve, sim, um debate, mas sem o desprezo que vemos hoje pelas demandas trabalhistas”.

No livro, ela lembra as mobilizações de servidores públicos contra a decisão do governador Orestes Quérzia (MDB) de não pagar o “gatilho” salarial, destacando que a Alesp honrou o título de Casa do Povo. “Havia a lei, o governador obrigado a cumpri-la, e os deputados podiam impor isso ao governador, com os servidores sendo os mais interessados”.

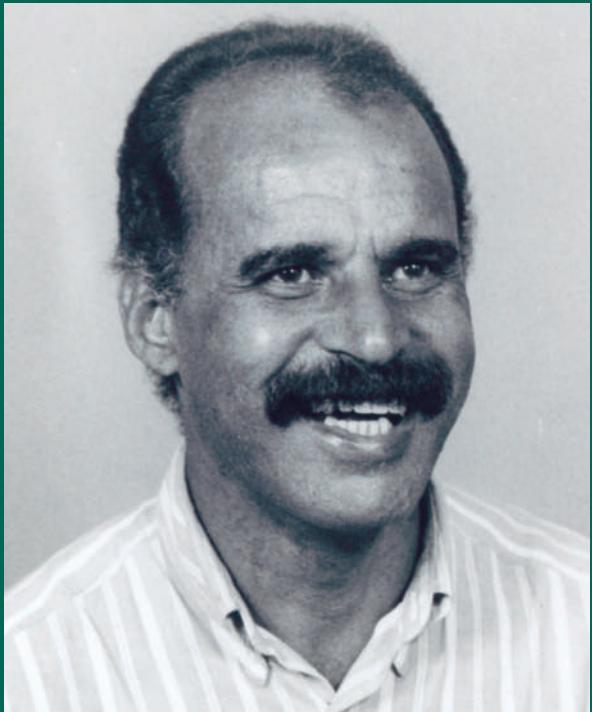
Após seu mandato e até 2002, Clara Ant assessorou Lula nas campanhas eleitorais e nas Caravanas da Cidadania, foi assessora especial do presidente (2003-2010) e diretora e conselheira do Instituto Lula. Em fevereiro de 2023, voltou a atuar na assessoria de Lula.

Proposituras destacadas:

Lei 7.276/1991 - Dá a denominação “José Rodrigues” ao Posto de Atendimento da Secretaria do Trabalho, em Bauru.

Lei 6.977/1990 - Dá a denominação “Vereador Clóvis Garcia” ao Posto de Atendimento da Divisão Regional de Promoção Social e Trabalho de Campinas.

Lei 6.396/1989 - Dispõe sobre obras, serviços, compras e alienações da Administração Centralizada e Autárquica do Estado.



Nome de registro: Djalma de Souza Bom
Nome parlamentar: Djalma Bom
Nascimento: 29/3/1929
Naturalidade: Medina (MG)
Profissão: Metalúrgico
Legislaturas: 1995-1999 e 1999-2003

DJALMA BOM

Filho de camponeses do Vale do Jequitinhonha, Djalma Bom tinha dez anos quando migrou com a família, num caminhão, para São Paulo. Começou a trabalhar como entregador de marmitas, fez curso profissionalizante e tornou-se operário. Ingressou na unidade da Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo, onde exerceu diversas funções na fábrica, até ser promovido a inspetor de qualidade na seção de blocos de motores.

Filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em 1963. Seu ativismo começou no início dos anos 1970, quando concluiu seus estudos numa turma de educação para adultos promovida pelo sindicato. Em 1975, quando Lula foi presidente do sindicato, foi eleito tesoureiro. Djalma Bom participou da organização das greves de 1978-1980 no ABC Paulista, atuando como negociador entre a Mercedes-Benz e o sindicato.

Por sua participação nas greves, foi detido pela primeira vez em 1980 pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Lula, Devanir Ribeiro e Djalma Bom ficaram presos por 31 dias. Enquadrado na Lei de Segurança Nacional, junto com outros doze dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, foi condenado a três anos e seis meses de prisão.

Após a promulgação da Lei da Anistia e a reabertura política, participou, junto

com outros dirigentes sindicais, da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980.

Eleito deputado federal em 1982, votou a favor da emenda Dante de Oliveira, que propunha a eleição direta para a presidência da República. De 1989 a 1993, foi vice-prefeito de São Bernardo do Campo, na chapa com Maurício Soares, pelo PT.

Em 1994, Djalma Bom foi eleito deputado estadual. Na Assembleia Legislativa de São Paulo, apresentou projeto pela elaboração do plano diretor de resíduos sólidos para o Estado, sobre a proibição do descarte inadequado de pneus e câmaras de ar em locais públicos ou privados e sobre o uso e exploração do bioma cerrado no Estado.

Djalma continua filiado ao PT e mantém sua militância política e sindical ativa, como metalúrgico aposentado.

Proposturas destacadas:

Lei 11.387/2003 (Revogada) - Dispõe sobre a apresentação, pelo Poder Executivo, de um Plano Diretor de Resíduos Sólidos para o Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

Lei 10.313/1999 - Veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Estado.



Nome de registro: Antonio
Donato Madormo

Nome parlamentar: Donato

Nascimento: 07/08/1960

Naturalidade: São Paulo (SP)

Profissão: Administrador de empresas

Legislatura: 2023-2027

DONATO

Donato é paulistano do bairro do Campo Limpo e iniciou sua trajetória política no movimento estudantil no início da década de 1980, na Universidade de São Paulo, quando se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT). Na administração de Luiza Erundina, foi chefe de gabinete da Administração Regional do Campo Limpo.

Atuou como assessor especial no gabinete de Marta Suplicy e participou da implantação do bilhete único, conduzida pelo então secretário de Transportes, Carlos Zarattini. Foi secretário de Subprefeituras, ajudando na descentralização administrativa de São Paulo. Eleger-se vereador em 2004, com mais de 58 mil votos, cumprindo cinco mandatos consecutivos.

Donato foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), criada em 2009 para apurar irregularidades na gestão do imposto. A partir dela, a prefeitura atualizou a Planta Genérica de Valores (PGV) e lançou mais de três milhões de metros quadrados de áreas construídas no cadastro municipal, anteriormente não tributadas.

Foi presidente do PT da capital e coordenador da campanha de Fernando Haddad, do qual foi secretário de Governo; presidiu a Câmara Municipal de São Paulo no biênio 2015-2016, criando

o programa Câmara no Seu Bairro, que promoveu encontros dos vereadores com a população nas 32 subprefeituras da cidade para discutir os problemas locais. Como presidente, economizou mais de R\$ 100 milhões do orçamento da Câmara, direcionando os recursos para atender a demandas da população.

Entre 2017 e 2018 foi o líder da bancada de vereadores do PT. De 2021 a 2022, presidiu na Câmara a CPI da Prevent Senior, que investigou os crimes cometidos pela operadora de saúde durante a pandemia de covid-19.

Elegeu-se deputado estadual em 2022. Atua nas áreas de educação e cultura, meio ambiente e sustentabilidade e inclusão social. É membro efetivo das Comissões de Fiscalização e Controle, de Transportes e Comunicações e da CPI das Lojas Americanas.

Proposturas destacadas:

Projeto de Lei 308/2023 (Vetado) - Estabelece política municipal de incentivo ao uso de carros elétricos ou movidos a hidrogênio.

Projeto de Lei 529/2023 - Institui o Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PELLLB) do Estado.

Projeto de Lei 7/2024 - Altera a Lei 10.705/2000 e institui alíquotas progressivas de cobrança do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.



Nome de registro: Donisete Pereira Braga

Nome parlamentar: Donisete Braga

Nascimento: 03/05/1967

Naturalidade: Flora Rica (SP)

Profissão: Contador

Legislaturas: 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011 e 2011-2015

DONISETE BRAGA

Donisete Pereira Braga chegou à cidade de Mauá em 1976. Começou na política ainda adolescente, incentivado pelos pais, que atuavam nas comunidades eclesiás de base da Igreja Católica. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1988.

Em 1996, foi eleito vereador de Mauá. Suas principais bandeiras de atuação política eram voltadas para a juventude, educação e combate às drogas. Liderou o movimento que resultou na primeira faculdade pública do ABC, a Fatec de Mauá.

Em 1998, foi candidato a deputado estadual, ficando na suplência. Foi eleito deputado estadual efetivo na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) em 2002, reeleito em 2006 e 2010. Em sua atuação parlamentar, foi vice-presidente da Alesp (2001 a 2002) e primeiro secretário da Mesa Diretora (2007/2009).

Donisete Braga presidiu a Comissão de Defesa do Meio Ambiente, quando contribuiu para a aprovação de leis específicas das represas Guarapiranga e Billings. O parlamentar também foi titular da Comissão de Constituição e Justiça (2005 a 2007), foi líder da Minoría da Alesp (2012), coordenou a Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas e liderou o movimento Basta de Violência contra Criança e Adolescente.

Em 2012, Donisete Braga foi eleito prefeito de Mauá. Sua gestão obteve avanços importantes no município, entre eles a revitalização do sistema de saúde, a renegociação de dívidas, a construção de creches, do CEU das Artes, no Parque das Américas, e da Fábrica Integra Educação e Cultura. A inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Mauá também ocorreu durante o seu governo, em 2014.

Em 2018, Donisete Braga desfilhou-se do PT.

Proposturas destacadas:

Lei 11.217/2002 (Revogada) - Altera o artigo 15 da Lei n. 1.817, de 27 de outubro de 1978, que estabelece os objetivos e as diretrizes para o desenvolvimento industrial metropolitano e disciplina o zoneamento industrial, a localização, a classificação e o licenciamento de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana da Grande São Paulo.

Lei Complementar 1.261/2015 - Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas.

Lei 12.300/2006 (Coautoria) - Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes

Lei 12.226/2006 (Coautoria) - Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.



Nome de registro: Jorge do Carmo Silva

Nome parlamentar: Dr. Jorge do Carmo

Nascimento: 16/06/1966

Naturalidade: Anadia (AL)

Profissão: Advogado

Legislaturas: 2019-2023 e 2023-2027

DR. JORGE DO CARMO

Natural de Alagoas, a exemplo de milhões de outros nordestinos, Jorge do Carmo veio para São Paulo em 1985, há 40 anos. Iniciou sua atuação militante junto aos movimentos sociais e ajudou a constituir Associação Unificadora de Loteamentos, Favelas e Assentamentos de São Paulo, em defesa da Regularização Urbana e Fundiária de moradias precárias.

Formado em direito, fez e faz da profissão de advogado “ferramenta” em defesa de famílias carentes. Além da assessoria jurídica, dedica-se à luta pela implantação de políticas públicas favoráveis às pessoas sem moradia.

Filiado ao PT desde 1992, foi secretário de Habitação no município de Ferraz de Vasconcelos, onde protagonizou a construção de Unidades Habitacionais e criou Programas como de “Regularização Fundiária”, “Morar Bem” e o “Bem Legal”, com realizações notáveis em favor da população local.

Jorge do Carmo foi chefe de gabinete do vereador Senival Moura. Juntos, construíram uma grande parceria política e militante. Entre 2013-2016, na gestão do prefeito Fernando Haddad, em São Paulo, foi chefe de gabinete na Subprefeitura de Guaianases.

Candidato a deputado estadual pela primeira vez em 2018, Dr. Jorge do Carmo recebeu 61.751 votos. Em 2022, reelegeu-se, com 82.054 votos.

Na Assembleia Legislativa, foi presidente da Comissão de Infraestrutura e líder da minoria. É membro efetivo e vice-presidente da Comissão de Habitação, Desenvolvimento e Reforma Urbana e das comissões de Defesa dos Direitos do Consumidor e de Constituição, Justiça e Redação.

Dr. Jorge também é coordenador de três frentes parlamentares: Frente de Apoio às Vítimas e de Combate às Enchentes na Zona Leste da Capital e Municípios do Alto Tietê, Frente em Defesa da População em Situação de Rua e do Sistema Único da Previdência Social e Frente em Defesa das Famílias Moradoras em Áreas de Risco.

Dr. Jorge do Carmo é autor ou coautor de 49 projetos de lei.

Proposturas destacadas:

Lei 18.009/2024 – torna obrigatória a transparência de dados financeiros sobre a arrecadação dos emolumentos.

Lei 17.952/2024 – Institui o “Dia da Caminhada do Silêncio” – em memória e repúdio ao Golpe Militar de 1964.

Lei 17.932/2024 – Institui o “Dia da Cuidadora – Irmã Dulce”, homenagem aos profissionais que cuidam das pessoas em situação de vulnerabilidade.

PL 138/2023 – Autoriza a criação do Fundo Estadual de Apoio a Situações de Desastre, Calamidade e Emergência.



Nome de registro: Edson Antonio da Silva

Nome parlamentar: Edinho Silva

Nascimento: 20/06/1965

Naturalidade: Pontes Gestal (SP)

Profissão: Sociólogo e professor

Legislatura: 2011-2015

EDINHO SILVA

Edinho Silva construiu sua trajetória pessoal e política na cidade de Araraquara, interior do estado. Formado em ciências sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara e com mestrado em engenharia de produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), ainda na juventude Edinho engajou-se nas pastorais da Igreja Católica, guiado pelos fundamentos da Teologia da Libertação.

Em 1985, Edinho filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), onde começou a desenvolver uma carreira política, ocupando posições de liderança dentro do partido, como presidente do diretório do PT em Araraquara, coordenador regional e, por dois mandatos, presidente estadual do PT. Sua relação com o parlamento paulista começou como assessor da bancada de deputados estaduais, durante a elaboração da Constituição de 1989.

A carreira de Edinho ganhou força em 1992, quando foi eleito vereador de Araraquara, sendo reeleito em 1996. Em 2000, concorreu à prefeitura da cidade, vencendo as eleições e repetindo o feito em 2004. Durante suas gestões, focou em políticas de participação popular e inclusão social, implementou o orçamento participativo e os conselhos municipais, características associadas ao modo petista de governar.

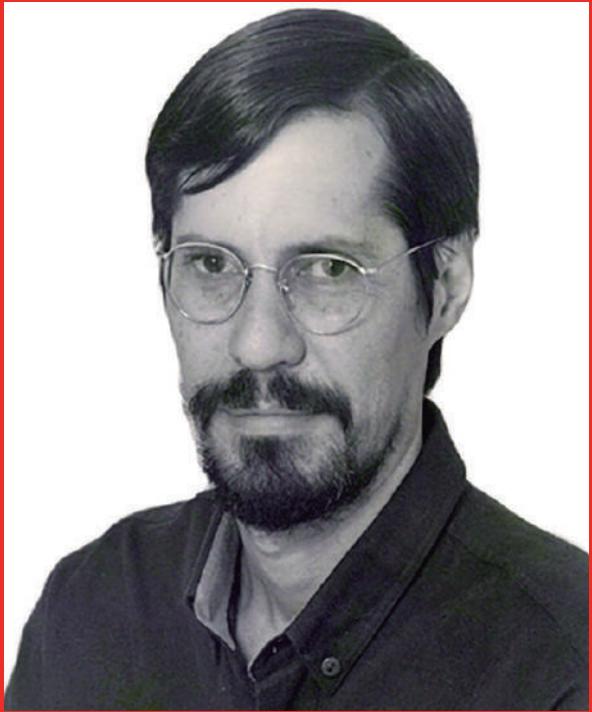
Em 2010, Edinho foi eleito deputado estadual, defendendo pautas como melhorias na educação, saúde e segurança pública. Ele também se destacou na defesa de políticas voltadas para a juventude e o desenvolvimento econômico sustentável. Em 2015, foi convidado pela presidenta Dilma Rousseff para assumir a Secretaria de Comunicação Social (Secom) do governo federal.

Em 2016, Edinho voltou à política municipal, sendo novamente eleito prefeito de Araraquara. Reeleito em 2020, tornou-se o primeiro prefeito a conquistar quatro mandatos na cidade. Ao longo de sua trajetória, também há a curiosidade de que Edinho foi jogador nas categorias de base da Ferroviária, tradicional time de futebol de Araraquara, durante a década de 1980.

Proposituras destacadas:

Lei 15.669/2015 - Dispõe sobre a Política de Tratamento de Doenças Raras no Estado e dá outras providências.

Lei 14.806/2012 - Institui o “Dia de Conscientização sobre Doenças Raras”. Projeto de Lei 413/2011 (Vetado) - Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual e Conselhos Regionais de Segurança Pública e Cidadania.



Nome de registro: Eduardo Jorge Martins Sobrinho

Nome parlamentar: Eduardo Jorge

Nascimento: 26/10/1949

Naturalidade: Salvador (BA)

Profissão: Médico sanitarista

Legislatura: 1983-1987

EDUARDO JORGE

Eduardo Jorge formou-se em medicina na Universidade Federal da Paraíba, em 1973. Especializou-se em medicina preventiva, entre 1974 e 1975, e em saúde pública em 1976, pela Universidade de São Paulo (USP). Militou no movimento estudantil e no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) a partir de 1968, sendo preso e processado com base na Lei de Segurança Nacional por duas vezes, em João Pessoa, entre 1969 e 1970; e, em São Paulo, entre 1973 e 1974.

Atuou em movimentos populares na periferia de São Paulo, a partir de 1974, e na organização dos primeiros conselhos populares de saúde, em 1978. Trabalhou como médico sanitarista da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

Elegeu-se para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) em 1983, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), levando para o parlamento sua articulação com os movimentos sociais da área de saúde. Atuou em defesa do serviço público, denunciando o autoritarismo do governo contra os trabalhadores e a população periférica.

Ainda pelo PT, foi deputado federal entre 1987 e 2003. Em 2004, saiu do

PT, filiando-se ao Partido Verde (PV).

Por duas vezes, foi secretário municipal de Saúde da capital: no governo de Luiza Erundina, entre 1989 e 1990, e no início da gestão de Marta Suplicy, de 2001 a 2002.

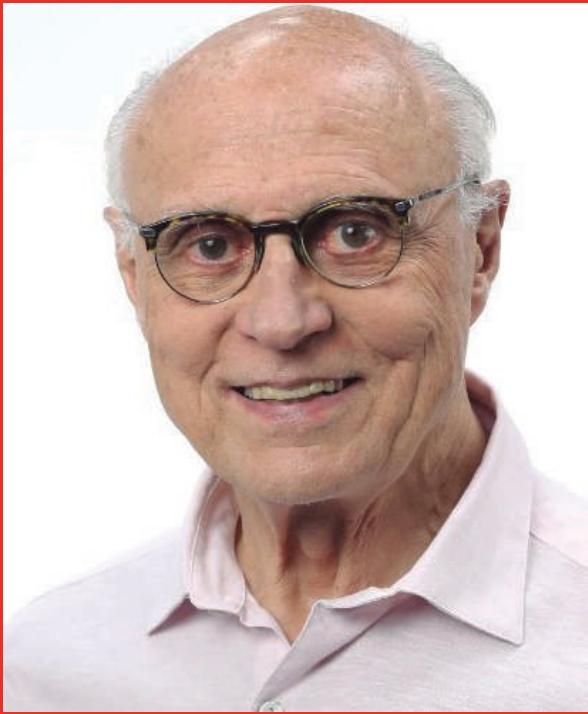
Depois de deixar o PT, foi secretário do Meio Ambiente, nas gestões de José Serra e Gilberto Kassab, na cidade de São Paulo. Candidatou-se a presidente da República, nas eleições de 2014, e compôs, como vice-presidente, a chapa de Marina Silva (Rede), nas eleições presidenciais de 2018.

Propositoras destacadas:

Lei 5.051/1986 - Dá denominação de “Antonieta de Souza Alcântara” à EEPG Jardim das Laranjeiras, no Distrito de Guaianazes, na capital.

Lei 4.915/1985 - Dá denominação de “Ilmen Therezinha Carlini Geraldino” ao Centro de Saúde III Monte Alegre do Sul, em Monte Alegre do Sul.

Lei 4.831/1985 - Altera a redação do Artigo 9.º da Lei n. 3.415, de 22 de junho de 1982 (modificada pela Lei n. 4.186, de 27 de julho de 1984), que trata do Conselho Curador da Fundação Hemocentro de São Paulo.



Nome de registro: Eduardo Matarazzo Suplicy

Nome parlamentar: Eduardo Suplicy

Nascimento: 21/06/1941

Naturalidade: São Paulo (SP)

Profissão: Economista e professor

Legislaturas: 1979-1983 e 2023-2027

EDUARDO SUPLYC

A atuação política de Eduardo Suplicy associa-se à sua carreira de economista e professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), onde foi professor titular de 1966 a 2012, quando se aposentou.

Suplicy é o grande idealizador da política de Renda Básica de Cidadania, que busca garantir um nível de transferência de renda adequado à subsistência da população carente. Entre 1976 e 1980 foi redator de economia na Folha de S. Paulo. Nesse período, ao realizar palestras em universidades, conheceu o então líder sindical Luiz Inácio da Silva, na Fundação Santo André.

Foi eleito deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1978. Nesse tempo, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), legenda para a qual migrou em 1980. Em 1982, foi eleito deputado federal pelo PT, renunciando ao mandato estadual.

Candidatou-se a prefeito de São Paulo em 1985 e 1992 e a governador em 1986. Foi o vereador mais votado da capital paulista em 1988, com cinco vezes mais votos que o segundo colocado. Ocupou a presidência da Câmara Municipal no biênio 1989-1990. Em 1990 foi eleito ao Senado, sendo reeleito em 1998 e 2006.

Em 2014 tentou o quarto mandato, mas ficou em segundo lugar. Em 2015 assumiu

como Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, cargo que ocupou até 2016, quando saiu para disputar a Câmara Municipal, sendo eleito com o maior número de votos da história da cidade.

Em 2018 candidatou-se ao Senado pela quinta vez, ficando em terceiro lugar. Em 2022 foi eleito deputado estadual, retornando à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) após 40 anos.

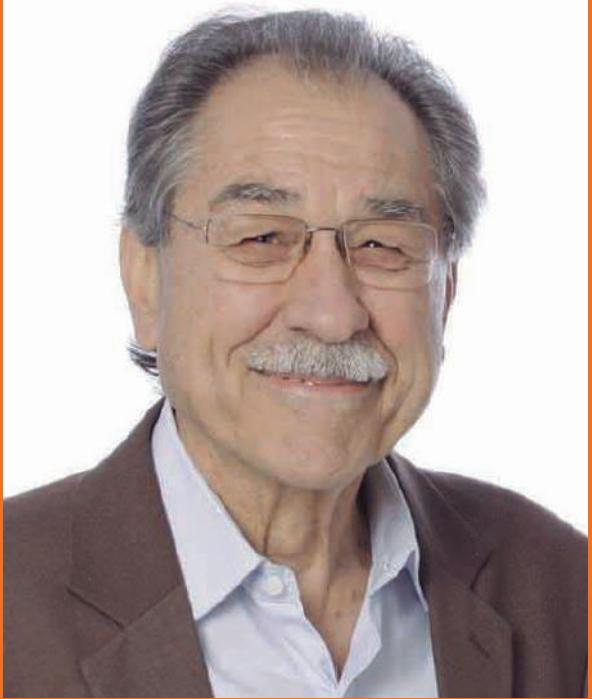
No biênio 2023-2024 preside a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Alesp, integra a Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, além de liderar a Frente Parlamentar pela Implementação da Renda Básica de Cidadania, histórica pauta sua, e ser vice-presidente da Frente Parlamentar da Cannabis Medicinal, do qual se tornou grande entusiasta. A democratização do acesso ao tratamento com cannabis medicinal das pessoas mais pobres tem sido uma importante bandeira do parlamentar.

Proposturas destacadas:

Projeto de lei 1357/2023 - Estabelece a Linha Oficial de Pobreza do Estado.

Projeto de lei 1473/2023 - Cria o Disque-Denúncia das Comunidades Terapêuticas.

Projeto de Lei Complementar 10/1980 (Arquivado) - exclui aposentados da contribuição ao IPESP.



Nome de registro: Elói Alfredo Pietá
Nome parlamentar: Elói Pietá
Nascimento: 10/08/1944
Naturalidade: Gaurama (RS)
Profissão: Professor e advogado
Legislaturas: 1991-1995; 1995-1999 e 1999-2003

ELÓI PIETÁ

Elói Pietá veio do Rio Grande do Sul para São Paulo e mora em Guarulhos desde 1980. Lá foi eleito vereador, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), nos pleitos de 1983 e de 1990, tendo sido presidente da Câmara Municipal da cidade entre 1989 e 1990.

Nas eleições de 1990, candidatou-se a deputado estadual e foi eleito com 13.838 votos. Reelegeu-se em 1994 e em 1998.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), Elói Pietá atuou como membro efetivo da Comissão de Segurança Pública e foi líder da bancada do PT no período de março de 1999 a março de 2000.

Disputou as eleições municipais de 1999 e foi eleito prefeito de Guarulhos, renunciando ao mandato de deputado estadual em janeiro de 2001. Em 2004, Elói foi reeleito no primeiro turno.

Foi vice-presidente da Fundação Perseu Abramo de 2009 a 2012. Em 2016 candidatou-se novamente ao cargo de prefeito de Guarulhos.

Disputou eleições internas ao PT para a escolha do candidato a governador do Estado da sigla para as eleições de 2018, mas não foi o escolhido. No mesmo ano, foi candidato a deputado federal, ficando na suplência da bancada do PT na

legislatura 2019-2023 da Câmara dos Deputados.

Elói Pietá foi mais uma vez candidato a prefeito de Guarulhos pelo PT nas eleições municipais de 2020.

Em 2024, saiu do partido e filiou-se ao Solidariedade para disputar novamente o pleito municipal.

Proposituras destacadas:

Lei 9.128/1995 - Dispõe sobre o livre acesso dos deputados aos órgãos e repartições públicas.

Lei 9.058/1994 - Dispõe sobre a obrigatoriedade do recebimento pelos órgãos e instituições do Sistema Único de Saúde do Estado e dos Municípios, a título de reembolso, de valores correspondentes a seguro-saúde e outras modalidades de medicina de grupo.



Nome de registro: Emidio Pereira de Souza

Nome parlamentar: Emidio de Souza

Nascimento: 22/05/1959

Naturalidade: Inúbia Paulista (SP)

Profissão: Advogado

Legislaturas: 1999-2003; 2003-2007; 2019-2023 e 2023-2027

EMIDIO DE SOUZA

Emidio de Souza nasceu em Inúbia Paulista, em 1959, mas foi na cidade de Osasco que sua trajetória pessoal e política se consolidou. Sua militância teve início no movimento sindical, quando trabalhou em indústrias metalúrgicas de Osasco e região. Emidio é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde a sua fundação.

Em 1988, foi eleito vereador na cidade de Osasco, reeleito em 1992 e 1996. Em 2000, candidatou-se a prefeito, mas não se elegeu.

Em 2002, Emidio foi eleito deputado estadual. Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) conduziu o mandato pautado pela defesa da educação, saúde, meio ambiente e direitos sociais como eixos prioritários.

Em 2004, Emidio assumiu como prefeito de Osasco, reeleito em 2008. Sua gestão foi marcada por avanços significativos na cidade, incluindo a construção de 18 escolas, 15 unidades básicas de saúde (UBS) e 14 centros de inclusão digital. Seu governo elevou Osasco da 23^a à 9^a posição no ranking do PIB das cidades brasileiras.

No campo partidário, Emidio foi presidente do PT em São Paulo (2013 a 2017) e secretário nacional de Finanças e Planejamento do PT (2017 a 2020). Também foi um dos advogados que atuou na defesa do presidente Lula.

Em 2018, Emidio de Souza foi

novamente eleito deputado estadual, assumindo a presidência da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Alesp (2021 e 2022).

Em 2022, foi reeleito como deputado estadual com mais de 157 mil votos, cumprindo seu terceiro mandato no Parlamento Paulista. Emidio é membro efetivo das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Transportes e Comunicações, além de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Em sua atuação legislativa, coordenou a Frente Parlamentar contra a Privatização da Sabesp e liderou a resistência contra a reforma da previdência estadual.

Em 2024, foi candidato a prefeito de Osasco, mas não foi eleito, retomando ao seu mandato parlamentar.

Proposturas destacadas:

Lei 10.951/2001 - Fica proibido o consumo de bebidas com teor alcoólico no interior dos vagões e nas dependências das estações da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.

Lei 11.759/2004 - É assegurada a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos do Estado para as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Projeto de lei 1242/2019 (Vetado) - Dispõe sobre a construção de passagens para a fauna nas rodovias paulistas.



Nome de registro: Enio

Francisco Tattó

Nome parlamentar: Enio Tattó

Nascimento: 20/05/1960

Naturalidade: Frederico

Westphalen (RS)

Profissão: Contador

Legislaturas: 2003-2007; 2007-2011; 2011-2015; 2015-2019; 2019-2023 e 2023-2027

ENIO TATTO

Enio Tattó é o sétimo entre os dez filhos de uma família de descendentes de imigrantes italianos que saiu do Rio Grande do Sul para o Paraná, em 1966, para trabalhar na colheita de soja, e chega em São Paulo, em 1978. Com formação católica e vivência no campo, passa a atuar nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) logo que chega à zona sul da capital, onde se estabelece.

Engajando-se na luta contra a ditadura militar, participa dos movimentos pela anistia e contra a carestia, da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e do Comitê Santo Dias da Silva.

Em 1980, participa da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo eleito deputado estadual em 2002. Reelegeu-se mais cinco vezes (2006, 2010, 2014, 2018 e 2022). Em 2010 e 2014 foi o deputado mais votado da bancada do PT.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), foi duas vezes líder da bancada petista e três vezes líder da Minoria. Ocupou, de forma inédita, três vezes o cargo de 1º secretário da Mesa Diretora do Legislativo Paulista.

Atuante nas comissões de Transportes e Comunicações; de Assuntos Metropolitanos e Municipais; de Assuntos Desportivos e de Constituição, Justiça e Redação, é na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento que Enio se dedica, há quase 20 anos, a fortalecer e acompanhar

as audiências públicas realizadas em todas as regiões administrativas, metropolitanas e aglomerações urbanas do Estado. Defensor do orçamento regionalizado e participativo, partiu de Tattó a iniciativa de realizar as audiências para ouvir as demandas e debater com a sociedade o orçamento anual do Estado de São Paulo.

Da produção legislativa para a área de saúde, destacam-se a lei que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a que institui o Serviço Especial Gratuito de Transporte para tratamento de saúde para pessoas com câncer no Estado. No total, tem 51 leis aprovadas.

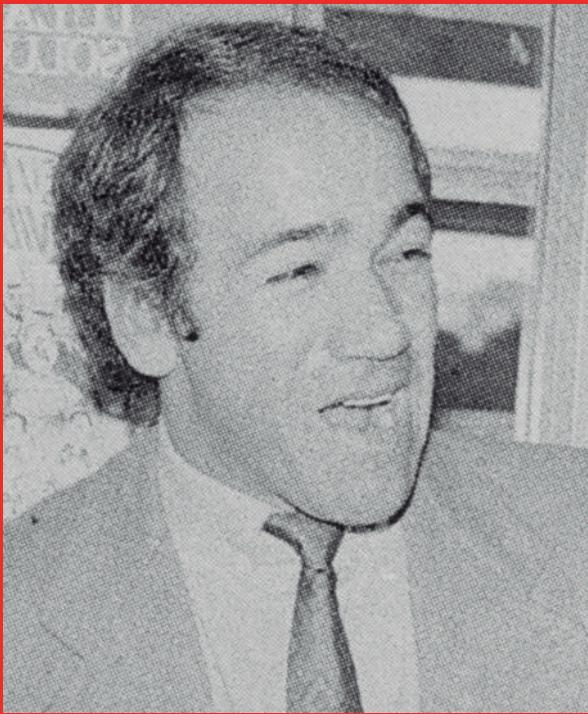
Proposturas destacadas:

Lei 17.158/2019 - Cria a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Lei 16.883/2018 - Institui o Serviço Especial Gratuito de Transporte para tratamento de saúde para pessoas com câncer no Estado. Lei 12.136/2005 - Institui o Dia Sem Carro no Estado de São Paulo.

Lei 15.682/2015 - Institui a Semana de Mobilização do Estado de São Paulo para Busca e Defesa de Pessoas Desaparecidas.

Projeto de lei 611/2023 - Cria o relatório temático “Orçamento Mulheres” como instrumento de controle social e fiscalização do orçamento público.



Nome de registro: Expedito Soares Batista
Nome parlamentar: Expedito Soares
Nascimento: 30/10/1952
Naturalidade: Diamantina (MG)
Profissão: Metalúrgico e advogado
Legislaturas: 1983-1987 e 1987-1991

EXPEDITO SOARES

Expedito Soares tem sua trajetória pessoal e política assentada na região do ABC paulista, onde se tornou uma das lideranças do chamado “novo sindicalismo” e das greves operárias. Militante sindical na Volkswagen durante o regime militar, Soares foi dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e o primeiro presidente do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade.

Em 1982, foi eleito deputado estadual, integrando a primeira bancada do PT na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Em 1983, destacou-se na investigação da denúncia feita pelo padre Ricardo Rezende Figueira, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Conceição do Araguaia (PA), sobre as péssimas condições de trabalho na fazenda do empreendimento agropastoril da Volkswagen, no Pará.

Para a investigação, Expedito Soares formou um grupo composto pelos deputados Manoel Moreira e Tonico Ramos, ambos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o então diretor-secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Humberto Aparecido Domingues, o economista Cesar Concone, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e dois jornalistas.

Em 1986, foi reeleito deputado estadual, integrando a bancada que elaborou a Constituinte Paulista. Na Alesp, foi membro efetivo e vice-presidente da Comissão dos Municípios e Regiões Metropolitanas e participou como membro suplente da Comissão do Poder Judiciário. Pautas voltadas para segurança pública, educação e meio ambiente também foram priorizadas, como a luta pelo aumento de distritos policiais em São Bernardo e a construção de escolas públicas.

Em 1991, durante o seu segundo mandato, apresentou projeto de lei propondo a criação, em caráter obrigatório, de disciplina para tratar das questões ambiental e ecológica, em todas as escolas do ensino fundamental e médio do Estado.

Desde 1992, Expedito Soares decidiu se dedicar à carreira de advogado.

Proposturas destacadas:

Lei 6.708/1990 - Dá denominação de “Vereadora Léa Aparecida de Oliveira” à EEPG Parque das Américas II, em Mauá.
Lei 4.328/1984 - Veda aplicação de recursos públicos na pesquisa ou lavra de petróleo.

Lei 4.280/1984 - Dá denominação de “Metalúrgico Luiz dos Santos” à EEPG do Parque Seleta, em São Bernardo do Campo.



Nome de registro: Fausto Figueira de Mello Junior

Nome parlamentar: Fausto Figueira

Nascimento: 01/04/1947

Naturalidade: São Paulo (SP)

Profissão: Médico

Legislaturas: 2003-2007 e 2007-2011

FAUSTO FIGUEIRA

Fausto Figueira formou-se médico em 1972 e concluiu a residência em clínica cirúrgica em 1974 na Universidade de São Paulo (USP). Construiu carreira profissional e política na cidade de Santos, onde foi professor assistente de cirurgia da Faculdade de Ciências Médicas de Santos (1978) e trabalhou na Secretaria de Estado da Saúde, como diretor técnico do Hospital Guilherme Álvaro e diretor regional de saúde da Baixada Santista (1983-1988). Foi presidente do Sindicato dos Médicos de Santos, conselheiro do Conselho Regional de Medicina e diretor da Federação Nacional de Médicos.

Filiado do Partido dos Trabalhadores, Fausto Figueira presidiu o diretório municipal do PT em Santos, de 1998 a 1999, foi chefe de gabinete da prefeita Telma de Souza e secretário de Turismo do município.

Em 1992, foi eleito vereador e reeleito em 1995 e em 1999. Na Câmara Municipal, foi líder do governo de David Capistrano, prefeito de Santos de 1993 a 1996.

Nas eleições de 2002, foi candidato a deputado estadual, elegendo-se com 61.387 votos. Em 2006, foi eleito suplente e tomou posse efetiva em dezembro de 2008, na vaga do deputado Mário Reali, eleito prefeito de Diadema.

Na Assembleia Legislativa de São Paulo, foi primeiro secretário da Mesa Diretora, de 2005 a 2007, e presidente da Comissão de Saúde.

Na defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), debateu com municípios paulistas a descentralização, a regionalização e o controle social para a gestão plena do SUS, e coordenou a Frente Parlamentar de Apoio à Luta Antimanicomial. Pela valorização do trabalho médico, apresentou projeto de lei que estabelece critérios para a edição da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos no âmbito estadual.

No início de 2008, presidiu o Centro de Excelência Portuária de Santos, o primeiro do país, ligado à então Secretaria Especial de Portos, no segundo governo do presidente Lula.

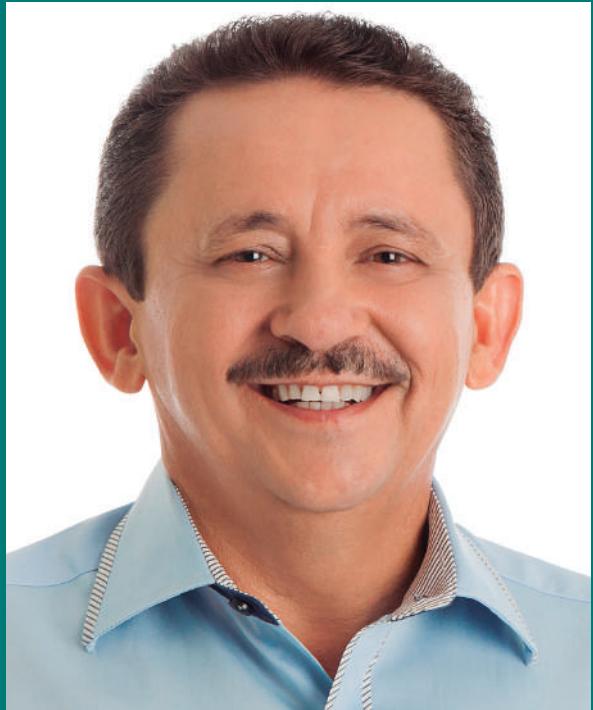
De 2014 a 2015, foi assessor especial do ministro da Saúde Arthur Chioro, no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Em 2023, atuou na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

Proposituras destacadas:

Lei 13.895/2009 - Altera a lei que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas visando à participação do Estado no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Lei 12.258/2006 - Dispõe sobre a prevenção, o tratamento e os direitos fundamentais dos usuários de drogas.

Lei 11.756/2004 - Dispõe sobre a criação e comercialização de Achatina fulica no Estado de São Paulo.



Nome de registro: Geraldo Leite da Cruz
Nome parlamentar: Geraldo Cruz
Nascimento: 10/09/1654
Naturalidade: Olho D' Água (PB)
Profissão: Marceneiro
Legislaturas: 2011-2015 e 2015-2019

GERALDO CRUZ

Geraldo Leite da Cruz nasceu em Olho d'Água, no sertão da Paraíba, e migrou para São Paulo aos 18 anos em busca de melhores oportunidades de trabalho. Em 1976, fixou residência em Embu das Artes, onde iniciou sua trajetória política e social. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde a fundação, foi também um dos responsáveis pela criação do partido na cidade de Embu das Artes, em 1981.

Sua militância começou nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde se destacou como liderança comunitária, lutando por garantia de serviços essenciais, como o fim dos loteamentos clandestinos, acesso à água, energia, asfalto e creches.

Em 1982, foi eleito vereador de Embu das Artes, o único representante do PT na época, reeleito nos pleitos eleitorais de 1988 e 1996. Durante seu terceiro mandato, destacou-se na pauta do combate à corrupção, denunciando desvios de recursos na Câmara Municipal. Em 1999, no episódio conhecido como a “farra dos congressos”, 18 dos 19 vereadores da cidade foram afastados, restando apenas Geraldo Cruz.

Entre 2002 e 2008, Geraldo Cruz foi prefeito da cidade de Embu das Artes, tendo uma gestão reconhecida pela democratização do orçamento e por políticas públicas premiadas, como a

criação do Banco de Alimentos, que recebeu o prêmio Josué de Castro de Combate à Fome e Desnutrição, e as ações na educação, entre elas a criação da merenda escolar saudável, o que lhe rendeu o prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar.

Em 2010, Geraldo Cruz foi eleito deputado estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo, sendo reeleito em 2014. Durante sua atuação parlamentar, priorizou temas como a melhoria dos serviços públicos, as pautas de saúde, educação, segurança e transporte. Geraldo Cruz foi líder da bancada do PT entre 2015 e 2016.

Em 2020, concorreu à prefeitura de Embu das Artes pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), mas não foi eleito. Em 2023, retornou ao PT, mantendo participação ativa e militante na política local e regional.

Proposturas destacadas:

Lei 15.096/2013 - Dispõe sobre políticas públicas destinadas à juventude, e dá outras providências.

Lei 16.879/2018 - Dispõe sobre a aprovação de loteamentos para fins urbanos com controle de acesso, e dá outras providências.

Projeto de Lei 329/2017 (Vetado) - Dispõe sobre a criação do Programa Nota Fiscal da Saúde do Estado.



Nome de registro: Geraldo Augusto Siqueira Filho

Nome parlamentar: Geraldo Siqueira

Nascimento: 07/03/1951

Naturalidade: São Paulo (SP)

Profissão: Bancário

Legislaturas: 1979-1983 e 1983-1987.

GERALDO SIQUEIRA

Geraldo Siqueira iniciou sua trajetória política no movimento estudantil, quando era ainda secundarista, no grêmio da Escola Fernão Dias Paes, no bairro de Pinheiros, na capital. Em luta contra a ditadura militar, atuou em organizações políticas de esquerda, e foi preso em 1970.

Em 1971, ingressou na Universidade de São Paulo (USP), onde foi presidente do Centro de Estudos Geográficos Capistrano de Abreu, da Faculdade de Geografia.

O movimento estudantil denunciava a tentativa de implantação do ensino pago, promovida pelo governo militar e pelo então ministro da Educação Jarbas Passarinho, e as prisões na universidade. Em 1974, participou da criação do Comitê de Defesa dos Presos Políticos da USP e, em 1976, da construção do Diretório Central dos Estudantes, o DCE Livre da USP Alexandre Vannuchi Leme, homenagem ao estudante da Faculdade de Geologia assassinado em 1973.

Essa atuação política foi base para a sua candidatura ao parlamento, em 1978, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1980, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e passou a integrar a primeira bancada petista na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Seu mandato priorizou o apoio aos movimentos sociais e a denúncia da repressão sofrida pelos trabalhadores. Em

1979, durante a greve do ABC paulista, Siqueira foi ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo disposto a participar dos piquetes e repercuti-los no parlamento. Chegou a morar na casa de Lula quando o líder sindical estava prestes a ser preso.

Em 1982 elegeu-se pelo PT e, como membro da Comissão de Meio Ambiente, pautou discussões inovadoras para a época, chegando a se contrapor à instalação de uma usina nuclear em Itanhaém, na Baixada Santista.

Ao término do mandato, retornou à sua atividade profissional de bancário, militou no sindicato da categoria e integrou a comissão de meio ambiente da Central Única de Trabalhadores (CUT).

No governo da prefeita Marta Suplicy, em São Paulo, trabalhou na Secretaria do Verde e Meio e Meio Ambiente; e, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi chefe de gabinete da ministra Marina da Silva, do Meio Ambiente.

Proposturas destacadas:

Lei 5.745/1987 - Declara área de proteção ambiental a região “Haras São Bernardo” antiga “Chácara da Baronesa”, localizada na divisa do município de Santo André com São Bernardo do Campo.

Lei 4.738/1985 - Considera de preservação permanente as florestas heterogêneas primárias existentes em áreas de propriedade do Estado de São Paulo.



Nome de registro: Gerson Luis Bittencourt
Nome parlamentar: Gerson Bittencourt
Nascimento: 29/11/1965
Naturalidade: União da Vitória (PR)
Profissão: Engenheiro Agrônomo
Legislaturas: 2011-2015 e 2015-2019

GERSON BITTENCOURT

Gerson Luis Bittencourt é engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Pelotas e mestre em desenvolvimento e agricultura pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1986, possui trajetória política marcada pelo envolvimento nas áreas de transporte e desenvolvimento urbano.

Sua militância iniciou no movimento estudantil, sendo presidente da Associação Atlética dos Estudantes de Agronomia e diretor do Centro Acadêmico. Atuou como tesoureiro da União Nacional dos Estudantes (UNE) e assessor de planejamento do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, onde reside. Também foi assessor da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nacional.

Entre 2002 e 2004, colaborou com a gestão da ex-prefeita Marta Suplicy em São Paulo. Ocupou cargos na Secretaria das Subprefeituras e na presidência da São Paulo Transportes (SPTrans) e foi secretário de Transportes, implementando políticas públicas para melhorar o transporte urbano.

Em 2004, aceitou convite do prefeito de Campinas, Hélio de Oliveira Santos (PDT), para comandar a Secretaria de

Transportes e a presidência da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC). Foi responsável pela implementação do bilhete único, do Programa de Acessibilidade Inclusiva (PAI) e pela conclusão das obras dos túneis Joá Penteado, paralisadas desde os anos 1990.

Eleito deputado estadual em 2010, Gerson fez um mandato na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) com foco na erradicação da miséria, educação inclusiva, agricultura familiar, habitação, saúde de qualidade e infraestrutura, especialmente em mobilidade urbana. Como suplente, reassumiu o cargo na Alesp no início de 2019, até a posse da nova bancada eleita.

Proposturas destacadas:

Lei 15.831/2015 - Autoriza o Poder Executivo a disciplinar nos contratos de concessão a idade média da frota de ônibus que operam no Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Caráter Metropolitano.

Lei 15.671/2015 - Autoriza o Poder Executivo a criar Sistema de Integração Metropolitana e entre Metrópoles de Transporte Coletivo Público para as regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas e do aglomerado urbano de Jundiaí.

Lei 14.967/2013 - Institui o “Dia Estadual do Agente da Mobilidade Urbana ou do Operador de Trânsito e Transporte” - 23 de setembro.



Nome de registro: Hamilton Pereira de Souza

Nome parlamentar: Hamilton Pereira

Nascimento: 08/07/1954

Naturalidade: Sorocaba (SP)

Profissão: Metalúrgico

Legislaturas: 1995-1999; 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011 e 2011-2015

HAMILTON PEREIRA

Hamilton Pereira nasceu em Sorocaba. Metalúrgico, iniciou sua atividade de militância no movimento sindical. Foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e região, chegando à vice-presidência da entidade. Após sua filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT), em 1982, candidatou-se a vereador em Sorocaba. Em 1992, foi candidato a prefeito, mas não se elegeu.

Em 1994, Hamilton Pereira foi eleito para seu primeiro mandato como deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), sendo reeleito em 1998. Dois anos depois, saiu candidato a prefeito de Sorocaba, pela segunda vez.

Nas eleições de 2002, foi reeleito como o deputado estadual do PT mais votado do Brasil, com 131.637 votos. Nas eleições de 2006, assumiu seu quarto mandato como deputado. Voltou a ser eleito no pleito de 2010, como o deputado estadual mais votado em Sorocaba.

Em seus cinco mandatos na Alesp, Hamilton Pereira aprovou 39 leis, incluindo a que criou o Programa de Combate à Violência nas Escolas, em 1999, depois denominada Escola da Família.

Hamilton foi membro da Mesa Diretora da Alesp, assumindo o cargo de primeiro secretário entre 2001 e 2003. Também foi presidente da Comissão de Relações do Trabalho por três vezes, e do Conselho de

Ética da Casa, por duas vezes.

Hamilton Pereira conseguiu aprovar emenda orçamentária de R\$ 8 milhões para a instalação do campus da Unesp em Sorocaba, lutou pela criação da ala de queimados do Conjunto Hospitalar de Sorocaba (CHS) e aprovou emenda para compra de novos equipamentos de hemodiálise para o hospital.

Seus mandatos foram dedicados à construção de políticas públicas em diversas áreas prioritárias, beneficiando não apenas a região de Sorocaba, mas todo o Estado de São Paulo.

Proposturas destacadas

Lei 15.601/2014 - Institui o Programa permanente do transplante de medula óssea - Promedula.

Lei 15.292/2014 - Define diretrizes para a Política Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Banco de Dados de Pessoas Desaparecidas.

Lei 12.622/2007 - Institui o Programa de Saúde Mental dos Agentes de Segurança Penitenciária.

Lei 11.385/2003 - Dispõe sobre o monitoramento e identificação de visitantes a sentenciados e presos provisórios, nas unidades prisionais e cadeias públicas do Estado de São Paulo.

Lei 10.312/1999 - Institui Programa de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas escolas públicas.



Nome de registro: Henrique Sampaio Pacheco

Nome parlamentar: Henrique Pacheco

Nascimento: 28/09/1951

Naturalidade: São Paulo (SP)

Profissão: Advogado

Legislaturas: 1999-2003 e 2003-2007

HENRIQUE PACHECO

Henrique Sampaio Pacheco nasceu na cidade de São Paulo. Em 1968, quando cursava o ensino clássico em escola pública, iniciou sua militância no movimento estudantil, na fase mais aguda da ditadura militar (1964 a 1985).

Em 1975, Pacheco ingressou na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Em 1977, foi eleito presidente do Centro Acadêmico 22 de Agosto, entidade que representa os estudantes de direito da universidade. Naquele ano, no dia 22 de setembro, a PUC foi invadida pelas forças de segurança do Estado de São Paulo, por promover um ato pela reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), e inúmeras prisões foram feitas com muita violência.

Ainda em 1977, Pacheco participou da construção do Departamento Jurídico 22 de Agosto, que oferecia atendimento a famílias carentes da periferia de São Paulo. Ao concluir a faculdade, iniciou o projeto de criação de uma entidade para prestar assessoria às famílias moradoras de favelas, cortiços, ocupações de terra e loteamentos irregulares. Surgia naquele ano a Associação em Defesa da Moradia. Pacheco também integrou a equipe do Movimento em Defesa do Favelado, entidade que ainda hoje agrupa as lutas das favelas na zona leste da capital.

Em 1988, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e elegeu-se vereador, reeleito por duas vezes consecutivas, em 1992 e em 1996.

Em 1998, elegeu-se deputado estadual. Na eleição de 2002, ficou na condição de suplente. Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), atuou na Comissão de Fiscalização e Controle, de Assuntos Internacionais e participou de importantes Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), entre elas a CPI dos Precatórios, dos Transportes e dos Direitos do Consumidor, tendo uma atuação parlamentar voltada aos movimentos sociais.

Em 2024, Henrique Pacheco foi homenageado pelo deputado Dr. Jorge do Carmo, com apoio da bancada do PT, ao receber o Colar de Honra ao Mérito Legislativo, maior honraria concedida pelo parlamento paulista.

Propositorias destacadas:

Lei 11.079/2002 - Obriga cada Delegacia de Polícia do Estado a dispor do trabalho de assistentes sociais.

Lei 10.884/2002 (Revogada) - Estabelece a obrigatoriedade de reserva de espaço para o tráfego de motocicletas nas vias públicas de grande circulação da Região Metropolitana de São Paulo.



Nome de registro: Iduigues Ferreira Martins

Nome parlamentar: Iduigues Martins

Nascimento: 24/02/1961

Naturalidade: Carlos Chagas (MG)

Profissão: Papeleiro e advogado

Legislatura: 2007-2011

IDUIGUES MARTINS

Iduigues Martins, nascido em Carlos Chagas, Minas Gerais, mudou ainda criança com a família para a zona leste da cidade de São Paulo, no bairro do Itaim Paulista. Dedicou-se aos estudos, cursou mecânica geral no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), formou-se em direito e trabalhou em indústrias na região metropolitana. Nos anos 1980, tornou-se liderança entre os trabalhadores das indústrias de papel e celulose de Mogi das Cruzes. Foi presidente do Sindicato Nacional dos Papeleiros e participou da construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Nas eleições de 2006, com o objetivo de ampliar as lutas populares e por justiça social, para além dos embates sindicais, Iduigues candidatou-se a uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual era filiado desde a fundação.

Os votos recebidos nessas eleições colocaram Iduigues Martins na suplência da bancada estadual do PT na legislatura 2007-2011. Em 2 de março de 2011, ele tomou posse na vaga deixada por Carlinhos Almeida, que renunciou para assumir o mandato parlamentar para o qual foi eleito em 2010, na Câmara dos Deputados.

No curto espaço de tempo em que

atuou como representante da população paulista na Alesp, apresentou moção de repúdio contra a instalação de um lixão em Mogi das Cruzes e indicações pela duplicação de estrada, entre Mogi e a rodovia Ayrton Senna e pela prorrogação da Linha 11-Coral da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), importantes para a melhoria da qualidade de vida da população.

No PT, Iduigues foi secretário estadual de Assuntos Institucionais e membro da direção do partido no município de Mogi das Cruzes.

Em 2012, foi eleito vereador de Mogi das Cruzes e, em 2025, iniciou o seu quarto mandato consecutivo na Câmara da cidade.

Proposituras destacadas:

Projeto de Lei 67/2011 - Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a adotar medidas compensatórias para os Municípios possuidores de áreas de mananciais.



Nome de registro: Irma Rosseto Passoni
Nome parlamentar: Irma Passoni
Nascimento: 05/04/1943
Naturalidade: Concórdia (SC)
Profissão: Professora
Legislatura: 1979-1983

IRMA PASSONI

Irma Passoni mudou para a capital do Estado de São Paulo em 1959. Formou-se no curso de magistério do Colégio Nossa Senhora Aparecida, em 1964, quando iniciou sua trajetória como docente. No ano de 1973, participou da fundação do Movimento do Custo de Vida. O grupo era formado, inicialmente, por mulheres do bairro Jardim Ângela, da zona sul de São Paulo, que pleiteavam a diminuição do preço de compra dos itens básicos para a sobrevivência de suas famílias, em especial os alimentos, reivindicavam mais empregos e infraestrutura para os bairros da periferia da cidade.

Politicamente ligada às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, foi indicada para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Para tanto, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e foi eleita deputada estadual em 1978.

Participou das articulações para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), e em 1980 migrou para a legenda, ocupando vários cargos na direção partidária.

Levou para a Alesp sua articulação com os movimentos populares, a compreensão dos problemas cotidianos vividos pelas mulheres e seu compromisso com a área de educação. Essa postura interferiu na própria estrutura do poder legislativo. Em 1979, liderou a reivindicação das

funcionárias da Casa por um local adequado para deixar as crianças enquanto trabalhavam. A luta resultou no Ato da Mesa Diretora 557/1980, que criou a Unidade de Assistência e Educação Infantil, ou a creche da Assembleia como era chamada. Irma integrou, ainda, a Comissão de Educação.

No término do seu mandato, elegeu-se deputada federal, cargo que ocupou por três mandatos consecutivos entre 1983 e 1995. Foi a primeira líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados.

Após concluir seu último mandato, tornou-se assessora no Ministério das Comunicações. Em 2001, participou da fundação do Instituto de Tecnologia Social, organização da sociedade civil responsável pela inclusão digital de trabalhadores e jovens.

Filiou-se, posteriormente, ao Partido Popular Socialista (PPS), e, em 2023, recebeu a Medalha Mérito Legislativo, por sua trajetória política, concedida pela Câmara dos Deputados.

Proposturas destacadas:

Lei 3.735/1983 - Dispõe sobre o plantio de árvores frutíferas ao longo das estradas estaduais.

Lei 3.733/1983 - Dá denominação de “Elis Regina” ao Festival de Verão do Guarujá.

Lei 2.341/1980 - Dá denominação de “Profª Antonieta Borges Alves” à EEPG da Vila Conceição, em Diadema.



Nome de registro: Isac Franco dos Reis

Nome parlamentar: Isac Reis

Nascimento: 06/10/1952

Naturalidade: Poços de Caldas (MG)

Legislatura: 2011-2015

ISAC REIS

Isac Reis, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1983, nasceu em Poços de Caldas, Minas Gerais. Mas, foi em Carapicuíba (SP) onde se criou e construiu sua carreira e militância política, especialmente no movimento sindical e na política municipal. Com uma trajetória voltada para a defesa dos direitos dos trabalhadores e das pessoas em situação de vulnerabilidade, Isac Reis começou sua atuação como dirigente do Sindicato dos Frios, na década de 1980, período em que lutou por melhores condições de trabalho e pela redemocratização do país.

Desde cedo, envolveu-se em movimentos sociais, com especial destaque para a luta por moradia. Seu desejo de representar a população o levou à política institucional.

Em 1997, ele assumiu por cinco meses, como suplente, vaga na Câmara Municipal de Carapicuíba. Em 2004, elegeu-se vereador. Durante esse período, destacou-se pela investigação e denúncia de irregularidades no município, como no caso da Operação Golpe do Barraco, que envolveu desvio de recursos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) na cidade.

Reeleito vereador em 2008, tornou-

se presidente da Câmara Municipal, durante a gestão do prefeito petista Sérgio Ribeiro. Sua atuação firme e investigativa em questões públicas o levou a ser eleito deputado estadual, em 2010.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Isac Reis focou seu trabalho parlamentar em pautas da educação, infraestrutura, segurança pública, meio ambiente e habitação, com um olhar sempre atento às necessidades de Carapicuíba e região.

Propositorias destacadas:

Projeto de Lei 101/2013 (Vetado) - Dispõe sobre a obrigatoriedade, nos municípios do Estado, de conserto dos buracos e valas abertas nas vias e passeios públicos pelas empresas concessionárias de serviços públicos.

Projeto de Lei 894/2011 (Vetado) - Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do ICMS para a compra de veículo automotor do tipo popular para aposentados e pensionistas que percebam de 1 a 5 salários mínimos.



Nome de registro: Ítalo Cardoso Araújo
Nome parlamentar: Ítalo Cardoso
Nascimento: 14/03/1958
Naturalidade: Araçuaí (MG)
Profissão: Advogado e corretor de imóveis
Legislatura: 2003-2007

ÍTALO CARDOSO

Ítalo Cardoso começou sua trajetória política no Sindicato dos Químicos de São Paulo. Trabalhou na indústria química de 1973 a 1988 e foi fundador da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Foi vereador da cidade de São Paulo por 18 anos e seu primeiro mandato coincide com a eleição da prefeita Luiza Erundina, a primeira gestão do PT na capital.

Ítalo Cardoso levou para a Câmara Municipal as demandas operárias, em especial as lutas dos trabalhadores químicos, sendo autor de leis que tratam da saúde do trabalhador, como a que regula o transporte de produtos perigosos de qualquer natureza por veículos de carga no município.

É autor da Lei municipal 15.776/2013, que regulamenta a apresentação de artistas de rua em logradouros públicos, e da Lei municipal 13.707/2004, que tornou feriado municipal o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Foi presidente da Comissão da Verdade do Município de São Paulo, constituída em 2012. Denominada Comissão Vladimir Herzog colaborou com a Comissão Nacional da Verdade, esclarecendo violações aos direitos humanos ocorridas na cidade de São Paulo no período da ditadura militar

(1964-1985), e debateu o caso da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, objeto de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada em 1990, da qual Ítalo foi membro.

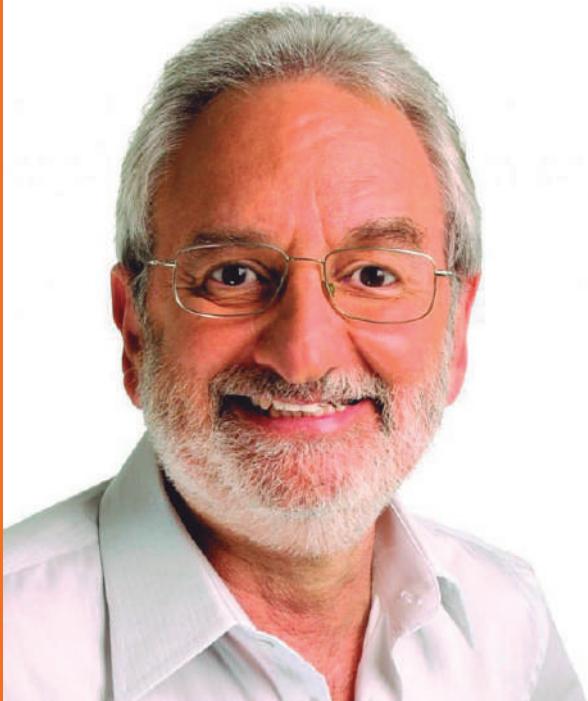
Em 2003, assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), onde presidiu a Comissão de Fiscalização e Controle (2003-2004) e a Comissão de Direitos Humanos (2005).

No parlamento estadual, dedicou-se ao aprimoramento das leis e das articulações em defesa dos direitos humanos que culminaram na proposta de uma Rede Nacional de Parlamentares de Direitos e na organização de canais de coleta de denúncias sobre assassinatos de jovens pobres, negros e periféricos.

Ítalo Cardoso presidiu o diretório municipal do PT na cidade de São Paulo e milita na Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP).

Proposturas destacadas:

Lei 14.475/2011 - Altera a Lei 8.307/1964, que instituiu o “Dia do Imigrante”.



Nome de registro: Ivan Valente
Nome parlamentar: Ivan Valente
Nascimento: 05/07/1946
Naturalidade: São Paulo (SP)
Profissão: Professor
Legislaturas: 1987-1991 e 1991-1995

IVAN VALENTE

Ivan Valente integrou a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) por dois mandatos consecutivos, de 1987 a 1995.

Sua atuação política começou ainda estudante, quando foi dirigente do Centro Acadêmico da Escola de Engenharia Mauá. Militante na resistência à ditadura militar, foi perseguido, preso, torturado e condenado pelo regime militar.

Nos anos 1970, ajudou a fundar o Comitê Brasileiro pela Anistia em São Paulo e dirigiu o jornal socialista Companheiro. Na década seguinte, participou da fundação do PT, tendo sido membro da sua direção nacional por 17 anos.

Em seus dois mandatos na Assembleia Legislativa de São Paulo apresentou projetos e desenvolveu ações em defesa da despoluição da represa Billings e em favor das universidades públicas. Durante os trabalhos constituintes, presidiu a Comissão do Poder Executivo e foi suplente na Comissão de Ordem Econômica e Social.

Em 1995, foi eleito deputado federal. Disputou e tomou posse na Câmara dos Deputados em mais duas eleições ainda pelo PT (1998 e 2002).

Em 2005, filiou-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Proposituras destacadas:

Lei 9.989/1998 - Dispõe sobre a recomposição da cobertura vegetal no Estado de São Paulo.

Lei 9.129/1995 - Veda a instalação de depósitos, com estrutura metálica, em postos de serviço automotivo e suas correspondentes tubulações, sem proteção contra corrosão e dá providências correlatas.

Lei 8.999/1994 - Proíbe a utilização de embalagens descartáveis espumadas, nas condições que especifica, e dá outras providências.

Lei 8.596/1994 - Acrescenta parágrafo ao artigo 1.º da Lei n. 1.284, de 18 de abril de 1977. (Trata da denominação de estabelecimento oficial de ensino e foi revogada pela Lei 14.707/2012).



Nome de registro: Jilmar Augustinho Tatto

Nome parlamentar: Jilmar Tatto

Nascimento: 25/06/1965

Naturalidade: Corbélia (PR)

Profissão: Professor

Legislatura: 1999-2003

JILMAR TATTO

Nascido no Estado do Paraná, Jilmar Tatto é o nono de uma família de dez filhos que mudou para São Paulo em 1978, indo residir na zona sul da capital. Muito jovem, coordenou a Pastoral da Juventude na região de Santo Amaro e, em 1981, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), vindo a se tornar um de seus dirigentes.

Em 1995, foi eleito presidente do diretório municipal do PT na capital.

Nas eleições que o levaram pela primeira vez à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em 1998, recebeu 51.952 votos, o segundo candidato mais votado da bancada. Tomou posse em março de 1999 e exerceu o mandato até janeiro de 2001, quando se licenciou para assumir a Secretaria Municipal do Abastecimento (Semab) no governo de Marta Suplicy, em São Paulo.

Jilmar Tatto conduziu, na mesma gestão, a Secretaria de Implantação das Subprefeituras (2002); a Secretaria de Transportes (2002-2004) e a Secretaria de Governo (2004). Quando secretário de Transportes, foi responsável pela implantação do bilhete único, proposta que o partido vinha tentando viabilizar há tempos e que permitiu que o usuário de transporte coletivo pudesse se locomover usando mais de um meio de transporte, num determinado período, pagando apenas uma tarifa.

Na Alesp, atuou na Comissão de Fiscalização e Controle. Em 2006, foi eleito deputado federal com 145.081 votos. Reeleito em 2010, licenciou-se em 2013 para, mais uma vez, conduzir a Secretaria de Transportes no município de São Paulo, no governo petista de Fernando Haddad.

Jilmar Tatto foi o candidato do PT à prefeitura de São Paulo nas eleições de 2020, mas não chegou ao segundo turno. Em 2022, foi eleito para o terceiro mandato na Câmara dos Deputados. É secretário nacional de Comunicação do PT.

Proposturas Destacadas:

Projeto de Lei 540/2000 - Altera a Lei nº 8510, de 1993, que dispõe sobre a parcela pertencente aos municípios, do produto de arrecadação do ICMS.

Projeto de Lei 251/2000 - Institui incentivo fiscal para empresas que estimulem a proteção ao meio ambiente.

Projeto de Lei 665/1999 - Dispõe sobre normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores, em relação às atividades que possam provocar Lesões por Esforços Repetitivos- L.E.R.

Projeto de Lei 158/1999 - Institui o Programa "Meu Primeiro Emprego".

Projeto de Lei 131/1999 - Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade da Zona Sul.



Nome de registro: João Antonio da Silva Filho

Nome parlamentar: João Antonio

Data de nascimento: 07/03/1960

Naturalidade: São João do Paraíso (MG)

Profissão: Advogado

Legislatura: 1987-1991 e 2011-2015

JOÃO ANTONIO

João Antonio da Silva Filho é advogado e mestre em filosofia do direito, com extensa trajetória política ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Filiado ao partido desde a década de 1980, participou ativamente das comunidades de base da Igreja Católica e do movimento sindical na zona leste da capital paulista e na região da Grande São Paulo. Sua participação ativa o levou a ocupar cargos de direção no PT em níveis zonal, municipal e estadual.

Em 2000, João Antonio foi eleito vereador de São Paulo, sendo reeleito em 2004 e 2008. Na Câmara Municipal, destacou-se como líder da bancada do PT e também como líder de governo da então prefeita Marta Suplicy. Sua atuação legislativa se concentrou em temas como meio ambiente, saneamento, segurança pública e a valorização dos servidores públicos.

Em 2010, foi eleito deputado estadual, atuando pela defesa de políticas públicas para os mais vulneráveis, além de exercer papel fiscalizador do Executivo. Entre 2013 e 2014, ocupou o cargo de secretário de Relações Governamentais da prefeitura de São Paulo, durante a gestão de Fernando Haddad.

Em 2014, João Antonio foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM/SP),

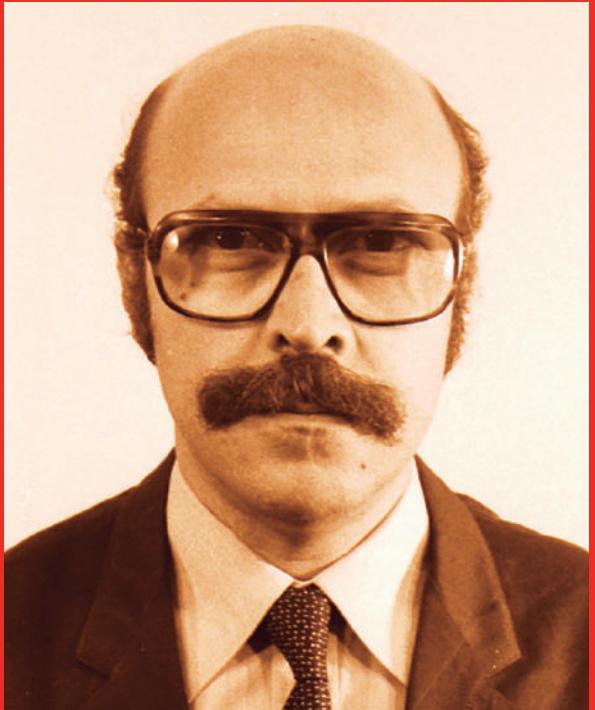
desempenhando funções importantes, como a de presidente do tribunal, entre 2018 e 2022, e diretor-presidente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas.

Em 2024, foi agraciado com o Colar de Honra ao Mérito Legislativo, a maior honraria concedida pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em reconhecimento à sua contribuição ao serviço público e à política.

Proposturas destacadas:

Lei 14.648/2011 - Inclui a Festa do Peão Boiadeiro e a Feira Agropecuária de Monte Mor no calendário turístico do Estado.

Projeto de Lei 365/2011 (Vetado) - Autoriza o Poder Executivo a instituir o “Programa Estadual de Fomento ao Teatro Amador Estudantil nas Escolas Estaduais”.



Nome de registro: João Baptista Breda

Nome parlamentar: João Breda

Nascimento: 22/05/1937

Falecimento: 22/01/2016

Naturalidade: Itapira (SP)

Profissão: Médico

Legislatura: 1979-1983

JOÃO BREDA

João Baptista Breda, médico psiquiatra, foi eleito deputado estadual em 1978, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para a nona legislatura (1979/1983) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Em 1980, migrou para o Partido dos Trabalhadores (PT), passando a compor a primeira bancada da legenda no legislativo paulista.

Breda foi expoente na luta contra a ditadura militar (1964-1985) e pela universalização dos tratamentos relativos à saúde mental e um dos pioneiros na luta contra a discriminação ao segmento LGBTQIAPN+.

Em sua cidade natal participou do grupo de médicos que fundou a casa de repouso Cristália, que daria origem ao laboratório com o mesmo nome. Foi diretor do Instituto Barral de Psiquiatria, hospital filantrópico localizado em Itapira e maior clínica psiquiátrica da América Latina.

Como deputado estadual, foi representante dos movimentos sociais ligados à área de saúde, especialmente do setor público. Fiscalizou as atividades do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), levou ao plenário da Alesp as reivindicações dos trabalhadores da saúde e os problemas dos organismos administrativos e hospitalares que prestavam assistência médica à população do Estado.

Após concluir seu mandato parlamentar, exerceu, entre 1989 e 1990, a chefia de gabinete da presidência da Câmara Municipal de São Paulo, exercida pelo então vereador Eduardo Suplicy. Breda presidiu a Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, organização não governamental que funcionou entre 1983 e 2016, atuando principalmente no combate às ações repressivas do Estado. Nesta comissão esteve ao lado do ex-ministro da Justiça José Gregori, de Eduardo Suplicy, Hélio Bicudo, Fernando Gabeira, Paulo Sérgio Pinheiro, entre outros.

A partir de 1998, passou a atender no consultório de psiquiatria da Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, entidade ligada à Ordem dos Advogados do Brasil Secção São Paulo (OAB-SP).

João Baptista Breda faleceu em 22 de janeiro de 2016, aos 78 anos.

Proposituras destacadas:

Lei 2.786/1981 - Proíbe a exigência da apresentação de abreugrafia para a posse ou ingresso no serviço público estadual à cidadã em período de gestação.

Lei 2.384/198 - Declara de utilidade pública a "Associação - Fundo de Incentivo à Psicofarmacologia", com sede na capital.



Nome de registro: João Paulo Cunha
Nome parlamentar: João Paulo Cunha
Nascimento: 06/06/1956
Naturalidade: Caraguatatuba (SP)
Profissão: Programador de produção, metalúrgico e advogado
Legislatura: 1991-1995

JOÃO PAULO CUNHA

João Paulo Cunha nasceu no litoral paulista, mas cresceu na região metropolitana de São Paulo, na cidade de Osasco, onde desenvolveu carreira profissional como programador de produção na indústria metalúrgica, com ampla militância nos movimentos sindicais e populares.

Participou da Pastoral da Juventude e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica, organizando e integrando o Centro de Defesa dos Direitos Humanos no final da década de 1970. Atuou na organização operária e na Oposição Sindical Metalúrgica em Osasco. Cursou a Escola de Governo, associação coordenada pelo professor Fábio Konder Comparato.

Foi fundador do Partido dos Trabalhadores e, em 1982, elegeu-se vereador em Osasco representando, na Câmara Municipal (1983-1988), os movimentos populares e suas reivindicações por moradia digna.

Em 1986, dirigiu o PT municipal e, em 1988, disputou as eleições para a prefeitura de Osasco.

Em nova disputa eleitoral, elegeu-se deputado estadual, em 1990, liderando a bancada do PT na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) no primeiro ano de mandato, de março de 1991 a março de 1992.

Em 1994, foi eleito para o primeiro dos cinco mandatos que exerceu na Câmara dos Deputados.

Em 1995, foi presidente do PT em São Paulo e disputou novamente as eleições para a prefeitura de Osasco em 1996.

No primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003), Cunha foi eleito presidente da Câmara dos Deputados.

Renunciou ao mandato de deputado federal, na legislatura 2011-2015, depois de ter sido preso e condenado, em fevereiro de 2014, a seis anos e quatro meses de prisão, na Ação Penal 470. João Paulo Cunha ficou dois anos e dois meses na prisão, em Brasília. O restante da pena foi perdoado pelo Supremo Tribunal Superior (STF), em 2014.

Na prisão, concluiu o curso de direito e escreveu o livro Resenha do Cárcere (2017, Editora Região Oeste). João Paulo avalia que, na Ação Penal 470, chamada de Mensalão, houve condenações sem prova e condenações contra as provas, “no meu caso, fui condenado contra as provas”.

Proposituras destacadas

Projeto de Lei 611/1993 - Dispõe sobre a implantação de Centros de Atendimento ao Escolar para a Rede Oficial de Ensino.
Projeto de Lei 490/1991 - Declara de utilidade pública a “Sociedade Pestalozzi de Osasco”, em Osasco.



Nome de registro: João Paulo Rillo
Nome parlamentar: João Paulo Rillo
Nascimento: 01/01/1977
Naturalidade: São José do Rio Preto (SP)
Profissão: Advogado
Legislaturas: 2011-2015 e 2015-2019

JOÃO PAULO RILLO

João Paulo Rillo iniciou sua trajetória política no movimento estudantil, destacando-se como um dos fundadores da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (Umes) de São José do Rio Preto, presidindo a entidade em 1994. Formado em direito, Rillo também é ator, diretor de teatro e músico, tendo a valorização da cultura como uma de suas principais bandeiras.

Aos 18 anos, João Paulo Rillo presidiu o diretório municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) em São José do Rio Preto, exercendo também o cargo de secretário do PT na região, em 2001.

Em 2004, disputou sua primeira eleição, sendo eleito vereador. Em 2008, candidatou-se a prefeito de São José do Rio Preto, mas não foi vitorioso.

Com o início do governo da presidente Dilma Rousseff, Rillo foi nomeado assessor especial no Ministério do Turismo, colaborando com a implementação de uma política nacional de turismo.

Em 2010, disputou uma vaga na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e foi eleito deputado estadual, reeleito em 2014. Durante sua atuação parlamentar, foi líder da bancada de Minoria, presidente da Comissão de Educação e Cultura

da Alesp e integrante da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, responsável por investigar o impacto da ditadura militar no Estado. Entre 2014 e 2015, João Paulo Rillo foi líder da bancada do PT na Alesp.

Em 2016, destacou-se na defesa dos estudantes durante as ocupações que ocorreram no plenário Juscelino Kubitscheck e na luta pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Merenda. Ao longo de sua atuação na Assembleia Legislativa, seus mandatos priorizaram a defesa dos servidores estaduais, com ênfase nas pautas de educação, cultura e participação social.

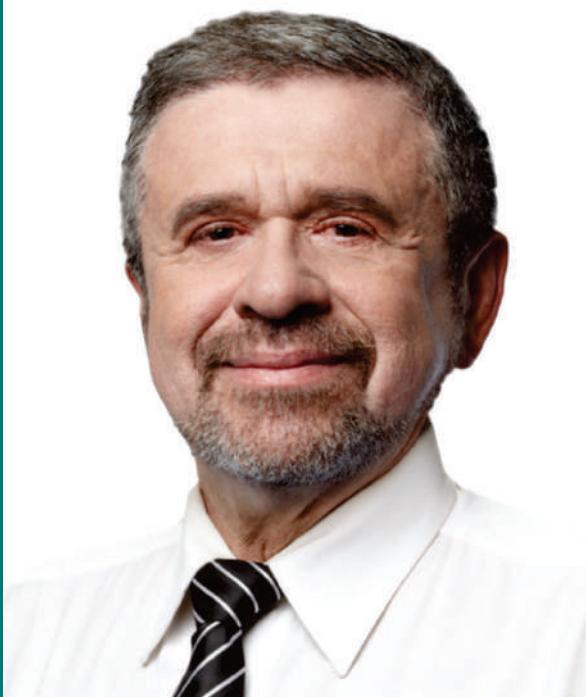
Em 2018, João Paulo Rillo desfilhou-se do PT.

Propositorias destacadas:

Lei 16.281/2016 - Institui o “Dia em Defesa da Educação Pública do Estado de São Paulo”.

Lei 16.539/2017 - Inclui no Calendário Turístico do Estado o Festival Internacional de Teatro - FIT de São José do Rio Preto, que se realiza, anualmente, no mês de julho.

Projeto de Lei Complementar 12/2011 (Vetado) - Cria a Região Metropolitana de São José do Rio Preto, com sede naquele município.



Nome de registro: José Américo Ascêncio Dias

Nome parlamentar: José Américo

Nascimento: 22/12/1953

Naturalidade: Castilho (SP)

Profissão: Jornalista

Legislaturas: 2015-2019 e 2019-2023

JOSÉ AMÉRICO

José Américo Ascêncio Dias é jornalista e político com longa trajetória no Partido dos Trabalhadores (PT). Formado pela Universidade de São Paulo (USP), José Américo trabalhou em importantes veículos de comunicação antes de ingressar na vida pública. Sua atuação política se destaca pelo compromisso com políticas urbanas e culturais.

Eleito vereador na cidade de São Paulo por quatro mandatos, assumiu a presidência da Câmara Municipal no biênio 2013/2014. Durante seus mandatos como vereador, José Américo aprovou diversas leis de incentivo cultural, como a de fomento à dança, o apoio às rádios comunitárias, além de criar o Prêmio Zé Renato de Teatro, iniciativas importantes para a cultura paulistana.

Ao longo de sua carreira, ocupou posições estratégicas em administrações do PT. Na gestão de Marta Suplicy na capital paulista, foi secretário de Abastecimento e de Comunicação, e, sob o governo de Fernando Haddad, assumiu o cargo de secretário de Relações Governamentais. Além disso, foi secretário de Comunicação no município de Mauá, no ABC Paulista.

No âmbito partidário, José Américo teve uma participação significativa, chegando a presidir o diretório

municipal do PT em São Paulo e a atuar como secretário de comunicação do partido em nível nacional.

Em 2014, José Américo foi eleito deputado estadual, sendo reeleito em 2018. Na Assembleia Legislativa, defendeu políticas de expansão do ensino profissionalizante, programas de habitação popular e urbanização de áreas vulneráveis, além de priorizar o apoio às micro e pequenas empresas. Também foi responsável pela destinação de mais de R\$ 60 milhões em emendas parlamentares para áreas como saúde, esportes, cultura e assistência social.

Em 2022, candidatou-se a deputado federal, mas não foi eleito. Em 2023, assumiu a superintendência regional da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) de São Paulo.

Proposituras destacadas:

Lei 16.918/2018 - Obriga aos Tabeliões de Notas no Estado de São Paulo de manterem e enviarem todos os seus atos notariais à Central de Atos Notariais Paulista, e dá outras providências
Projeto de Lei 863/2017 (Vetado) - Dispõe sobre a presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas estaduais.

Projeto de Lei 230/2018 (Vetado) - Dispõe sobre a criação do Programa de Radiodifusão Comunitária.



Nome de registro: José Giacomo Baccarin

Nome parlamentar: José Baccarin

Nascimento: 19/09/1957

Naturalidade: Presidente Prudente (SP)

Profissão: Agrônomo e professor

Legislatura: 1995-1999

JOSÉ BACCARIN

José Giacomo Baccarin nasceu em Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, e formou-se em agronomia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Jaboticabal, em 1979. Seguiu a carreira acadêmica, tornando-se mestre em economia agrária pela Universidade de São Paulo (USP), campus de Piracicaba; doutor em engenharia de produção pela Universidade Federal de São Carlos e livre-docente em desenvolvimento agroindustrial e política agrícola pela Unesp de Jaboticabal.

Em outubro de 1980, foi contratado como professor adjunto do Departamento de Economia, Administração e Educação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Unesp de Jaboticabal. Desde agosto de 2011, é professor e orientador do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp, campus de Rio Claro. Sua atuação política teve início com sua eleição para prefeito de Jaboticabal, em 1988.

Em 1994, Baccarin foi eleito deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Sua atuação parlamentar priorizou a educação, com a apresentação de projetos que dispunham sobre o processo de elaboração do Plano Estadual de Educação, sobre a idade mínima para matrícula no ciclo básico escolar da rede

estadual de ensino e sobre o desconto de 50% para estudantes nas tarifas dos sistemas de transporte coletivo.

Quanto aos temas de sua área de atuação profissional, apresentou proposições relacionadas à queima da palha de cana-de-açúcar; regulação da elaboração e comercialização de produtos comestíveis artesanais de origem animal e vegetal e a obrigatoriedade da inclusão de laranja in natura ou em forma de suco no cardápio da merenda escolar.

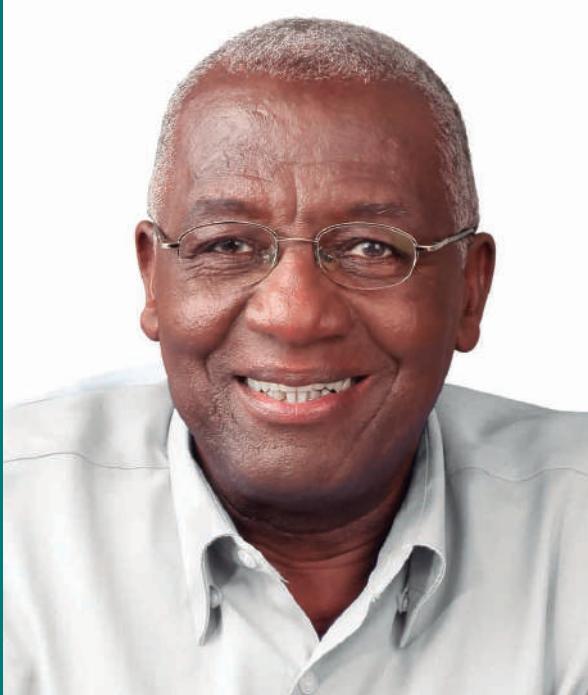
Baccarin ocupou o cargo de secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na execução do Programa Fome Zero, entre 2003 e 2004, no primeiro mandato do presidente Lula. Também foi superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em São Paulo, entre 2011 e 2012.

Atualmente, Baccarin segue como docente e pesquisador de política agrícola, economia agrária e economia brasileira na Unesp.

Proposturas destacadas:

Lei 10.246/1999 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de os bancos estaduais enviarem ao Poder Legislativo relatório mensal das aplicações no crédito rural.

Lei 9.475/1996 - Dispõe sobre a normatização de audiência com a comunidade científica.



Nome de registro: José de Souza Cândido
Nome parlamentar: José Cândido
Nascimento: 30/09/1942
Falecimento: 12/02/2012
Naturalidade: Sabino (SP)
Profissão: Torneiro mecânico
Legislaturas: 2007-2011 e 2011-2015

JOSÉ CÂNDIDO

Com apenas 19 anos, José de Souza Cândido liderou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Oriente, no Centro-Oeste paulista. No Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) de Marília, formou-se torneiro mecânico.

Nos anos 1970, mudou-se para São Paulo e depois para Suzano, onde fixou residência. Fundou uma comunidade católica e a associação amigos de bairro no Jardim Revista, colaborando com a formação de outras associações na cidade.

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1982 e, motivado por membros da Igreja Católica, disputou sua primeira eleição, faltando poucos votos para se tornar vereador em Suzano.

Em nova disputa, foi eleito à Câmara Municipal de Suzano, onde exerceu três mandatos de vereador, de 1989 ao ano 2000.

José Cândido foi presidente nacional da Associação Católica Kolping e ministro da palavra e eucaristia na Igreja Católica. No PT, coordenou a Macrorregião do Alto Tietê, por cinco anos, a partir de 2001.

Em 2006, foi eleito deputado estadual com 58.932 votos.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), enfatizou ações de combate ao racismo, de defesa dos direitos humanos e do meio

ambiente. De 2008 a 2011, presidiu a Comissão de Direitos Humanos, tendo participado ativamente das discussões da VI Conferência Estadual de Direitos Humanos e do Plano Estadual de Direitos Humanos.

Foi reeleito deputado estadual em 2010 e, na legislatura iniciada em 2011, incorporou os debates sobre a cultura às prioridades de seu mandato.

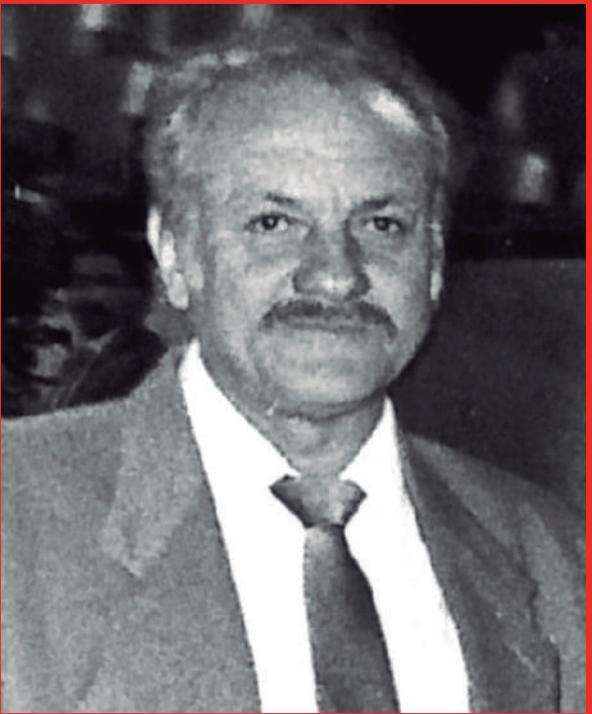
Em janeiro de 2012, após procedimento cirúrgico para retirada de vesícula biliar, José Cândido apresentou mal súbito, com diagnóstico de parada cardíaca, e permaneceu hospitalizado até 12 de fevereiro, quando faleceu.

A morte de seu Cândido, como era chamado pelos companheiros, foi lamentada por diferentes setores da sociedade, com homenagens à sua retidão e ao seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa.

Proposturas destacadas:

Lei 13.538/2009 - Institui o Dia Estadual da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde.

Lei 13.407/2009 - Inclui no calendário turístico do Estado de São Paulo a Festa de São Benedito e a Festa da Mãe Negra, que se realizam anualmente, respectivamente, nos meses de abril e maio, na paróquia Nossa Senhora Achiropita, no bairro do Bexiga, em São Paulo.



Nome de registro: José Cicote
Nome parlamentar: José Cicote
Nascimento: 29/11/1937
Falecimento: 21/09/2013
Naturalidade: Poloni (SP)
Profissão: Metalúrgico
Legislaturas: 1983 -1987 e 1987-1991

JOSÉ CICOTE

José Cicote trabalhou na lavoura até os 23 anos, quando mudou para São Bernardo do Campo, em 1963. Cursou o ensino profissionalizante, especializando-se como operador de máquinas, mecânico de manutenção e técnico de alta tensão. A partir de 1972, ingressou na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, precursora do novo sindicalismo e dos movimentos grevistas do período.

Em 1979, logo após a posse do último presidente do regime militar, Cicote foi provisoriamente destituído do cargo sindical por ter liderado movimentos grevistas, quando acabou preso por trinta dias. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), designado membro da Comissão Provisória Nacional da legenda. Em 1981, Cicote assumiu a presidência do diretório municipal do PT de Santo André e ingressou como membro do diretório nacional do partido.

Em 1982, foi eleito deputado estadual pelo PT, obtendo 81.118 votos, o mais votado do partido, sendo reeleito no pleito de 1987. Em sua atuação parlamentar, foi eleito 2º vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), de 1985 a 1987, e nesse mesmo ano assumiu a presidência do PT estadual, cargo que exerceu até 1989.

Com a instalação da Constituinte

paulista, foi membro titular da Comissão de Administração Pública e quarto secretário da Mesa Diretora da Alesp (1987 a 1989). Exerceu também o cargo de relator da Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Usina Tamoio e de presidente da CEI dos Meios de Transportes Coletivos.

Em 1988, concorreu ao cargo de vice-prefeito de Santo André, na chapa vitoriosa encabeçada por Celso Daniel. Em 1990, foi eleito deputado federal, renunciando a sua cadeira no parlamento paulista.

Em 1992, foi candidato a prefeito de Santo André, mas perdeu a eleição. Em 1996, participou do grupo dissidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que resultou na divisão do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e na criação do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, ligado à Força Sindical. Em 1997, desfiliou-se do PT.

José Cicote faleceu em 21 de setembro de 2013.

Proposturas destacadas:

Lei 4.953/1985 - Proíbe a instalação de dispositivos no interior dos ônibus intermunicipais que prejudiquem a segurança, o conforto e o livre acesso dos usuários.

Lei 4.806/1985 - Dá denominação de "José Romeu da Silva" à EEPG da Chácara Falchi, em Mauá.



Nome de registro: José de Filippi Júnior
Nome parlamentar: José de Filippi
Nascimento: 02/06/1957
Naturalidade: Espírito Santo do Pinhal (SP)
Profissão: Engenheiro
Legislatura: 1999-2003

JOSÉ DE FILIPPI

José de Filippi nasceu em Espírito Santo do Pinhal e mudou para São Paulo com dez anos. Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1979. Fez pós-graduação na área de políticas públicas em Harvard, nos Estados Unidos.

José de Filippi despertou para a política ainda estudante. Atuou como engenheiro nos movimentos sociais, assessorando famílias em programas habitacionais. Nesta época, também frequentou as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na região sul da capital.

Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1981, já no ano de 1983 assumiu o cargo de secretário de Obras em Diadema, a primeira cidade que o PT governou no Brasil, durante a gestão de Gilson Menezes.

José de Filippi foi prefeito de Diadema por quatro mandatos. Eleger-se pela primeira vez em 1992. Presidiu duas vezes o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, em 2003 e em 2024, que reúne os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Foi o primeiro consórcio multisectorial do país, com capacidade para planejar, firmar acordos e abrir processos de licitação para obras em prol dos sete municípios.

Em 1998, Filippi foi eleito deputado estadual. Na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), exerceu o mandato entre 1999 e 2000, período no qual apresentou projeto para a criação do Programa de Garantia de Acesso à Energia Elétrica e a instituição do Selo Alesp-Empresa Cidadã. Em 2000, eleger-se prefeito de Diadema, sendo reeleito em 2004.

Em 2010, foi eleito deputado federal. Licenciou-se do mandato para assumir o cargo de secretário de Saúde do município de São Paulo, na gestão do prefeito Fernando Haddad, entre 2012 e 2015.

Em 2020, decidiu concorrer novamente à prefeitura de Diadema e venceu.

José de Filippi encerrou seu quarto mandato como prefeito de Diadema em 2024, tendo implementado ações bem avaliadas no campo da saúde e da segurança pública, reativando o Observatório Municipal de Segurança Pública e publicando em livro as experiências exitosas de Diadema para a cultura de paz.

Proposturas destacadas:

Projeto de Lei 480/2000 (Vetado) - Cria o “Programa de Garantia de Acesso à Energia Elétrica” e institui o “Selo Alesp-Empresa Cidadã”,
Projeto de Lei 817/1999 (Arquivado) - Institui a Política Estadual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.



Nome de registro: José Dirceu de Oliveira e Silva
Nome parlamentar: José Dirceu
Nascimento: 16/03/1946
Naturalidade: Passa Quatro (MG)
Profissão: Advogado
Legislatura: 1987-1991

JOSÉ DIRCEU

José Dirceu foi deputado estadual entre 1987 e 1991, eleito em 1986 à Assembleia Constituinte estadual. Líder estudantil nos anos 1960, foi perseguido e banido pela ditadura militar em 1969, retornando ao Brasil somente dez anos depois. Foi secretário-geral e presidente do diretório nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Sobre o processo constituinte, escreveu: “A Constituinte estadual resultou em um momento especial em minha vida política e parlamentar.” Conta que a proposta de Constituição, elaborada dentro e fora do PT, resultou de vinte e cinco anos de luta contra da ditadura e contou com o aporte de técnicos, intelectuais, artistas, escritores, lideranças populares e sindicais. “Nossos constituintes estaduais agiam com o suporte da proposta nacional, amparados igualmente na presença massiva e permanente de delegações de entidades e associações de todas as regiões de São Paulo”.

Na Assembleia Constituinte, José Dirceu atuou nas comissões do Poder Legislativo e de Sistematização. Concentrou-se nos temas da educação e da segurança pública, lutando para garantir recursos orçamentários e autonomia das universidades estaduais, e destinação obrigatória de recursos para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Buscou salvaguardar o controle externo e democrático sobre a atuação das polícias

Civil e Militar, com a proposta, não aprovada, de desmilitarização da PM e unificação das polícias, que o PT levou à Constituinte federal.

Em 1991, Dirceu assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados, tendo exercido ainda outros dois mandatos como deputado federal (1999-2003 e 2003-2007). Foi ministro-chefe da Casa Civil, de 2003 a 2005, no governo do presidente Lula.

Em 2005, teve seu mandato cassado em razão de seu envolvimento na Ação Penal 470. Foi condenado em 2012 e preso em 2013. Em 2016, a pena foi extinta. Ainda em 2016, Sérgio Moro, então responsável pela 13ª Vara Federal em Curitiba e principal juiz que atuou na Lava Jato, condenou Dirceu a 23 anos e três meses de prisão.

Em 29/10/2024, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a anulação de todos os atos processuais produzidos pelo ex-juiz em duas ações penais contra Dirceu.

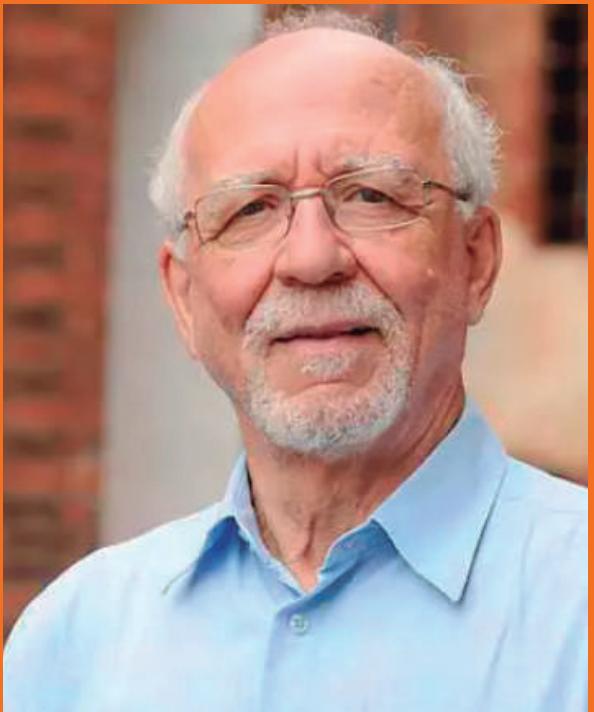
Proposturas destacadas:

Projeto de Lei 363/1987 - Disciplina a publicidade e propaganda oficial.

Projeto de Lei 302/1988 - Dispõe sobre alienação e destinação de patrimônio das universidades públicas estaduais.

Projeto de Lei 126/1990 - Determina a realização de exames oftalmológicos obrigatórios nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus.

Projeto de Lei 127/1990 - Dispõe sobre a criação do Seguro Agrícola.



Nome de registro: José Machado
Nome parlamentar: José Machado
Nascimento: 27/01/1946
Naturalidade: Tanabi (SP)
Profissão: Economista e professor
Legislatura: 1987-1991

JOSÉ MACHADO

José Machado foi deputado estadual (1987-1988), duas vezes prefeito de Piracicaba (1989-1992 e 2001-2004) e deputado federal no período de 1995 a 2000.

Sua militância política começou nos tempos de estudante, no Centro Acadêmico Visconde de Cairu da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), onde se graduou em economia. Participou de grupos de estudo organizados pela Vanguarda Armada Revolucionária Palmares e acabou sendo preso pelo regime militar.

Após sair da prisão, fez pós-graduação na área de economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e tornou-se professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).

Filiado ao PT desde a sua fundação, foi eleito deputado estadual constituinte em 1986. Assumiu o mandato parlamentar em março de 1987 e renunciou em janeiro de 1989, para assumir a administração da prefeitura de Piracicaba. Teve ainda um segundo mandato como prefeito da cidade, de 2001 a 2004.

Elegeu-se deputado federal em 1994 e cumpriu dois mandatos consecutivos,

de 1995 a 2000. De 2005 a 2009, no governo do presidente Lula, foi diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).

Além de professor universitário, José Machado é colaborador da Rede BrCidades e articulista de órgãos da imprensa independente.

Proposturas destacadas:

Lei 7.438/1991 - Declara Área de Proteção Ambiental - APA regiões situadas em diversos municípios da bacia hidrográfica do rio Piracicaba e regiões da bacia do rio Juqueri-Mirim. Projeto de Lei 572/1988 (Arquivado)

- Declara áreas de proteção ambiental as sub-bacias hidrográficas dos rios Passa Cinco e Cabeça, nos municípios de Rio Claro, Charqueada, Corumbataí, Itirapina e Ipeúna.



Nome de registro: José Mentor
Guilherme de Melo Netto
Nome parlamentar: José Mentor
Nascimento: 30/09/1948
Falecimento: 25/07/2020
Naturalidade: Santa Isabel (SP)
Profissão: Advogado
Legislatura: 1987-1991

JOSÉ MENTOR

Formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, José Mentor iniciou sua militância no movimento estudantil e na luta contra a ditadura militar, atuando no Centro Acadêmico 22 de Agosto e na reconstrução da União Estadual dos Estudantes (UEE) e da União Nacional dos Estudantes (UNE). Delegado ao congresso da UNE de 1968, foi preso em Ibiúna (SP) e, no ano seguinte, foi novamente detido pelo regime militar e condenado a seis meses de reclusão e a mais dois meses em prisão domiciliar.

Participou da reconstrução do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico 22 de Agosto, que passou a assessorar juridicamente associações e movimentos sociais da periferia de São Paulo. Coordenando o departamento em 1979, Mentor organizou, em espaços cedidos pela Igreja Católica, plantões jurídicos que atendiam moradores de loteamentos clandestinos em várias regiões da cidade.

De 1977 a 1981, foi membro da Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo. Em 1978, compôs a chapa de candidatos populares pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), disputando a vaga de deputado federal.

Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), foi presidente do diretório zonal do distrito da Saúde (1981-1983) e

desempenhou funções de direção nos diretórios municipal e regional do PT de São Paulo.

Elegeu-se em 1986, como suplente na chapa de deputados constituintes estaduais do PT. Assumiu efetivamente o cargo em 1989, com a renúncia da deputada Telma de Souza, eleita prefeita da cidade de Santos. Como constituinte, Mentor contribuiu com os debates sobre as questões urbanas e de acesso à Justiça, integrando a Comissão do Poder Judiciário, da qual foi relator, e a Comissão de Defesa dos Interesses da Sociedade, do Estado e dos Cidadãos, como suplente. Foi vereador em São Paulo por três mandatos, de 1993-2003, e deputado federal por quatro mandatos, de 2003 a 2019.

Liderou a bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo de março de 1990 a março de 1991. Na Câmara dos Deputados, exerceu, a partir de 2003, mandatos com atuação destacada em comissões especiais, como a que discutiu a reforma tributária e as alterações no Código de Processo Penal e a CPI mista do Banestado.

José Mentor morreu aos 71 anos, vítima de covid-19.

Proposituras destacadas:

Projeto de Resolução 44/1990 - Altera a redação da VI Consolidação do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e fixa normas para a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.



Nome de registro: José Pivatto
Nome parlamentar: José Pivatto
Nascimento: 27/02/1959
Naturalidade: Cosmópolis (SP)
Profissão: Engenheiro
Legislatura: 1995-1999

JOSÉ PIVATTO

José Pivatto nasceu em Cosmópolis, cidade onde sempre morou. Engenheiro civil por formação e professor, José Pivatto foi quatro vezes eleito prefeito do município de Cosmópolis, nos pleitos eleitorais de 1988, 2000, 2004 e 2016, sempre pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Suas gestões como prefeito foram marcadas por projetos e programas referenciados no modo petista de governar, com forte atuação em saúde, educação, cultura e urbanização de bairros. A parceria do governo municipal com o governo do presidente Lula também garantiu forte presença, na cidade de Cosmópolis, de programas nacionais, como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Mais Médicos.

Em 1994, José Pivatto foi eleito deputado estadual. Na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), criou a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Técnico e Tecnológico do Estado de São Paulo e o Fórum Permanente em Defesa da Duplicação da SP-332, Rodovia Professor Zeferino Vaz, que liga Campinas a Cosmópolis.

Entre 1995 e 1999, destacam-se, entre os projetos de lei apresentados à Alesp, as propostas de criação da Região Metropolitana de Campinas;

de construção de moradias populares; e de criação do Centro de Referência do Trabalhador, e o projeto de lei autorizativo para participação do governo do Estado na Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Nas eleições de 1998, Pivatto ficou na suplência da bancada do PT na Alesp.

Em 2019, durante o exercício de seu quarto mandato de prefeito de Cosmópolis, José Pivatto desfilhou-se do PT. Em 2024, concorreu novamente à prefeitura da cidade, agora pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas não se elegeu.

Proposturas destacadas:

Lei 10.338/1999 - Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Município de Cosmópolis, para o fim que especifica.

Lei 10.222/1999 - Dispõe sobre a criação do Centro de Referência para a Saúde do Trabalhador de Limeira e Região

Projeto de Lei 115/1996 - Institui área industrial no município de Cosmópolis.



Nome de registro: Juraci Batista Magalhães

Nome parlamentar: Juraci Magalhães

Nascimento: 10/10/1950

Falecimento: 24/12/2008

Naturalidade: Botuporã (BA)

Profissão: Metalúrgico

Legislatura: 1983-1987

JURACI BATISTA

Juraci Batista Magalhães foi metalúrgico, funcionário da empresa Mercedes Benz do Brasil e um dos articuladores do que viria a se chamar o novo sindicalismo.

Em 1978, foi eleito para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do São Bernardo e Diadema, na segunda gestão de Luiz Inácio da Silva. Juraci Magalhães permaneceu no cargo até 1981, tornando-se sócio benemérito do sindicato. Participou da resistência contra a ditadura militar que, naquele momento, reprimia a organização e a luta dos trabalhadores.

Em 1980, o sindicato sofreu intervenção governamental e sua diretoria foi presa e condenada pela Justiça Militar por participar das greves do ABC paulista. O julgamento foi em 25 de fevereiro de 1981. Os metalúrgicos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN), entre eles, Luiz Inácio da Silva, Djalma de Sousa Bom, Osmar Santos de Mendonça, Wagner Alves, Juraci Batista Magalhães, Nelson Campanholo, Manoel Anísio Gomes, Gilson Correia de Menezes, Enilson Simões de Moura, José Maria de Almeida e Rubens Teodoro de Arruda.

Os metalúrgicos foram enquadrados nos artigos 36 e 42 da LSN que se referem a desobediência à lei

e à propaganda subversiva. Após a condenação, os advogados dos sindicalistas recorreram ao Supremo Tribunal Militar (STM), que anulou os processos. Com a anulação do processo, Lula consegue sua candidatura ao governo do Estado de São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 1982, e Juraci se lança candidato a deputado estadual pelo PT, ficando na suplência.

Em 1983, Juraci Magalhães foi convidado a assumir a chefia de gabinete do prefeito de Diadema, Gilson Menezes, que havia conquistado a primeira prefeitura do PT no Brasil.

Em fevereiro de 1987 assumiu o mandato na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo na vaga do então deputado Eduardo Jorge, eleito deputado federal, exercendo o mandato no Parlamento Paulista até o fim da legislatura, em março do mesmo ano.



Nome de registro: Leci Brandão da Silva
Nome parlamentar: Leci Brandão
Nascimento: 12/09/1944
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Profissão: Cantora e compositora
Legislaturas: 2011-2015; 2015-2019; 2019-2023 e 2023-2027

LECI BRANDÃO

Leci Brandão é carioca, cantora, compositora e uma das mais importantes intérpretes de samba da música popular brasileira. Começou sua carreira musical no início da década de 1970, tornando-se a primeira mulher a participar da ala de compositores da Estação Primeira de Mangueira.

Gravou 25 álbuns. Suas músicas tocam temas sociais sensíveis, como discriminação racial, direitos da população LGBTQIAP+, igualdade de gênero, direitos dos trabalhadores, racismo religioso, entre outros.

Em 2004, tornou-se conselheira da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, permanecendo nestes postos por dois mandatos. Em fevereiro de 2010 eleger-se deputada estadual por São Paulo pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Como parlamentar, Leci Brandão dedica-se à promoção da igualdade racial, ao respeito às religiões de matriz africana, à educação e à cultura popular brasileira. Segunda deputada negra da história da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), Leci também levanta a questão das populações indígenas e quilombolas, da juventude, das mulheres e do segmento LGBT.

Leci lançou o álbum Simples Assim – Leci Brandão, em 2017. Por este trabalho, foi premiada na categoria de melhor cantora de samba pelo 29º Prêmio da Música Brasileira. Em 2018, foi reeleita para o terceiro mandato como deputada estadual, e, em 2022, para seu quarto mandato, desta vez pela Federação PT/PCdoB/PV. É a primeira mulher negra a conquistar quatro mandatos consecutivos como deputada estadual de São Paulo. Atualmente, é ouvidora da Alesp e membro das comissões de Educação e Cultura e de Assuntos Desportivos. Já propôs mais de 200 projetos de lei, tendo cerca de 50 leis aprovadas.

Proposturas destacadas:

Lei 17.157/2019 - Aplica penalidades administrativas a atos de discriminação religiosa.

Lei 16.758/2018 - Torna obrigatória a informação sobre cor ou identificação racial em todos os cadastros, bancos de dados e registros de informações assemelhados, públicos e privados, no Estado.

Lei 16.120/2016 - Proíbe a exigência de valor mínimo para compras com cartão de crédito ou débito.

Lei 15.690/2015 - Declara o samba patrimônio cultural imaterial do Estado.

Projeto de Lei 770/2023 - Trata da publicação do orçamento temático da igualdade racial no Estado de São Paulo.



Nome de registro: Antônio Lucas Buzato

Nome parlamentar: Lucas Buzato

Nascimento: 21/06/1951

Naturalidade: José Bonifácio (SP)

Profissão: Bancário

Legislaturas: 1987-1991; 1991-1995 e 1995-1999

LUCAS BUZATO

Antes de chegar à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em 1987, como deputado constituinte, Lucas Buzato era bancário e sindicalista. Foi diretor do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região no período em que a entidade sofreu intervenção federal por 20 meses e teve seus dirigentes presos e cassados.

Em 1983, em represália à greve geral de 21 de julho e aos preparativos para a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o regime militar cassou a diretoria e interveio nos sindicatos dos bancários, dos metalúrgicos do ABC, metroviários de São Paulo, petroleiros de Campinas e da Bahia.

Eleito deputado estadual constituinte pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com 20.266 votos, Lucas Buzato foi membro efetivo da Comissão de Finanças e Orçamento e suplente das comissões da Ordem Econômica e Social e de Sistematização.

Reeleito, cumpriu seu segundo mandato na Alesp, no período de 1991 a 1995. Neste ano, foi relator da Comissão Especial de Inquérito (CEI) instalada para apurar o quadro financeiro do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), investigar eventuais irregularidades na concessão de empréstimos e na

contratação de funcionários. Teve ainda um terceiro mandato entre 1995 e 1999.

No Executivo, Lucas Buzato foi secretário municipal de Abastecimento, na gestão da ex-prefeita Luiza Erundina e assessor da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro).

Proposturas destacadas:

Projeto de Lei 71/1989 (Vetado) - Dá a denominação de "Chico Mendes" à EEPG de Vila Gomes, Subdistrito do Butantã, na Capital.

Projeto de Lei 457/1991 (Arquivado)

- Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação, no Diário Oficial, de declaração de bens, antes da posse e depois do desligamento, de todo Secretário de Estado, Diretor, membro de Conselho de Administração, Fiscal e Curador de Sociedade de Economia mista, empresa pública, autarquia ou fundação instituída ou mantida pelo poder público estadual.

Projeto de Lei 158/1992 (Arquivado)

- Dispõe sobre a obrigatoriedade da lavagem de roupa de uso hospitalar nos próprios hospitais, Casas de Saúde e Postos de Atendimento da Rede Pública Estadual

Projeto de Lei 539/1993 (Arquivado) - Veda a concessão de aposentadoria honorária nas sociedades de economia mista do Estado.



Nome de registro: Luiz Antonio Alves de Azevedo

Nome parlamentar: Luiz Azevedo

Nascimento: 05/12/1955

Naturalidade: Viradouro (SP)

Profissão: Bancário e sociólogo

Legislatura: 1991-1995

LUIZ AZEVEDO

Luiz Azevedo disputou uma única vez as eleições para deputado estadual em São Paulo, em 1990, e foi eleito com 16.457 votos.

Autor do livro *Sindicalismo sob ataque: unidade e democracia na organização dos trabalhadores* (Editora Insular, 2019), é apresentado como pedagogo e mestre em sociologia, mas, acima de tudo, como militante sindical e político.

Foi dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo por dez anos (1979-1989), presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Regional da Grande São Paulo, e secretário de política sindical da entidade no Estado.

Em 1995, mudou-se para Florianópolis (SC), onde trabalhou na Federação dos Comerciários e na Escola Sul da CUT. Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, passou a se dedicar à gestão pública, tendo exercido funções na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e na prefeitura de Itajaí (SC). Em Brasília (DF), foi assessor técnico no Senado Federal, secretário-executivo do ministro Ricardo Berzoini, no Ministério das Comunicações e na Secretaria de Governo, durante os governos do presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff.

Após o impeachment da presidente da República, dedicou-se às relações

institucionais por meio de planejamento, monitoramento e elaboração de estratégias para o fortalecimento de organizações sindicais, empresas e entidades do terceiro setor.

Proposturas destacadas:

Lei 7.620/1991 - Declara de utilidade pública a "Sociedade Estrela Azul", com sede em Mauá.

Lei 8.680/1994 - Dá denominação de "Fulvio Abramo" à EEPG do Conjunto Habitacional Santa Etelvina VII -1, em Guianazes, na Capital.

Lei 9.168/1995 - Dispõe sobre a instalação de computador ligando o Tribunal de Contas à Assembleia Legislativa.

Resolução da Alesp 751/1993 - Altera o artigo 243 do Regimento Interno, que trata da tramitação de comunicação do Tribunal de Contas sobre irregularidades de despesa decorrente de contrato.



Nome de registro: Luiz Carlos Pedro
Nome parlamentar: Luiz Carlos Luca Pedro
Nascimento: 10/02/1954
Naturalidade: São Paulo (SP)
Profissão: Gráfico, professor e advogado
Legislatura: 1991-1995

LUIZ CARLOS LUCA PEDRO

Em sua trajetória, Luiz Carlos Pedro foi ambulante, feirante, sorveteiro e tipógrafo; depois empresário do ramo gráfico e livreiro. Atuou nas pastorais da Igreja Católica e foi militante da Teologia da Libertação, abordagem que enfatiza a libertação dos oprimidos e a opção preferencial pelos pobres.

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1986, permanecendo até os dias atuais na legenda. Foi presidente do diretório municipal do PT em São Vicente por três vezes.

Em 1990, Luiz Carlos Pedro, assumindo no nome o apelido Luca – segundo ele, por influência de Luiz Inácio Lula da Silva –, disputou uma vaga de deputado estadual, eleito com 19.181 votos.

Exerceu as atividades parlamentares na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) de 15 de março de 1991 até 1º de janeiro de 1993, momento em que renunciou ao mandato parlamentar para ser empossado prefeito de São Vicente, cargo para o qual foi eleito em 1992.

Representante da Baixada Santista no parlamento paulista, Luiz Carlos Luca Pedro teve destaque na votação e aprovação da emancipação de Ilha Comprida, em 5 de março de 1992. Antes pertencente a Iguape e Cananéia, Ilha Comprida teve forte movimento pela emancipação a partir de 1990. Um

plebiscito que dá a vitória à emancipação, com 87% dos votos, aconteceu em 1991, e a promulgação da emancipação e a elevação a estância balneária, em 1992.

Luca apresentou ao legislativo projetos de lei que buscavam a isonomia do valor das tarifas entre os serviços de transporte litorâneo e o transporte coletivo intermunicipal convencional.

Após deixar a prefeitura de São Vicente, em 1996, Luiz Carlos Pedro dedicou-se a estudar, formando-se em filosofia, pela Universidade Católica de Santos, e em direito, pela Unisep. Foi professor concursado da rede estadual por 15 anos e é advogado em Iguape.

Foi presidente da comissão que desenvolveu o projeto OAB vai à escola, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o objetivo de transmitir a alunos do ensino médio noções de direitos e cidadania. Também foi apresentador do programa de rádio Conversando Direito.

Proposturas destacadas:

Projeto de Lei 255/1992 - Disciplina a cobrança de tarifa de ônibus intermunicipal de característica suburbana, nos limites dos municípios do Estado.

Projeto de Lei 95/1992 - Estabelece isonomia no valor das tarifas entre os serviços convencional e litorâneo de transporte coletivo intermunicipal suburbano.



Nome de registro: Luiz Claudio Marcolino
Nome parlamentar: Luiz Claudio Marcolino
Nascimento: 20/05/1970
Naturalidade: Nova Iguaçu (RJ)
Profissão: Economista e bancário
Legislaturas: 2011-2015 e 2023-2027

LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Luiz Claudio Marcolino é economista, bancário e sindicalista. Iniciou sua militância política nos anos 1980 no movimento estudantil e sindical. É filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1989.

Morador da zona sul da capital paulista, destacou-se nos movimentos populares, especialmente durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992), coordenando pautas de 73 bairros da Microrregião de Interlagos.

Funcionário do Banco Itaú desde 1989, aprofundou sua militância sindical e política. Foi secretário de formação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região em 1994, secretário-geral em 1998 e presidente de 2004 a 2010.

Integrou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e presidiu a Comissão Municipal do Emprego em São Paulo. Na gestão de Fernando Haddad em São Paulo, foi diretor da Agência São Paulo de Desenvolvimento. De 2015 e 2016, no governo Dilma Rousseff, assumiu a Superintendência Regional do Ministério do Trabalho em São Paulo.

Em 2010, foi eleito deputado estadual pelo PT, destacando-se na defesa dos trabalhadores e em pautas de moradia, saúde, educação, segurança e transporte. Foi líder da bancada do partido na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) entre 2013 e 2014 e vice-presidente da Central Única dos

Trabalhadores de São Paulo de 2019 a 2023.

Reeleito em 2022, tornou-se vice-líder da Federação PT/PCdoB/PV na Alesp, onde é vice-presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento e membro das comissões de Administração Pública e de Saúde. Coordenou três frentes parlamentares e, em 18 meses, propôs 26 projetos de lei.

Foi sub-relator das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) da Enel e do Pix e, em 2024, da CPI das Telecomunicações. Representa a Alesp na Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão na Saúde. Atualmente, é secretário-geral do PT-SP.

Entre suas prioridades estão a defesa dos direitos dos cidadãos, a valorização dos trabalhadores, o desenvolvimento regional, econômico, social e tecnológico no Estado de São Paulo.

Proposturas destacadas:

Projeto de Lei 393/2024 - Institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais.

Projeto de Lei 624/2023 – Lei Anticalote (Vetado) – Propõe a retenção do valor dos contratos das empresas terceirizadas, que prestam serviço ao estado, para garantir o pagamento dos direitos trabalhistas, no caso de rescisão contratual.

Projeto de Lei 621/2011 – Transporte Público 24 horas.



Nome de registro: Luiz Fernando Teixeira Ferreira

Nome parlamentar: Luiz Fernando

Nascimento: 10/09/1962

Naturalidade: Águas da Prata (SP)

Profissão: Empresário

Legislaturas: 2015-2019; 2019-2023; 2023-2027

LUIZ FERNANDO

Luiz Fernando Teixeira Ferreira tem um extenso histórico de atuação social e política. Nascido em Águas da Prata, foi influenciado por sua família de forte tradição política: seu pai e irmão mais velho foram prefeitos, e seu irmão Paulo Teixeira é deputado federal e ministro.

Sua carreira começou em Casa Branca (SP), onde foi vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de 1989 a 1992. Posteriormente, mudou-se para São Bernardo do Campo, destacando-se como empresário na assessoria a governos e na área de formação e especialização de agentes públicos. Luiz Fernando também foi coordenador da campanha vitoriosa de Luiz Marinho à prefeitura de São Bernardo, consolidando sua influência na região.

Em 2009, iniciou sua trajetória como dirigente esportivo, levando o São Bernardo Futebol Clube à elite do Campeonato Paulista pela primeira vez na história. Durante sua presidência, o clube conquistou títulos importantes e disputou a Copa do Brasil. Além disso, idealizou o Projeto Tigrinho, que oferecia aulas de futebol gratuitas para mais de 11 mil crianças e adolescentes diariamente.

Em 2014, retornou à política, sendo eleito deputado estadual e reeleito em 2018 e 2022. Seus mandatos na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) são marcados por forte atuação

nas áreas de habitação, saúde, infância, juventude, esporte, cultura, educação, segurança pública e direitos trabalhistas.

Em 2017, Luiz Fernando foi indicado pela bancada do PT para exercer a função de primeiro-secretário da Mesa Diretora da Alesp. Foi reeleito para o cargo no biênio 2021/2023. Em 2023, assumiu a presidência da Comissão de Infraestrutura, encarregada de analisar projetos relacionados a saneamento, abastecimento de água, obras públicas e energia elétrica.

Em 2024, candidatou-se à prefeitura de São Bernardo do Campo pelo PT, recebendo mais de 96 mil votos. Atualmente, cumpre seu terceiro mandato como deputado estadual, marcado pelo compromisso com políticas públicas voltadas à melhoria das condições sociais e ao desenvolvimento socioeconômico.

Proposituras destacadas

Lei 17.803/2023 - Garante o direito das mulheres a acompanhante em consultas, exames e outros procedimentos clínicos nos serviços de saúde públicos e privados.

Projeto de Lei 208/2021 - Torna obrigatório o teste de triagem neonatal na modalidade ampliada nos hospitais e maternidades do Estado.

Projeto de Lei - Torna obrigatória a distribuição gratuita de leite sem lactose às crianças de baixa renda com intolerância à lactose.



Nome de registro: Luiz de Moura Pereira

Nome parlamentar: Luiz Moura

Nascimento: 23/02/1971

Naturalidade: Batalha (AL)

Profissão: Empresário

Legislatura: 2011-2015

LUIZ MOURA

Luiz de Moura Pereira, nascido na cidade de Batalha, no Estado de Alagoas, tem sua trajetória marcada pela militância no transporte alternativo e na defesa de pautas populares. Filiado inicialmente ao Partido dos Trabalhadores (PT), Moura começou sua atuação política em São Paulo, lutando pela regularização do transporte alternativo de passageiros. Ele foi presidente da Transcooper Leste, uma cooperativa de transporte que consolidou sua base eleitoral na zona leste da capital paulista, em bairros como Guaianases, Cidade Tiradentes, Itaim Paulista, São Miguel Paulista e Itaquera.

Em 2010, Luiz Moura foi eleito deputado estadual. Durante seu mandato priorizou temas como a implantação do bilhete único metropolitano, melhorias na malha viária do Alto Tietê, criação de escolas técnicas e a revitalização e expansão de estações ferroviárias, metrôs e ônibus. Também defendeu a expansão do Poupatempo e a melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS), além de promover o incentivo aos esportes como inclusão social e o combate à violência.

Luiz Moura atuou na Comissão de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), responsável por fiscalizar

os atos da administração direta ou indireta do Estado e das empresas concessionárias de serviços públicos, em especial para verificar a regularidade, eficiência e eficácia de seus órgãos no cumprimento dos objetivos institucionais, assim como opinar sobre proposições relativas à aprovação ou rejeição das contas do governador.

Em 2014, Luiz Moura desfilhou-se do PT.

Proposituras destacadas:

Lei 16.139/2016 - Institui o “Dia do Condutor de Veículo de Transporte Escolar”.

Lei 14.659/2011 - Institui o “Dia dos profissionais autônomos do transporte público alternativo e dos usuários do transporte público no Estado”.



Nome de registro: Luiz Martino Turco

Nome parlamentar: Luiz Turco

Nascimento: 09/12/1955

Naturalidade: São Paulo (SP)

Profissão: Metalúrgico

Legislatura: 2015-2019

LUIZ TURCO

Paulistano de nascimento, Luiz Turco dedicou boa parte de sua trajetória política à organização do Partido dos Trabalhadores (PT). Turco militou nas pastorais da Igreja Católica, na oposição metalúrgica em São Caetano do Sul e na construção partidária na cidade de Santo André, no ABC paulista.

Desde cedo, aprendeu a ter responsabilidades, ajudando os pais no sustento de cinco irmãos. Na década de 1970, iniciou sua militância nas pastorais da Juventude, Operária e Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, onde percebeu a sua vocação política.

Luiz Turco trabalhou em indústrias do ABC, quando atuou na organização da oposição metalúrgica de São Caetano do Sul. Em 1980, participou da fundação do PT, assumindo a presidência do diretório municipal do PT em Santo André por duas gestões. Sua experiência o levou a ser indicado pela região do ABC para integrar o diretório estadual do PT, onde permaneceu por 17 anos, tempo em que se dedicou a viajar pelo Estado de São Paulo para organizar o partido nas diversas macrorregiões.

Em 2014, Luiz Turco elegeu-se deputado estadual. Seu mandato na Assembleia Legislativa do Estado de

São Paulo (Alesp) priorizou as pautas de relações do trabalho, infraestrutura, saneamento básico, desenvolvimento regional, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, saúde e educação.

Entre as comissões permanentes da Alesp de que foi membro, estão a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Fiscalização e Controle.

Turco procurou manter como prática parlamentar a democratização do seu mandato, estabelecendo encontros periódicos com participação popular para prestação de contas da sua atuação.

Luiz Turco retomou seu trabalho como dirigente partidário, compondo a executiva estadual do PT/SP.

Proposituras destacadas:

Lei 16.915/2018 - Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado o “Festival do Cambuci de Paranapiacaba”, em Santo André.

Lei 16.792/2018 (Revogada) - Dispõe sobre a prioridade da mulher na titularidade da posse ou propriedade de imóveis oriundos dos programas habitacionais do Governo do Estado e dá providências correlatas.



Nome de registro: Luiza Erundina de Sousa
Nome parlamentar: Luiza Erundina
Nascimento: 30/11/1934
Naturalidade: Uiraúna (PB)
Profissão: Assistente social
Legislatura: 1987-1991

LUIZA ERUNDINA

Em 1971, formada em serviço social pela Universidade Federal da Paraíba, e depois de ter sido secretária de Educação e Cultura do município de Campina Grande, Luiza Erundina de Sousa chegou em São Paulo para fazer mestrado em ciências sociais na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Prestou concurso público na Secretaria de Bem-estar Social da Prefeitura de São Paulo e, aprovada, foi trabalhar com os movimentos sociais, na periferia e favelas da cidade.

Elegeu-se vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1982, e deputada estadual constituinte, em 1986. Foi líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) no período de março de 1987 a março de 1988.

Em 1989, é eleita a primeira mulher prefeita da cidade de São Paulo pelo PT.

Com um secretariado composto por nomes como Paulo Freire, Marilena Chauí, Paul Singer e Perseu Abramo, Luiza Erundina realizou uma gestão municipal em sintonia com os movimentos sociais e as periferias, com avanços, especialmente, na educação, na saúde e na moradia.

Em 1992, foi nomeada ministra da Secretaria da Administração Federal, no governo Itamar Franco (PMDB), que assumiu a presidência da República após o impeachment de Fernando Collor (PRN).

Em 1998, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e foi eleita deputada federal por São Paulo. Em 2016, com o apoio do PSB ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, Luiza Erundina deixa o partido, filiando-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), inicialmente, de forma transitória, aguardando registro definitivo de agremiação à qual pretendia se filiar, o Raiz – Movimento Cidadanista, fundado por dissidentes da Rede Sustentabilidade em 2015. Manteve-se no PSOL e cumpre seu sétimo mandato consecutivo na Câmara dos Deputados.

Proposituras destacadas:

Lei 6.586/1989 - Dá denominação de "Henrique de Souza Filho - Henfil" à EEPG do Bairro Jardim Liviero, no Subdistrito Saúde, na Capital.

Projeto de Lei 734/1987 (Arquivado) - Proíbe a contratação de empresas privadas para a realização de análises, estudos e diagnósticos da administração pública, pelos órgãos da Administração Centralizada.

Projeto de Lei 159/1987 (Arquivado) - Revoga a Lei nº 4.187, de 31.07.84, que acrescentou dispositivo ao Decreto-lei nº 62, de 15.05.69.

Projeto de Lei 101/1987 (Arquivado) - Altera dispositivo da Lei nº 1489, de 12.12.77, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária do Estado.



Nome de registro: Marcelo de Souza Cândido

Nome parlamentar: Marcelo Cândido

Nascimento: 25/10/1969

Naturalidade: Marília (SP)

Profissão: Geógrafo

Legislatura: 2003-2007

MARCELO CÂNDIDO

Marcelo Cândido é geógrafo, graduado pela Universidade Estadual de São Paulo (Unesp) de Rio Claro, e com especialização em planejamento urbano pela Universidade de Brasília (UnB).

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1990 e, em 2002, foi eleito deputado estadual com 65.611 votos.

Marcelo Cândido cumpriu o mandato até dezembro de 2004, quando renunciou para assumir o cargo de prefeito de Suzano. Vivendo na cidade desde 1973, Cândido já havia disputado as eleições municipais no ano 2000, sem sucesso eleitoral.

Eleito em 2004 e reeleito nas eleições seguintes, Marcelo Cândido foi prefeito de Suzano de 2005 a 2012.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), priorizou a pauta da criação de Câmaras Regionais, em que representantes da sociedade civil e do Poder Público abram canais de debate com a população sobre os problemas que afetam a vida urbana e a integração das cidades. Também atuou na defesa dos direitos humanos, pela criação de planos metropolitanos e regionais de habitação e por investimentos na área de transporte ferroviário na região metropolitana.

Em novembro de 2012, participou, na Alesp da cerimônia de entrega do

Prêmio Zumbi dos Palmares destinado a personalidades que se destacaram na defesa dos direitos da comunidade afrodescendente, para receber a homenagem em nome de seu pai, o ex-deputado José Cândido (PT), morto durante o exercício do mandato, em fevereiro daquele ano.

Em 2016, desfiliou-se do PT, indo para o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, posteriormente, para o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Proposturas destacadas:

Projeto de Lei 242/2004 (Vetado)

- Dispõe sobre a destinação de pneumáticos inservíveis à produção de pavimentação asfáltica.

Projeto de Lei 250/2004 - Dispõe sobre edificações ambientalmente responsáveis.



Nome de registro: Márcia Aparecida Ovejaneda Lia
Nome parlamentar: Márcia Lia
Nascimento: 09/02/1958
Naturalidade: Araraquara (SP)
Profissão: Advogada
Legislaturas: 2015-2019; 2019-2023 e 2023-2027

MÁRCIA LIA

Deputada estadual em terceiro mandato, Márcia Lia é formada em direito e história. Na Assembleia Legislativa de São Paulo, tem se destacado por sua atuação em diversas frentes parlamentares, sendo coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos. Também lidera iniciativas nas áreas de defesa da habitação, reforma urbana e regularização fundiária, reforma agrária, agricultura familiar, extensão rural e segurança alimentar.

Márcia Lia entrou para a vida pública em 2001, assumindo a Coordenadoria de Participação Popular no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), em Araraquara, na primeira gestão do prefeito Edinho Silva (2001-2004). Nesse período, implantou o orçamento participativo, programa que se tornou referência para outras cidades, promovendo a inclusão da população nas decisões orçamentárias.

Antes de sua atuação na Alesp, foi vereadora em Araraquara entre 2008 e 2012, além de ter disputado à prefeitura da cidade em 2012, ficando em segundo lugar.

Márcia Lia tem uma trajetória de conquistas desde sua primeira eleição como deputada estadual, em 2014. Foi líder da Minoria por duas ocasiões e assumiu a liderança da bancada do PT entre 2022 e 2023. Como líder da bancada, questionou no Ministério Público Federal a constitucionalidade da

Lei 17.557/2022, sancionada pelo então governador Rodrigo Garcia, que altera significativamente o marco legal da política agrária vigente há 40 anos no Estado, ao permitir que terras públicas sejam regularizadas e entregues a grandes fazendeiros em detrimento das famílias de trabalhadores rurais.

Márcia Lia também faz parte das comissões de Atividades Econômicas e de Defesa dos Direitos das Mulheres, onde tem se dedicado à promoção de políticas para a proteção e o empoderamento das mulheres e pela agricultura familiar. Além disso, trabalha ativamente contra a violência de gênero, defende os direitos da população LGBTQIA+ e combate o preconceito e a discriminação racial.

Além do trabalho nas frentes parlamentares de que participa, apoia entidades sociais, Santas Casas e hospitais filantrópicos. Sua atuação também faz a promoção de políticas públicas voltadas para a cultura hip hop, buscando incentivar a expressão artística e o protagonismo juvenil, especialmente nas periferias do Estado.

Proposituras destacadas

Lei 17.896/2024 - Declara o “hip-hop” patrimônio cultural imaterial do Estado
Lei 17.766/2023 - Institui o “Dia Estadual de Abertura da Campanha da Fraternidade”
Lei 17.513/2022 - Institui o “Dia Estadual de Proteção aos Manguezais”



Nome de registro: Marco Aurélio de Souza

Nome parlamentar: Marco Aurélio

Nascimento: 07/02/1961

Naturalidade: Jacareí (SP)

Profissão: Bancário e professor

Legislatura: 2011-2015

MARCO AURÉLIO

Marco Aurélio de Souza é servidor concursado do Banco do Brasil, professor universitário e militante do Partido dos Trabalhadores (PT), com atuação na cidade de Jacareí e na região do Vale do Paraíba, em São Paulo. Formado em ciências contábeis e ciências sociais, com pós-graduação em administração pública, Marco Aurélio tem uma trajetória marcada pela participação nos movimentos populares da região do Vale e na militância no PT.

Sua carreira política começou em 1992, quando foi eleito vereador em Jacareí, sendo reeleito em 1996. Em 2000, candidatou-se à prefeitura da cidade e venceu, assumindo o cargo de prefeito. Em 2004, foi reeleito para um segundo mandato como prefeito de Jacareí, consolidando sua liderança local.

Em 2010, Marco Aurélio foi eleito deputado estadual, passando a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Durante seu mandato, defendeu pautas como o fim da progressão continuada no sistema educacional, a criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e uma melhor distribuição dos recursos orçamentários entre os municípios paulistas. Além disso, priorizou o desenvolvimento sustentável e o apoio aos movimentos sociais em suas ações

legislativas. Marco Aurélio teve atuação destacada na Comissão dos Direitos da Pessoa Humana, uma das mais importantes da Alesp.

Em 2020, Marco Aurélio concorreu novamente à prefeitura de Jacareí, mas não foi eleito. Atualmente, ele mantém ativa sua militância no PT e nas pastorais da Igreja Católica em Jacareí e região, sempre atuando em causas populares e sociais.

Proposturas destacadas:

Lei 16.445/2017 - Denomina "Seo Moura" o Viveiro de Jacareí.

Lei 15.707/2015 - Inclui no Calendário Turístico do Estado o Concurso Brasileiro de Canto Maria Callas, que se realiza, anualmente, no mês de abril, em Jacareí e na Capital.

Projeto de Lei 500/2012 (Vetado) - Obriga as farmácias e drogarias a disponibilizarem cartelas de controle aos consumidores de medicamentos de uso contínuo de ingestão diária única.



Nome de registro: Marcos Aurélio Ribeiro

Nome parlamentar: Marcos Aurélio Ribeiro

Nascimento: 22/01/1945

Naturalidade: Cássia dos Coqueiros (SP)

Profissão: Advogado

Legislatura: 1979-1983 e 1983-1987

MARCOS AURÉLIO RIBEIRO

Marcos Aurélio Ribeiro participou da militância estudantil e do movimento de base da Igreja Católica. Foi advogado de sindicatos e fundador do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em São Paulo. Ingressou, em 1964, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Em 1968, presidiu o Centro Acadêmico XI de Agosto. Liderou a ocupação da Faculdade de Direito no Largo São Francisco em protesto contra a ditadura militar. No mesmo ano, foi preso com José Dirceu no congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, permanecendo 68 dias detido. Foi libertado com o último habeas corpus político antes do Ato Institucional nº 5.

Por 12 anos, atendeu a população carente no Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto. Em 1978, foi eleito deputado estadual pelo MDB. Em 1980, migrou para o Partido dos Trabalhadores (PT), tornando-se o primeiro líder da bancada petista na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Atuou nas Comissões de Constituição e Justiça e de Redação, além de organizar a relação entre a oposição parlamentar e os movimentos sociais pela igualdade e democratização do país.

Destacou-se no debate sobre a proposta de transferência da capital,

prevista na Constituição Estadual de 1967, mas revogado em 1969. O tema foi retomado pelo então governador Paulo Maluf por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 60/1979. Como relator, Marcos Aurélio rejeitou o projeto, apontando sua constitucionalidade por violar a exigência de plebiscito e critérios mínimos de renda e população para novos municípios.

Em 1985, saiu do PT devido a divergências em relação às eleições indiretas. Defendia o apoio a Tancredo Neves contra Paulo Maluf, mas a bancada petista optou pela abstenção. Retornou ao PMDB, mas não se reelegeu. Em 1987, assumiu a chefia de gabinete da Secretaria de Cultura, assessorando a atriz Bete Mendes.

Proposituras destacadas:

Lei 5.446/1986 - Garante acesso do cidadão às informações sobre si e outras providências.

Lei Complementar 417/1985 - Regula a participação de funcionários nos Conselhos das entidades descentralizadas.



Nome de registro: Marcos Martins

Nome parlamentar: Marcos Martins

Nascimento: 07/05/1946

Naturalidade: Jandaia do Sul (PR)

Profissão: Administrador de empresas e bancário

Legislaturas: 2007-2011; 2011-2015 e 2015-2019

MARCOS MARTINS

Marcos Martins nasceu em Jandaia do Sul, interior do Paraná, onde trabalhou na roça desde os sete anos para ajudar a família. Em sua infância, teve seus primeiros contatos com a política, já que sua mãe fazia reuniões da liga camponesa em sua casa.

Quando mudou para Osasco passou a se reunir com outros trabalhadores para se ajudarem mutuamente. Naquela época, a busca por emprego consumia todos os esforços dos trabalhadores e muitos não tinham condições de passar na prova do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), essencial para quem procurava por uma oportunidade na indústria. Juntos, os trabalhadores desenvolveram uma cartilha e, a partir de então, puderam estudar e trabalhar.

Com a intervenção militar, o grupo não pode mais se reunir no posto de saúde do bairro, onde eram ministradas as aulas, e passou a ocupar o salão da Igreja Católica, estreitando relações com a Pastoral Operária.

Marcos Martins formou-se em administração de empresas e começou a trabalhar como bancário. Foi um dos fundadores da regional do Sindicato dos Bancários em Osasco, da qual se tornou coordenador em 1979, além de ajudar a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Foi vereador em Osasco por cinco mandatos, até ser eleito, em 2006, deputado estadual, reeleito, em 2010, e assumir seu terceiro mandato em 2015.

Como vereador e deputado, atuou contra a exploração dos trabalhadores que adoecem e morrem, submetidos às precárias condições nas grandes empresas. Ajudou a fundar a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) e encampou a luta desses trabalhadores, propondo e aprovando a lei que proíbe o amianto no Estado de São Paulo.

Também atendeu a entidades de trabalhadores com o projeto que proíbe o uso de mercúrio em equipamentos hospitalares e com a conquista de uma unidade ambulatorial do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp) em Osasco.

Proposituras destacadas:

Lei 12.684/2007 - Proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que tenham fibras de amianto na sua composição.

Lei 15.313/2014 - Proíbe o uso, armazenamento e reparo de instrumentos de medição como esfigmomanômetros e termômetros contendo mercúrio.

Lei 15.461/2014 - Institui o Dia Estadual de Conscientização da Fibromialgia.

Resolução Alesp 910/2016 - Institui o Prêmio Inezita Barroso.



Nome de registro: Maria Lúcia Prandi

Nome parlamentar: Maria Lúcia Prandi

Nascimento: 29/11/1944

Falecimento: 07/10/2015

Naturalidade: Potirendaba (SP)

Profissão: Professora

Legislaturas: 1995-1999; 1999-2003; 2003-2007 e 2007-2011

MARIA LÚCIA PRANDI

Maria Lúcia Prandi é a caçula entre nove irmãos, mudou com a família para a cidade de Santos quando tinha 11 anos e, com apenas 14 anos, já dava aulas, iniciando a profissão que abraçou por toda a vida e a luta pela educação.

Formada no curso de magistério, cursou história na Universidade Católica de Santos (UniSantos) e, posteriormente, pedagogia na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Iniciou sua carreira como professora da rede estadual de ensino na cidade de Santos, foi diretora de escola (1978 a 1992) e conselheira do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), entre 1985 e 1990.

Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1984, Maria Lúcia Prandi exerceu o cargo de presidente do diretório municipal do PT em Santos por dois períodos, de 1990 a 1992 e de 2006 a 2013. Exerceu o cargo de secretária municipal de Educação de Santos (1989-1992), na gestão da prefeita Telma de Souza (PT).

Em 1992, elegeu-se vereadora de Santos. Presidente da Câmara Municipal entre 1993 e 1994, foi a primeira mulher a ocupar esse cargo no legislativo santista.

Em 1994, foi eleita deputada estadual pelo PT, reeleita em 1998, 2002 e 2006. Ao longo de seus quatro mandatos na

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), Maria Lúcia Prandi foi por três vezes presidente da Comissão de Educação, ocupou o cargo de quarta secretária da Mesa Diretora da Alesp, nos biênios 2003-2005 e 2007-2008 e foi segunda secretária, em 2005.

Em 2008, foi candidata à prefeita de Santos pelo PT. Em 2010, candidatou-se a deputada federal, ficando na suplência. Assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados, em abril de 2014, após o deputado Ricardo Berzoini licenciar-se para assumir o cargo de ministro das Relações Institucionais.

Na Câmara dos Deputados, Maria Lúcia Prandi integrou a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Maria Lúcia Prandi faleceu em 7 de outubro de 2015, vítima de uma infecção pulmonar.

Propositoras Destacadas

Lei 12.898/2008 - Institui o “Dia do Funcionário da Educação”.

Lei 13.034/2008 - Institui a “Semana de Incentivo à Doação de Órgãos para Transplantes”.

Lei 14.199/2010 - Institui o “Dia da Agricultura Familiar”.



Nome de registro: Mariângela de Araújo Gama Duarte
Nome parlamentar: Mariângela Duarte
Nascimento: 03/04/1946
Falecimento: 21/05/2020
Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ)
Profissão: Professora
Legislaturas: 1995-1999 e 1999-2003

MARIÂNGELA DUARTE

Nascida no Rio de Janeiro e criada em Minas Gerais, Mariângela Duarte mudou para Santos na década de 70. Graduou-se em letras pela Universidade Católica de Santos (UniSantos), em 1973, e realizou curso de especialização em teoria literária na mesma universidade (1974-1975). Concluiu mestrado em teoria literária em Mogi das Cruzes (SP) e fez pós-graduação na Universidade de São Paulo (1984-1987).

Professora da rede oficial de ensino do estado de São Paulo desde 1973, Mariângela Duarte foi uma das fundadoras da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado (apeoesp) na Baixada Santista. Em sua carreira como docente, foi professora da UniSantos (1976-1998) e presidente da Associação dos Docentes da UniSantos (1984-1985).

Em 1979, ingressou na política, quando se filiou ao antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que deixou em 1986 para ingressar no Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 1988, foi eleita vereadora em Santos e reeleita em 1992, com a segunda maior votação do pleito. Liderou a bancada do PT na Câmara Municipal de Santos entre 1991 e 1994. Em 1994, elegeu-se deputada estadual, sendo reeleita em 1998.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), lutou pela universidade

pública na região da Baixada Santista, que resultou na criação do campus litoral paulista da Universidade Estadual Paulista (Unesp); pela revogação do fechamento da Faculdade de Tecnologia (Fatec) em Santos; e pela instalação da Fatec em Praia Grande.

Em 2002, se candidatou a deputada federal e conquistou a suplência. Assumiu o cargo em 4 de fevereiro de 2003, após o deputado José Dirceu ter sido nomeado ministro da Casa Civil no primeiro governo do presidente Lula. Em julho de 2005, voltou à suplência. Contudo, em dezembro do mesmo ano, retornou definitivamente à Câmara dos Deputados. Como deputada federal, Mariângela tornou-se referência nacional na política do biodiesel e foi a responsável pela Lei de Política Nacional de Prevenção às Hepatites.

Em 2007, deixou o PT. Mariângela Duarte faleceu no dia 21 de maio de 2020, aos 74 anos, vítima de câncer.

Proposituras destacadas

Lei 10.098/1998 - Institui a “Semana Paulo Freire da Educação” no Estado de São Paulo.

Lei 10.365/1999 - Autoriza o Estado de São Paulo a implantar Programa de Locação Social na forma que específica.

Lei 11.165/2002 - Institui o Código de Pesca e Aquicultura do Estado.



Nome de registro: Mário Wilson Pedreira Reali
Nome parlamentar: Mário Reali
Nascimento: 16/05/1957
Naturalidade: São Paulo (SP)
Profissão: Arquiteto e urbanista
Legislaturas: 2003-2007 e 2007-2011

MÁRIO REALI

Mário Reali é arquiteto e urbanista, com graduação e mestrado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Iniciou sua vida profissional nos anos 1980, numa cooperativa de arquitetos; foi técnico de planejamento na Mercedes-Benz do Brasil, no ABC paulista, e servidor da prefeitura municipal de São Paulo.

Com a filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a aproximação das lutas dos movimentos populares por moradia, sua história passa a ter vínculo direto com as políticas públicas de Diadema.

De 1993 a 1995, Mário Reali esteve à frente das secretarias de Habitação e de Administração de Diadema, quando o PT exercia sua terceira gestão na cidade, a primeira do prefeito José de Filippi. Em 1997, assumiu as funções de secretário de Obras e Serviços, no município de Ribeirão Pires, no governo da prefeita Maria Inês (PT). Entre 2001 e 2002, foi presidente da Companhia de Saneamento de Diadema (Saned).

Nas eleições de 2002, Mário Reali foi eleito deputado estadual com 75.656 votos. No legislativo estadual, coordenou a Frente Parlamentar pela Habitação e Reforma Urbana. Atuou na defesa dos mananciais e comitês de bacias

dos rios do Estado de São Paulo e pela transparência e participação popular na gestão pública.

Mário Reali foi relator do projeto de lei que estabeleceu o Plano Plurianual 2004-2007. Era a primeira vez, na história do legislativo paulista, que um deputado do PT assumia a relatoria de um projeto do Executivo com essa importância.

Em 2006, foi reeleito deputado estadual e cumpre o mandato até dezembro de 2008, quando renunciou para tomar posse como prefeito eleito de Diadema.

Após deixar a prefeitura, Mário Reali continuou servindo à população de Diadema, tendo exercido as funções de secretário-executivo no Consórcio Intermunicipal Grande ABC e de secretário de Governo, na gestão do prefeito José de Filippi, iniciada em 2021.

Proposituras destacadas:

Lei 12.047/2005 - Institui Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal ou Animal e Uso Culinário.

Lei 13.981/2009 - Dá a denominação de Delegado Antonio Vieira da Silva Guilherme ao 4º Distrito Policial do Município de Diadema.



Nome de registro: Mário Maurici de Lima Moraes

Nome parlamentar: Maurici

Nascimento: 15/05/1961

Naturalidade: Franco da Rocha (SP)

Profissão: Jornalista

Legislaturas: 2019-2023 e 2023-2027

MAURICI

Maurici nasceu em Franco da Rocha, em 1961, onde foi vereador, entre 1989 e 1992, e prefeito, de 1993 a 1996. Jornalista, com mestrado em comunicação pública, foi secretário de Comunicação e de Governo na prefeitura de Santo André (2001-2007), nas gestões de Celso Daniel e João Avamileno.

Entre 2009 e 2016, contribuiu para os governos Lula e Dilma como presidente da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), vice-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e diretor da TV Brasil.

Maurici foi dirigente da Federação Latino-Americana de Mercados de Abastecimento (Flama), presidiu a Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento (Abracen) e foi representante brasileiro na União Mundial de Mercados Atacadistas (WUWM).

Em 2018, Maurici foi eleito deputado estadual, com 74 mil votos. Foi reeleito em 2022, com 121 mil votos, para o seu segundo mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Sua atuação parlamentar destaca-se pela defesa de políticas que promovam a inclusão social, da integração das regiões metropolitanas e do enfrentamento ao desmonte do Estado promovido pelo governo Tarécio de Freitas (Republicanos).

Em 2022, Maurici denunciou irregularidades no processo de licenciamento e construção da cava no canal de

Piaçaguera, em Cubatão. A obra foi alvo de uma CPI na Alesp, que investigou as cavas subaquáticas. Por discordar do desfecho da comissão, Maurici apresentou à Procuradoria da República em Santos um relatório sobre os riscos do projeto para o meio ambiente e para a população.

Na Alesp, Maurici é presidente da Comissão de Relações Internacionais, vice-presidente da Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais, membro efetivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e suplente das comissões de Transportes e Comunicações e de Educação e Cultura. Também coordena a Frente Parlamentar pela Duplicação das Rodovias Tancredo Neves, Edgard Máximo Zambotto e Luiz Salomão Chamma, a Frente Parlamentar pela Prevenção e Mitigação dos Efeitos das Mudanças Climáticas nas Cidades e Núcleos Urbanos e a Frente Parlamentar em Defesa do Meio Ambiente e da Baixada Santista.

Proposturas destacadas:

Lei 17.333/2021 - Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a Feira de Artes e Artesanato de Embu das Artes.

Lei 17.343/2021 - Institui a campanha “Dezembro Verde”, que estimula a proteção de pets.

Lei 17.460/2021 - Institui a Política Estadual de Manejo Integrado do Fogo.

Lei 17.941/2024 - Institui o “Dia da Imigração Libanesa”.



Nome de registro: Mauro Marcial Menuchi
Nome parlamentar: Mauro Menuchi
Nascimento: 10/12/1964
Naturalidade: Caieiras (SP)
Profissão: Bancário
Legislatura: 2003-2007

MAURO MENUCHI

Nascido em Caieiras, Mauro Menuchi iniciou sua trajetória política em Jundiaí. Trabalhador bancário, foi um dos fundadores do Sindicato dos Bancários de Jundiaí e região e seu presidente nos períodos de 1992 a 1995 e 1995 a 1998.

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e, em 1992, foi eleito vereador à Câmara Municipal de Jundiaí, sendo reeleito em 1996 e no ano 2000. No exercício do seu terceiro mandato de vereador, disputou a cadeira de deputado estadual em 2002, tendo sido eleito com 107.248 votos.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), Mauro Menuchi foi vice-presidente da Comissão de Segurança Pública.

No último ano da legislatura, Menuchi desfilhou-se do PT e ingressou no Partido Socialista Brasileiro (PSB).

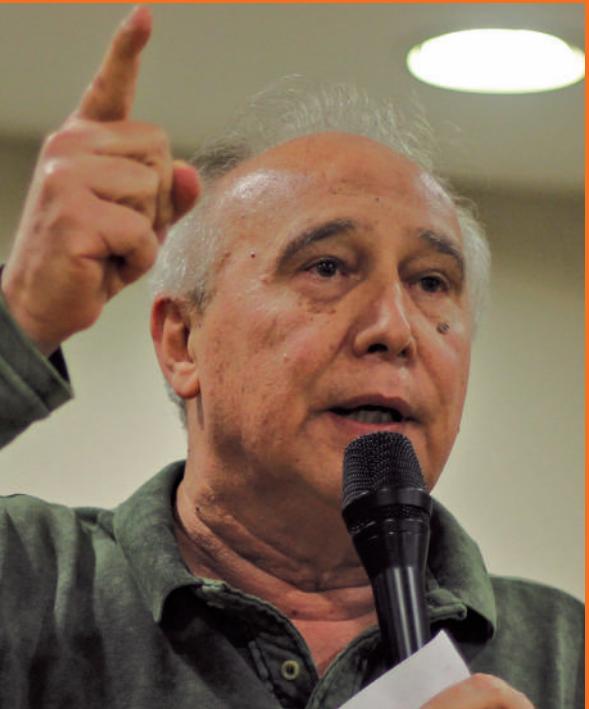
Proposituras destacadas:

Lei 12.290/2006 - Altera os limites da Área de Proteção Ambiental - APA de Jundiaí, na forma que especifica.

Lei 11.887/2005 (Revogada) - Dispõe sobre a adaptação das áreas físicas destinadas ao atendimento direto ao público e dos equipamentos de autoatendimento, com vistas à acessibilidade e uso por pessoas portadoras de deficiência.

Projeto de Lei 365/2004 (Vetado) -

Autoriza o Poder Executivo a criar Faculdade de Tecnologia, como unidade de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, em Várzea Paulista.



Nome de registro: Mauro Ailton Puerro

Nome parlamentar: Mauro Puerro

Nascimento: 17/12/1952

Naturalidade: Guararapes (SP)

Profissão: Professor

Legislatura: 1991-1995

MAURO PUERRO

Mauro Puerro, professor da rede pública estadual, foi vereador na cidade de São Paulo entre 1989 e 1992. Foi também vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-SP).

Nas eleições de 1990, foi eleito suplente de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) pelo Partido dos Trabalhadores (PT), assumindo efetivamente o cargo de deputado estadual em janeiro de 1993, diante da renúncia de Luiz Carlos Luca Pedro, que fora eleito prefeito da cidade de São Vicente.

Em 1994, a Convergência Socialista, corrente política à qual Mauro Puerro pertencia, rompe com o PT e é fundado o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Puerro disputa eleições pelo novo partido.

Em 2017, acompanha o Movimento Por uma Alternativa Independente e Socialista (Mais) e se filia ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Proposituras destacadas:

Projeto de Lei 46/1995 (Arquivado) - Autoriza o Poder Executivo a instituir o piso salarial equivalente a 01 (um) salário mínimo do Dieese para os professores da rede pública de ensino de 1º e 2º Graus, por 20 horas/aula semanais.

Projeto de Lei 45/1995 (Arquivado) - Dá nova estrutura à Diretoria do Barnespa.



Nome de registro: Paulo Tasso Diniz

Nome parlamentar: Paulo Diniz

Nascimento: 04/01/1955

Naturalidade: São Paulo

Profissão: Professor

Legislatura: 1983-1987

PAULO DINIZ

Paulo Tasso Diniz foi militante das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, cuja proposta se fundamentava na denominada Teologia da Libertação. Nos anos 1970, integrou o movimento contra a carestia, na zona sul de São Paulo. Aos 17 anos, por sua liderança, Paulo Tasso foi convidado a coordenar a administração de um convênio firmado entre uma empresa química holandesa e a Igreja Católica. Os recursos foram utilizados para a construção de 16 centros comunitários.

O bom gerenciamento da verba recebida e o contato com a população tornou Diniz uma referência política em sua região e o levou a integrar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nos anos 80, com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), Paulo Diniz migrou para a legenda.

Em 1982, elegeu-se deputado estadual, aos 24 anos de idade. Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) atuou principalmente na fiscalização das contas públicas do governo Paulo Maluf, na investigação das verbas encaminhadas para as empresas públicas, como a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e no controle dos recursos gastos pelas secretarias de Estado. Contudo, naquele momento, devido às imposições dos governos

autoritários da época, os parlamentares não podiam interferir diretamente no orçamento do Estado.

Paulo Diniz foi o único deputado estadual da bancada a integrar a comitiva que receberia, na Alesp, o então candidato à presidência da República, Tancredo Neves, contrariando o posicionamento dos demais integrantes do seu partido. Durante seu mandato no parlamento estadual, foi presidente da Comissão de Obras Públicas do Estado, membro da Comissão de Fiscalização e Controle e da Comissão de Esporte e Turismo e presidente da Comissão Especial de Inquérito (CEI) que investigou o desemprego no Estado.

Proposituras destacadas:

Lei 4.860/1985 - Dá denominação de “Martinho da Silva” à EEPG Vaz de Lima, Subdistrito de Campo Limpo, no Município de São Paulo.

Lei 4.096/1984 - Dá nova redação ao Artigo 1º da Lei 3.741/1983 - Artigo 1º Fica instituída a obrigatoriedade da inclusão de, pelo menos, um representante dos trabalhadores de empresa, na Diretoria das Sociedades Anônimas, em que o Estado seja acionista majoritário, devendo este representante ser eleito pelos próprios trabalhadores.



Nome de registro: Paulo Roberto Fiorilo

Nome parlamentar: Paulo Fiorilo

Nascimento: 25/01/1960

Naturalidade: Araraquara (SP)

Profissão: Professor

Legislaturas: 2019-2023 e 2023-2027

PAULO FIORILO

Paulo Fiorilo é professor licenciado da rede pública municipal de São Paulo, com uma trajetória profundamente marcada por seu vínculo com os movimentos de base da Igreja Católica e com o Partido dos Trabalhadores (PT). Líder da bancada no sistema de Federação PT/PCdoB/PV por dois mandatos (2023-2025), tem se destacado por um mandato parlamentar presente em várias regiões do Estado e na capital.

Paulo Fiorilo é formado em filosofia e mestre em ciências políticas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). Participou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ainda em sua cidade natal, Araraquara, vindo para São Paulo em 1982, junto com os padres verbitas. Em sua jornada pessoal, desistiu de ser padre, mas não da sua vocação para a luta em favor dos que mais precisam.

Filiado ao PT desde 1986, trabalhou como assessor no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, como chefe de gabinete na Câmara Municipal de São Paulo e na prefeitura de São Paulo, na gestão da prefeita Marta Suplicy. Paulo Fiorilo também foi secretário municipal de Administração na cidade de Osasco, durante o governo do prefeito Emídio de Souza. No PT, Fiorilo foi presidente do diretório municipal de São Paulo por três mandatos.

Eleito vereador em São Paulo por dois mandatos não consecutivos, atuou

em pautas prioritárias da educação, criança e adolescente, assistência social e fiscalização do Executivo, tendo sido presidente da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude da Câmara Municipal de São Paulo.

Em 2018, elegeu-se deputado estadual, sendo reeleito em 2022. Em seu primeiro mandato, aprovou a lei que permitiu a compra direta de vacina pelo governo de São Paulo, no auge da pandemia da covid 19, garantindo ampla cobertura vacinal no Estado. Também foi um dos idealizadores da recriação da Comissão de Relações Internacionais da Assembleia Legislativa, a qual presidiu por dois anos.

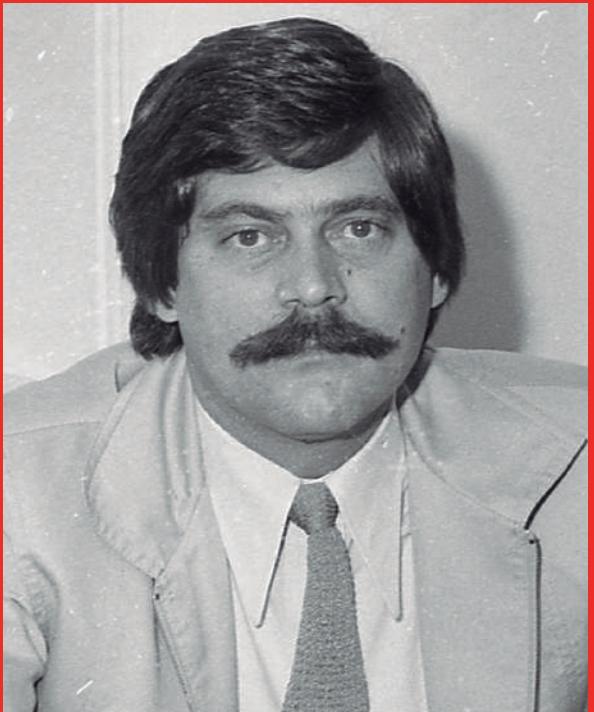
Seu mandato tem como eixos prioritários a educação, a habitação, os direitos sociais, o desenvolvimento econômico regional e a fiscalização do Executivo.

Proposituras destacadas:

Lei 17.365/2021 - Autoriza a compra direta de vacina contra a Covid 19 pelo governo de São Paulo, ampliando a cobertura vacinal.

Projeto de Lei 637/2023 (Vetado) - Regulamenta a Lei Federal 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Projeto de Lei 726/2021 (Vetado) - Veda intervenções hostis nos espaços livres de uso público urbano, combatendo a aporofobia.



Nome de registro: Paulo Frateschi
Nome parlamentar: Paulo Frateschi
Nascimento: 27/01/1950
Naturalidade: São Paulo (SP)
Profissão: Professor
Legislatura: 1983-1987

PAULO FRATESCHI

Paulo Frateschi iniciou sua atuação política em 1967, no movimento de estudantes secundaristas da zona oeste da capital, denominado Coezo. Em 1968, participou das grandes mobilizações estudantis da época e iniciou sua atuação na luta de resistência ao regime militar, sendo preso pela Operação Bandeirantes (Oban), em 1969. Ao sair da prisão, viveu na clandestinidade em Curitiba.

A partir de então, militou na Ação Libertadora Nacional (ALN) e, em 1973, foi preso novamente pelo Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/Codi). Ao sair da prisão, voltou a estudar, formou-se em ciências sociais, passando a lecionar e atuar na organização de movimento dos professores, chegando à diretoria do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). Paulo Frateschi também ajudou a construir e fundar o Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 1982, foi eleito deputado estadual. Legisou a favor da melhoria das condições de trabalho para os profissionais da educação e para o funcionalismo público em geral. Denunciou a precarização do magistério e a repressão por parte do governo ao movimento do professorado paulista. Frateschi foi

autor da lei que criou o Conselho de Escola, iniciativa inovadora que buscou transferir para o ambiente escolar a prática democrática e participativa que a sociedade brasileira almejava, no período de redemocratização do país. O Conselho de Escola deveria ser composto pelo corpo diretivo, representantes dos funcionários, professores, alunos e pais.

No PT, Paulo Frateschi foi secretário estadual de Formação Política, de Organização, de Imprensa, secretário-geral e presidente do diretório estadual por três gestões consecutivas, sendo o primeiro presidente eleito pelo voto direto dos filiados e das filiadas do partido.

Frateschi também foi suplente de senador e secretário de Assuntos Governamentais na gestão do ex-prefeito Fernando Haddad.

Propositoras destacadas:

Lei Complementar 375/1984 - Altera disposições da Lei Complementar 201/1978 que previu a criação dos Conselhos de Escola.

Lei 3.913/1983 - Proíbe aos estabelecimentos oficiais de ensino a cobrança de taxas e contribuições que especifica e dá outras providências.

Lei 3.855/1983 - Dá denominação de "Alexandre Vannuchi Leme" à Escola Estadual de Primeiro Grau em Ibiúna.



Nome de registro: Luiz Paulo Teixeira Ferreira
Nome parlamentar: Paulo Teixeira
Nascimento: 06/05/1961
Naturalidade: Águas da Prata (SP)
Profissão: Advogado
Legislaturas: 1995-1999; 1999-2003

PAULO TEIXEIRA

De Águas da Prata, Paulo Teixeira mudou para a capital, onde iniciou o curso de direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em 1979. Sua vida política começou em 1980, quando conheceu Lula e se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) para atuar na luta pelos trabalhadores, junto com as Comunidades Eclesiais de Base e os movimentos sociais.

No partido, presidiu o diretório zonal de São Miguel Paulista (1985-1987) e foi vice-presidente do diretório municipal de São Paulo (1999-2000).

Quando Luiza Erundina foi prefeita da capital, Paulo Teixeira atuou como subprefeito de São Miguel Paulista (1991- 1993).

Em 1994, foi eleito deputado estadual, sendo reeleito em 1998. Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) destacou-se pela atuação em pautas de direitos sociais e saúde.

Em 2001, renunciou ao mandato de deputado para ocupar a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de São Paulo, na gestão da prefeita Marta Suplicy. De 2003 a 2004, foi diretor-presidente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab).

Em 2004, foi eleito vereador da cidade de São Paulo. Em 2006, candidatou-se a deputado federal. Eleito, permanece desde então na Câmara dos Deputados.

Como deputado federal, Paulo Teixeira destaca-se na luta contra a AIDS, aprovando lei que obriga os planos de saúde privados a atenderem os portadores do vírus HIV e a exigência de que o Estado de São Paulo passe a distribuir, gratuitamente, medicamentos retrovirais.

Ele é um dos autores das leis de auxílio emergencial do vale gás e de suspensão de despejos durante a pandemia da Covid-19. Também foi relator do novo Código de Processo Civil, que incluiu artigo que obriga a participação do poder público na mediação de conflitos em terras urbanas e rurais.

Paulo Teixeira é ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, empossado em 1º de janeiro de 2023, início do terceiro governo Lula.

Proposituras destacadas

Lei 10.781/2001 - Dispõe sobre a Política Estadual de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da Hipertermia Maligna - HM no Estado de São Paulo.

Lei 10.475/1999 - Institui o Cadastro Estadual de Inadimplentes Sociais.

Lei 10.237/1999 - Institui política para a superação da discriminação racial no Estado.

Lei 9.758/1997 - Autoriza a Secretaria da Saúde a distribuir seringas descartáveis aos usuários de drogas, com o objetivo de reduzir a transmissão do vírus da AIDS por via sanguínea em São Paulo.



Nome de registro: Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari
Nome parlamentar: Pedro Dallari
Nascimento: 09/03/1959
Naturalidade: São Paulo (SP)
Profissão: Advogado e professor
Legislaturas: 1991-1995 e 1995-1999

PEDRO DALLARI

Pedro Dallari graduou-se em direito pela Universidade de São Paulo (USP). Antes de se formar, já tinha se engajado na militância política no antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, em 1979, iniciou sua experiência no parlamento.

Em sua trajetória, foram 20 anos de experiência parlamentar: dez anos como assessor, primeiro, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), quando Flávio Bierrenbach (MDB) elegeu-se deputado estadual. Depois, de 1982 a 1986, já filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), na Câmara Municipal de São Paulo, assessorando a então vereadora Luiza Erundina e chefiando o gabinete da liderança do PT. A partir de 1986, fez parte da comissão criada pelo PT para se preparar para a Assembleia Nacional Constituinte e, após as eleições, assessorou a bancada petista na Câmara dos Deputados, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, deputado constituinte.

Outros dez anos correspondem a seus mandatos de vereador em São Paulo e dois mandatos de deputado estadual.

Na Câmara Municipal, assumiu o cargo de vereador em 1989 e foi líder do governo de Luiza Erundina.

Em 1990, foi eleito deputado estadual. Tomou posse em 1991, mas voltou ao

governo de Erundina, para as funções de secretário de Governo, em janeiro de 1992, licenciando-se do parlamento até janeiro do ano seguinte.

Já graduado em direito, Dallari formou-se em administração. Tornou-se mestre, doutor e livre-docente e ingressou como professor na USP em 2002.

De 2004 a 2008, foi juiz e presidente do tribunal administrativo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, de 2011 a 2017, membro do Conselho Diretor do Centro de Estudos de Justiça das Américas (Ceja), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA).

De 2013 a 2014, foi membro e coordenador da Comissão Nacional da Verdade, que buscou apurar graves violações de direitos humanos durante o período da ditadura militar no Brasil.

Proposturas destacadas:

Lei 9.914/1998 - Autoriza o acesso, gratuito, de policiais militares às estações e trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM.

Lei 9.886/1997 - Dá denominação de “Educador Paulo Freire” à EEPSP Jardim Aliança/Canaã, em Osasco.

Lei 9.797/1997 - Acrescenta dispositivos ao artigo 27 da Lei 6.544/1989, que dispõe sobre licitações e contratos.

Lei 9.371/1996 - Altera a Lei n. 6.544, de 22 de novembro de 1989.



Nome de registro: Luiz Carlos da Silva

Nome parlamentar: Professor Luizinho

Nascimento: 18/04/1955

Naturalidade: Cândido Mota (SP)

Profissão: Professor

Legislaturas: 1991-1995 e 1995-1999

PROFESSOR LUIZINHO

Nascido no interior de São Paulo, Luiz Carlos da Silva mudou-se para Santo André, no ABC paulista, onde seus pais foram trabalhar numa fábrica. Estudou matemática na então Faculdade de Ciências e Letras de Ribeirão Pires (1974-1976). Formado, passou a lecionar a disciplina na rede estadual de ensino.

Participou da organização dos professores estaduais nas greves dos anos de 1977 e 1978, que resultaram no Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). Entre 1981 e 1989, foi vice-presidente da Apeoesp por duas vezes, além de diretor de relações intersindicais e diretor-geral. Participou da construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da disputa da direção da Confederação de Professores do Brasil (CPB), hoje Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Participou da construção do Partido dos Trabalhadores (PT) e, em 1988, foi eleito vereador à Câmara Municipal de Santo André, a qual presidiu no biênio 1989-1990.

Eleito deputado estadual em 1990, foi líder da bancada do PT por dois anos consecutivos, entre 1992 e 1993. Reeleito ao cargo, em 1994, foi o deputado mais bem votado entre os petistas eleitos.

Com a proporcionalidade partidária na composição da Mesa Diretora da

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) assegurada, pela primeira vez, Professor Luizinho passou a ocupar o cargo de primeiro secretário da Alesp. Entre 15 de março de 1995 e 15 de março de 1997, junto ao presidente da Casa e o segundo secretário, exerceu as funções administrativas e de direção do parlamento. Nesse período foi proposta, discutida e aprovada a reforma administrativa do legislativo paulista, com a instituição de plano de cargos, carreiras e vencimentos.

Luizinho apresentou à Alesp projeto de lei criando a Universidade Estadual do Grande ABC, transformado na Lei 9.083/1995. A reivindicação, fruto de amplo movimento pela universidade do ABC, envolveu muitas articulações até a sanção e regulamentação da lei.

Professor Luizinho assumiu mandato de deputado federal em 1998, reelegendo-se em 2002. Na Câmara dos Deputados, foi líder do governo Lula, de 2004 a 2005.

Proposituras destacadas:

Lei 10.130/1998 (Revogada) - Transforma em Estância Turística o município de Ribeirão Pires.

Lei 9.823/1997 - Dispõe sobre prestação de informações às vítimas e/ou familiares de acidentes de trânsito, através do Boletim de Ocorrência.

Lei 9.083/1995 - Cria a Universidade Estadual do Grande ABC.



Nome de registro: Francisco de Assis Pereira de Campos

Nome parlamentar: Professor Tito

Nascimento: 14/06/1954

Naturalidade: Piracicaba (SP)

Profissão: Professor

Legislatura: 2011-2015

PROFESSOR TITO

Francisco de Assis Pereira de Campos, conhecido como Professor Tito, nasceu em Piracicaba, em uma família de agricultores. Tito trabalhou no campo, formou-se técnico agrícola pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e ampliou sua formação com licenciatura em filosofia e teologia, além de mestrado em educação social e pós-graduação em antropologia brasileira. É filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde sua fundação.

No final da década de 1970, mudou-se para Sumaré para estudar no Seminário São Francisco de Assis, da Ordem dos Capuchinhos, onde começou sua trajetória política e social.

Em Sumaré, Tito envolveu-se nas lutas sociais, especialmente por moradia, transporte, água e saneamento básico. Sua militância junto a movimentos sociais e religiosos tornou-se uma marca de sua trajetória. Como professor de filosofia e história, lecionou por 15 anos na rede pública. Foi também presidente do diretório municipal do PT.

Durante a gestão do prefeito José Antonio Bacchin (PT) em Sumaré, ocupou cargos como secretário municipal de Obras e de Governo, coordenando projetos de saneamento e habitação para melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida na cidade.

Em 2010, candidatou-se a deputado estadual, ficando como terceiro suplente. Dois anos depois, assumiu uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Como deputado, priorizou pautas como educação, agricultura familiar e fortalecimento de movimentos sociais e sindicais, sempre alinhado à luta por igualdade social e melhores condições de vida.

Nas eleições municipais de 2012 e 2016, Tito foi candidato a prefeito de Sumaré, mas não foi eleito. Em 2015, atuou como supervisor de trabalhos sociais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/SP) e, entre 2017 e 2021, foi secretário Agrário do PT estadual.

Tito mantém militância ativa em questões agrárias, destacando-se na Comissão Pastoral da Terra e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em defesa dos trabalhadores rurais e da reforma agrária.

Proposturas destacadas:

Lei 15.832/2015 - Cria o Selo Amigo do Idoso.
Lei 15.904/2015 - Inclui o “Demolicar” de Sumaré, maior evento de demolição de carros do Brasil, no calendário oficial do Estado de São Paulo.

Projeto de Lei 501/2013 (Vetado)
- Autoriza o Programa Estadual de Expansão da Agricultura Familiar Irrigada - “Mais Água, Mais Renda”.



Nome de registro: Maria Izabel Azevedo Noronha
Nome parlamentar: Professora Bebel
Nascimento: 01/05/1960
Naturalidade: Piracicaba (SP)
Profissão: Professora com licenciatura em Letras
Legislaturas: 2019-2023 e 2023-2027

PROFESSORA BEBEL

Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1989, Professora Bebel é deputada estadual em segundo mandato, eleita pela primeira vez em 2018 e reeleita em 2022.

Formada em letras pela Universidade Metodista de Piracicaba, é mestre em administração educacional pela mesma universidade. Durante a juventude trabalhou como empregada doméstica para pagar sua faculdade.

É professora de língua portuguesa da rede estadual, atuante no sindicato da categoria. Elegeu-se presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) pela primeira vez em 1999, cargo ao qual voltou em 2008, 2011, 2014 e 2017.

Em suas gestões, foi forte oponente dos governos tucanos, organizando greves por reajuste salarial nos governos de Mário Covas e de José Serra, ambas duramente reprimidas pela Polícia Militar. Em 2013, mobilizou a categoria na conquista do maior concurso da rede. Em 2015, sob sua gestão, ocorreu a segunda mais longa greve da Apeoesp, com 92 dias de paralisação, que exigia a equiparação dos salários dos professores às demais categorias com nível superior.

Foi conselheira do Conselho Nacional de Educação por dois mandatos, de 2006 a 2014, ocupando a vice-presidência da Câmara de Educação Básica. Foi membro do Fórum Nacional de Educação e do Fórum

Estadual de Educação; membro da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores CUT e secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), à qual representou na Rede Mundial de Pesquisas Internacionais da Educação.

Integrou o Fórum Nacional de Educação e o Fórum Paulista de Educação. Organizou o 1º Seminário Internacional sobre Avaliação da Educação, integrou as comissões organizadoras nacionais da Conferência Nacional da Educação Básica (Coneb), da Conferência Nacional da Educação (Conae), de 2010 e de 2014.

Na Assembleia Legislativa de São Paulo, preside a Comissão de Educação e Cultura, e é procuradora especial da Mulher, foi líder da bancada do PT (2021-2022) e líder da Minoria (2020-2021). É, ainda, vice-presidenta do PT paulista.

Proposituras destacadas:

Lei 17.740/2023 - Classifica como de interesse turístico o Município de Piracicaba.
Lei Complementar 1.381/2022 – Prorroga por um ano a vigência dos contratos dos docentes firmados nos termos da Lei Complementar 1.093/2009 que vencerem ao longo do ano de 2022.
Projeto de Lei 1149/2023 (Vetado) – Institui a Mesa Permanente de Negociação Coletiva, composta por membros do governo, sindicatos e entidades dos servidores públicos.



Nome de registro: Paulo Batista dos Reis
Nome parlamentar: Reis
Nascimento: 03/10/1961
Naturalidade: São Paulo (SP)
Profissão: Investigador de polícia
Legislatura: 2023-2027

REIS

Paulo Batista dos Reis, também conhecido como deputado Reis, é formado em ciências jurídicas pela Universidade São Francisco. Iniciou sua vida profissional na Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), onde participou de atividades do movimento sindical. Atuou como condutor, metalúrgico, policial militar, professor da rede estadual de ensino e policial civil.

Desde cedo, optou pela militância política no Partido dos Trabalhadores (PT). Morador da região de Campo Limpo, viveu e conhece bem os problemas da periferia de São Paulo. Para lutar contra as desigualdades sociais e problemas estruturais, principalmente dos bairros periféricos, teve intensa participação em movimentos populares. Participou da gestão da prefeita Marta Suplicy, ocasião em que buscou aproximar as iniciativas da prefeitura das reivindicações desses movimentos.

Assessorou o deputado Rui Falcão, colaborando para a formulação de propostas em defesa da inclusão social no âmbito das políticas públicas. Coordenou, ainda, ações de regularização fundiária e defesa da universalização do saneamento básico.

Foi vereador pela cidade de São Paulo em dois mandatos, de 2012 a 2020, tendo aprovado 94 leis para a cidade de São Paulo, entre elas a Lei de Cotas para negras, negros e afrodescendentes nos

concursos para o serviço público municipal de São Paulo; a lei que estabeleceu a Política Municipal de Combate ao Câncer de Ovário e lei da Busca Ativa de jovens em situação de vulnerabilidade.

Elegeu-se deputado estadual em 2022. Participa como membro efetivo em três comissões da Assembleia Legislativa: Constituição, Justiça e Redação; Fiscalização e Controle; Segurança Pública e Assuntos Penitenciários.

Reis coordena três frentes parlamentares: Em Defesa da Polícia Civil; Em Defesa da Polícia Penal do Estado de São Paulo; Em Defesa do Iamspe e do Hospital do Servidor Público Estadual.

Proposituras destacadas

Lei 17.886/2024 - Institui o “Dia de Valorização do Policial Civil”.
Lei 18.025/2024 - Dispõe sobre o programa habitacional para policiais civis, policiais militares, policiais técnico-científicos, policiais penais, agentes de segurança penitenciária e agentes de escolta e vigilância penitenciária.
Projeto de Lei 36/2024 - Institui o Programa Estadual de Saúde Integral da População Negra do Estado.
Projeto de Lei 116/2024 - Estabelece a prioridade de cirurgia reparadora para mulher vítima de agressão, da qual resulte dano à sua integridade física ou estética, pelo Sistema de Saúde Estadual.



Nome de registro: Renato Simões

Nome parlamentar: Renato Simões

Nascimento: 03/02/1962

Naturalidade: Campinas (SP)

Profissão: Professor

Legislaturas: 1995-1999; 1999-2003 e 2003-2007

RENATO SIMÕES

Renato Simões é um político reconhecido por seu compromisso com os direitos humanos, participação social e políticas populares. Nascido em Campinas, iniciou sua militância na Igreja Católica, inicialmente na Pastoral da Juventude e, posteriormente, nas Comunidades Eclesiais de Base e na Pastoral Operária. Renato Simões é filósofo, formado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com pós-graduação em direitos humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Foi presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) em Campinas, integrou a comissão executiva estadual, na qual foi secretário de Formação Política, membro do diretório nacional do PT e secretário nacional de Movimentos Populares e Políticas Setoriais.

Em 1992, candidatou-se à prefeitura de Campinas. Em 1994, foi eleito deputado estadual pelo PT e reeleito duas vezes consecutivas, em 1998 e em 2002. Nos doze anos em que esteve na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), presidiu por dez anos a Comissão de Direitos Humanos, criada a partir de um projeto de sua autoria, em 1995. Simões também foi líder da bancada do PT (2005-2006).

Renato Simões foi membro da Comissão de Assuntos Internacionais e da Comissão

Especial de Indenização aos Ex-Presos Políticos do Estado. Em 2013 e 2014, foi deputado federal pelo PT. Na Câmara dos Deputados, integrou a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e criou o Prêmio Evandro Lins e Silva de Direitos Humanos.

Durante o governo Dilma Rousseff, Renato Simões atuou como assessor especial de participação social na Secretaria Geral e na Secretaria de Governo da Presidência da República. Posteriormente, coordenou a Associação Nacional Vida e Justiça em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid e desempenhou a função de secretário nacional de Direitos Humanos do PT.

Atua na Secretaria Nacional de Participação Social, ligada à Secretaria-Geral da Presidência da República.

Proposturas destacadas:

Lei 13.515/2009 - Institui o “Dia Estadual de Luta dos Povos Indígenas”.

Lei 10.948/2001- Cria penalidades para práticas de discriminação em razão de orientação sexual.

Lei 10.815/2001 - Institui o “Dia da Lembrança dos Heróis e Mártires da Guerra contra o Nazifascismo”.

Lei 10.354/1999 - Dispõe sobre a proteção e auxílio às vítimas da violência.

Lei 9.715/1999 - Institui o “Dia da Luta pela Reforma Agrária e Contra a Violência no Campo”, comemorado em 17 de abril.



Nome de registro: Roberto Felício

Nome parlamentar: Roberto Felício

Nascimento: 11/01/1952

Naturalidade: Itapuí (SP)

Profissão: Professor

Legislaturas: 2003-2007; 2007-2011 e 2011-2015

ROBERTO FELÍCIO

Roberto Felício viveu em Itu até o início dos anos 1970, quando mudou para a capital do Estado, onde se graduou em educação artística. Já lecionando em escolas públicas e privadas, juntou-se ao movimento dos professores que, em 1978, realizou as primeiras greves e mobilizações para denunciar a situação precária do ensino em São Paulo e os baixos salários.

Nos anos 1980, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e, em 1985, integrou a direção do sindicato de sua categoria, na época ainda Associação dos Professores de Ensino do Estado de São Paulo (Apeoesp).

De 1987 a 1989, compôs a direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em São Paulo. Foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), de 1989 a 1993. Neste último ano, foi eleito presidente da Apeoesp, sendo reconduzido no período seguinte.

Em 2002, candidato a deputado estadual, Roberto Felício ficou na suplência da bancada do PT. Assumiu o mandato em 2003, primeiro como suplente de Adriano Diogo – licenciado para assumir a Secretaria Municipal de Verde e Meio Ambiente, na capital – e, em janeiro de 2005, de forma efetiva.

Ao chegar à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp),

Roberto Felício apresentava-se como representante da educação e da região de Piracicaba, cidade que, desde 1988, tinha escolhido para morar.

Reeleito deputado estadual em 2006, presidiu a Comissão de Educação por dois biênios (2005-2006 e 2007-2008). Em 2008, foi líder da bancada do PT.

Defensor do fim da Lei da Mordaça, apresentou projeto para pôr fim ao instrumento, criado durante o regime militar, que impedia o funcionalismo público estadual de emitir opiniões ou conceder entrevistas. A proposta foi aprovada pela Alesp, em 2008, mas vetada pelo então governador José Serra (PSDB). Um projeto do Executivo, no mesmo sentido, foi aprovado em setembro de 2009.

Nas eleições de 2010, Roberto Felício elegeu-se suplente e assumiu o mandato apenas em fevereiro de 2015.

Proposituras destacadas:

Lei 12.284/2006 - Autoriza o Poder Executivo a incluir no currículo do ensino fundamental e médio a crítica da violência doméstica e da discriminação de raça, gênero, orientação sexual, origem ou etnia.

Lei 13.504/2009 - Institui o “Dia do Combate à Intolerância Religiosa”.

Lei 12.638/2007 (Declaração de inconstitucionalidade) - Institui o Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal.



Nome de registro: Roberto Gouveia Nascimento

Nome parlamentar: Roberto Gouveia

Nascimento: 06/06/1955

Naturalidade: Ituiutaba (MG)

Profissão: Médico sanitarista

Legislaturas: 1987-1991; 1991-1995; 1995-1999 e 1999-2003.

ROBERTO GOUVEIA

Roberto Gouveia Nascimento formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e sanitarista pela Faculdade de Saúde Pública. Trabalhou no Sindicato dos Químicos de São Paulo e, concursado, foi médico da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

Em 1986, foi eleito deputado estadual constituinte e reeleito à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo mais três vezes (de 1990 a 1998).

É autor do livro *Saúde pública, suprema lei: a nova legislação para a conquista da saúde* (Mandacaru, 2000), que reúne a produção legislativa de seus quatro mandatos.

Em 1976, Gouveia trancou a matrícula na faculdade de medicina e, junto com outros estudantes e com uma professora, organizou, nos fundos de uma igreja, na periferia da cidade, um ambulatório improvisado. Lá encontrou donas de casa que já tinham um abaixo-assinado reivindicando um equipamento médico para a região. “Elas pediram a nossa ajuda, nós começamos a participar e fomos ganhos pelo movimento”, conta Gouveia.

Os movimentos populares de saúde junto com outros tantos movimentos constituíram as lutas sociais que conquistaram o Sistema Único de Saúde (SUS), na Constituição de 1988. Grande parte dos projetos que Gouveia apresentou e das leis que aprovou, no mandato parlamentar, buscavam consolidar o SUS no Estado de São Paulo.

Ao longo de seus quatro mandatos, atuou na Comissão de Saúde e Higiene e foi seu presidente por duas vezes. Presidiu a comissão que investigou o uso dos hospitais psiquiátricos, entre eles, o Juqueri, pelo aparato da ditadura, em 1992; e foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que, em 1996, investigou os hospitais psiquiátricos no Estado.

No primeiro ano de seu mandato, apresentou projeto de lei para extinguir as aposentadorias especiais de deputados, vereadores e prefeitos, com apenas oito anos de contribuição. Sete anos depois, foi extinta a Carteira de Previdência dos Deputados.

Liderou a bancada do PT, de março de 1996 a março de 1997 e, representando o partido, exerceu funções de administração e direção, como primeiro secretário da Mesa Diretora da Alesp, no biênio 1999-2000. Roberto Gouveia foi também deputado federal, de 2002 a 2005.

Proposturas destacadas:

Lei 6409/1989 - Declara de proteção ambiental a região do Parque do Carmo.

Lei 9.142/1995 - Dispõe sobre o financiamento de programas habitacionais sociais para a população de baixa renda.

Lei 9.628/1997 - Institui o Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar.

Lei Complementar 791/1995 - Estabelece o Código de Saúde no Estado.

Lei 11.199/2002 - Proíbe a discriminação aos portadores do vírus HIV.



Nome de registro: Rômulo Fernandes

Nome parlamentar: Rômulo Fernandes

Nascimento: 08/02/1963

Naturalidade: Santa Fé do Sul (SP)

Profissão: Sociólogo

Legislatura: 2023-2027

RÔMULO FERNANDES

Rômulo Fernandes é sociólogo e político, deputado estadual de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Eleito em 2022, sua trajetória é marcada pela luta contra as desigualdades sociais e a defesa de políticas públicas inclusivas. Antes de chegar à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), Rômulo foi vereador por dois mandatos na cidade de Mauá e lá ocupou cargos estratégicos na gestão, como superintendente da Agência Reguladora de Serviços Públicos (Arsep) e secretário de Planejamento Urbano, Verde e Meio Ambiente.

Sua vocação política foi inspirada desde cedo por sua mãe, Celcina Fernandes, a primeira mulher eleita vereadora pelo PT em Mauá. A atuação de Rômulo reflete seu compromisso com os princípios históricos do partido e a busca por soluções concretas para desafios que afetam diretamente a população, como educação, saúde, segurança e habitação.

Entre suas primeiras iniciativas na Alesp estão o Projeto de Lei 532/2023, que autoriza contribuintes do ICMS a destinarem parte do imposto ao financiamento de projetos sociais, e o Projeto de Lei 533/2023, que institui o Programa Bolsa Ensino Médio, ampliando o acesso de jovens à educação e garantindo maior inclusão escolar.

Rômulo também liderou debates importantes na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre golpes com Pix e clonagem de cartões, evidenciando seu empenho em promover segurança digital e proteger os consumidores.

Sua atuação na Assembleia Legislativa expressa o compromisso com a construção de um Estado mais justo e solidário, propondo políticas públicas que garantam o bem-estar coletivo e combatam retrocessos.

Rômulo Fernandes é membro efetivo das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Turismo e suplente das comissões de Defesa dos Direitos do Consumidor, de Transporte e Comunicações, de Infraestrutura e de Assuntos Metropolitanos e Municipais. Foi também membro efetivo da CPI das Santas Casas.

Proposturas destacadas

Projeto de Lei 533/2023 - Institui o Programa Bolsa Ensino Médio.

Projeto de Lei 1356/2023 - Declara como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado o Parque Ecológico da Gruta Santa Luzia, em Mauá.

Projeto de Lei 319/2024 - Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Crédito Habitacional para Vítimas de Violência Doméstica no Estado.



Nome de registro: Rui Goethe da Costa Falcão

Nome parlamentar: Rui Falcão

Nascimento: 23/11/1943

Naturalidade: Pitangui (MG)

Profissão: Jornalista

Legislaturas: 1991-1995; 1995-

1999; 1999-2003; 2007-2011 e

2011-2015

RUI FALCÃO

Rui Falcão iniciou sua militância política no movimento estudantil. Em 1966, foi eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo. Junta-se à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares e é preso de 1970 a 1973.

Jornalista, trabalhou na Gazeta, Folha de S. Paulo, Notícias Populares, Jornal da Tarde e Diário do Comércio e Indústria, foi diretor de redação da Revista Exame (1977-1988), e diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (1983-1985).

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1982. Em 1990, foi eleito suplente de deputado estadual. Em 1992, assumiu o mandato parlamentar, em virtude do afastamento do deputado Pedro Dallari, nomeado secretário de Governo, na gestão da prefeita Luiza Erundina. Em janeiro de 1993, com a renúncia do deputado do PT Luiz Carlos Pedro, eleito prefeito de São Vicente, Rui Falcão toma posse efetivamente na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), onde cumpriu quatro mandatos parlamentares. Após o segundo mandato, disputou as eleições para a Câmara dos Deputados e foi eleito suplente (1998) e efetivado no cargo de deputado federal em 2000, mas licenciou-se para exercer o cargo de secretário de Governo da cidade

de São Paulo na administração da prefeita Marta Suplicy.

Rui Falcão ainda concorreu ao cargo de vice-prefeito na eleição municipal de 2004, e, em 2007, voltou à Alesp, reeleito também em 2010.

Rui Falcão liderou a bancada de deputados estaduais do PT por duas vezes (1995-1996 e 2009-2010), e, em 15 de março de 2011, foi eleito primeiro secretário da Mesa Diretora.

Entre 1989 e 1992, foi presidente do diretório municipal do PT em São Paulo e, em 1994, presidente do PT nacional, ano em que também foi coordenador da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República.

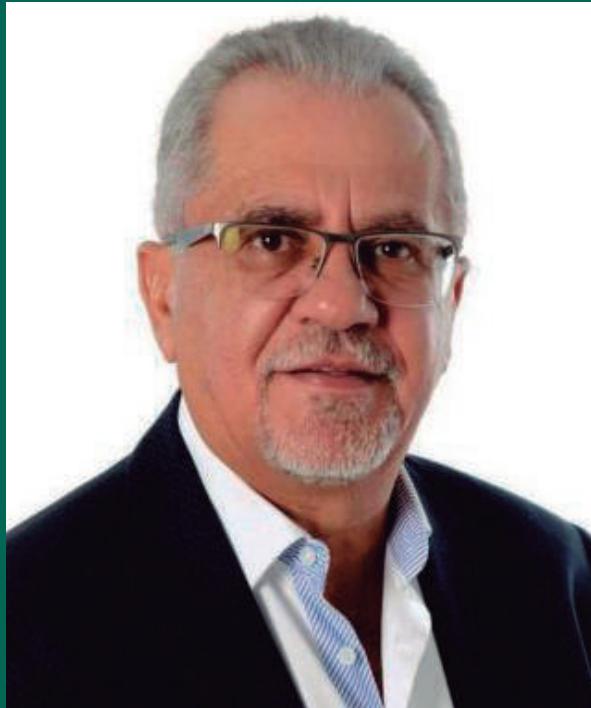
Em 2011, o partido o escolheu para substituir o presidente do PT afastado do cargo por motivos de saúde. Em 2013, foi eleito presidente nacional do PT, função que exerceu até junho de 2017.

Rui Falcão é deputado federal desde 2019, com mandato eletivo até 2026.

Proposturas destacadas:

Lei 15.449/2014 - Obriga hotéis, pensões, albergues e estabelecimentos afins a registrarem crianças e adolescentes, que se hospedarem em suas sedes.

Lei 15.659/2015 (Revogada) - Regulamenta o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito.



Nome de registro: Sebastião Alves de Almeida

Nome parlamentar: Sebastião Almeida

Nascimento: 20/01/1959

Naturalidade: Guapórema (PR)

Profissão: Metalúrgico

Legislaturas: 2003-2007 e 2007-2011

SEBASTIÃO ALMEIDA

Nascido no Paraná, Sebastião Almeida mudou-se para Guarulhos, no Estado de São Paulo em 1979. Trabalhou na indústria metalúrgica e foi servidor público na Câmara Municipal da cidade.

Iniciou sua trajetória política no início dos anos 1990, quando assumiu a presidência do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública Municipal de Guarulhos, que se encontrava sob intervenção. Em seguida, ajudou a fundar e foi o primeiro presidente da Federação Estadual dos Servidores Municipais (Fetam).

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1984. Em 2000, foi eleito vereador de Guarulhos, tendo se licenciado para assumir a direção do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae), no governo petista de Elói Pietá.

Nas eleições de 2002, foi eleito deputado estadual, com 73.864 votos. Reelegeu-se em 2006, cumprindo o mandato até dezembro de 2008, quando foi eleito prefeito de Guarulhos. Em 2012, foi reeleito para o cargo.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), Almeida presidiu a Comissão de Fiscalização e Controle, em 2004, e a Comissão de Defesa do Meio Ambiente, em 2005.

Pelos trabalhos, estudos e investigações em defesa do meio ambiente e da população paulista, desenvolvidos à frente

da Comissão de Meio Ambiente – entre eles a investigação da venda irregular de lotes no Parque Estadual de Ilhabela, no Litoral Norte –, Almeida recebeu, em 2006, o prêmio Destaque Nacional em Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável pelo Instituto Ambiental Biosfera e pelo Instituto Brasileiro de Estudos Especializados

Ainda em 2005, apoiou a realização do Fórum de Mineração no Estado de São Paulo: economia e meio ambiente, iniciativa da liderança do PT na Alesp e do governo federal, que contou com a participação da então ministra das Minas e Energias, Dilma Rousseff.

Em 2017, deixou o PT, filiando-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, posteriormente, ao Solidariedade.

Proposturas destacadas:

Lei 11.754/2004 - Proíbe a industrialização e a comercialização de produtos e artefatos provenientes, direta ou indiretamente, da extração do xaxim “Dicksonia sellowiana”, no Estado de São Paulo.

Resolução Alesp 849/2006 - Dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar de Apoio à Agenda 21 no Estado de São Paulo.

Lei 12.147/2005 - Dispõe sobre a isenção, ao doador de sangue, do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e adota outras providências.



Nome de registro: Sebastião Moreira Arcanjo
Nome parlamentar: Sebastião Arcanjo (Tiãozinho)
Nascimento: 14/03/1964
Naturalidade: Campinas (SP)
Profissão: Eletricista
Legislatura: 2003-2007

SEBASTIÃO ARCANJO

Sebastião Arcanjo, o Tiãozinho, iniciou sua militância política em 1986, levado pela militância no movimento negro e pela organização dos trabalhadores, na oposição sindical dos eletricitários de Campinas.

Em 1989, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), tendo sido presidente, secretário de Formação e de Movimentos Populares do diretório municipal do partido em Campinas.

Em 1996, elegeu-se vereador, sendo reeleito no ano 2000. Foi líder do governo do prefeito Toninho do PT e autor da lei que instituiu o 20 de novembro como feriado pelo Dia da Consciência Negra, em Campinas.

Em 2002, candidatou-se ao cargo de deputado estadual, sendo eleito com 57.174 votos.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), foi duas vezes presidente da Comissão de Serviços e Obras, de 2003 a 2004 e no período de junho de 2006 a maio de 2007. Coordenou a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, discutindo a implementação de cotas raciais e destinadas a estudantes oriundos da escola pública na Universidade de São Paulo (USP).

Sebastião Arcanjo tentou a reeleição nas eleições de 2006 e 2010, mas ficou na suplência da bancada.

No Executivo, foi secretário municipal de Trabalho e Renda e de Serviços Públicos, em Campinas.

Tiãozinho foi um dos homenageados na monografia Os Negros na Assembleia, de 2005, apresentada por Celso Fontana, no curso de especialização em Governo e Poder Legislativo, realizado pelo Instituto do Legislativo Paulista e a Universidade Estadual Paulista (Unesp).

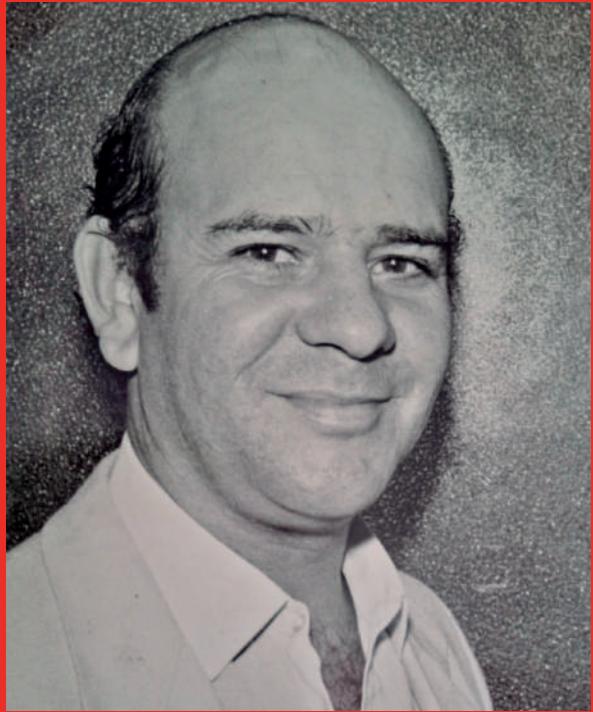
Foi também presidente da Associação Atlética Ponte Preta, de Campinas, defendendo que o futebol precisa contribuir com a luta antirracista.

Proposturas destacadas:

Lei 11.875/2005 - Institui a Política de Prevenção à Violência Contra Educadores da Rede de Ensino do Estado de São Paulo.

Lei 11.549/2003 - Institui a Semana de Solidariedade aos Povos Africanos, e dá outras providências.

Lei 12.328/2006 - Inclui no Calendário Turístico do Estado a Festa de Iemanjá que se realiza, anualmente, nos dois primeiros finais de semana do mês de dezembro, em Praia Grande.



Nome de registro: Luiz Sérgio Claudino dos Santos
Nome parlamentar: Sérgio Santos
Nascimento: 12/02/1948
Falecimento: 27/12/1996
Naturalidade: Ourinhos (SP)
Profissão: Cientista social
Legislaturas: 1979-1983 e 1983-1987

SÉRGIO SANTOS

Sérgio Santos iniciou sua militância política em 1968 participando das atividades do grêmio estudantil da Escola Prof. Jácomo Stávale. Nos anos 1970, integrou o movimento de jovens do bairro da Freguesia do Ó. Posteriormente, fundou o Centro de Orientação Operária para Jovens (Coopera), com sede na Paróquia Santa Cruz de Itaberaba.

Santos formou-se em ciências sociais pela Universidade de São Paulo, no ano de 1975. Foi diretor e conselheiro da Frente Nacional do Trabalho entre 1973 e 1978 e coordenador do diretório distrital do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nos anos de 1976 a 1978.

Participou ativamente da luta contra a ditadura militar, na organização de grupos contra a carestia, como o Movimento do Custo de Vida e das históricas greves dos operários do ABC. Foi eleito deputado estadual, em 1978, pelo MDB, e migrou para o PT em 1980.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) foi membro da Comissão de Assuntos Fundiários, fazendo a articulação com o movimento dos sem-terra do Pontal do Paranapanema. Sua atuação foi decisiva para o assentamento de cerca de 500 famílias na Fazenda Itaberaba. Santos foi o principal articulador da instauração da Comissão Especial de Inquérito

da Freguesia do Ó, para investigar as célebres agressões aos moradores daquele distrito da capital, por um grupo paramilitar organizado no governo Paulo Maluf, em 1980.

Participou ativamente das tratativas para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), legenda pela qual se reelegeu, em 1983. Nessa legislatura, foi segundo secretário da Mesa Diretora da Alesp e presidente da Comissão de Direitos Humanos. Em 1990 colaborou com a Central Mundial dos Trabalhadores (CMT) e desenvolveu importantes atividades junto a Central Latina dos Trabalhadores (Clat).

No período de 1990 a 1993, assessorou o escritor Fernando Morais na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Nos anos de 1995 e 1996 foi assessor do presidente da Companhia de Desenvolvimentos Habitacional e Urbanismo, comandando a implantação do Programa Paulista de Mutirão e Autogestão.

Com apenas 48 anos de idade, no dia 27 de dezembro de 1996, faleceu em Campina do Monte Alegre, São Paulo.

Proposituras destacadas:

Lei 5.702/1987 (Revogada) - Concede ao cidadão o direito de acesso às informações nominais sobre sua pessoa.
Lei 4.520/1985 - Institui o “Mês da Mostra Internacional de Cinema”, a realizar-se, em São Paulo, anualmente, no mês de outubro.



Nome de registro: Simão Pedro Chiovetti
Nome parlamentar: Simão Pedro
Nascimento: 05/05/1964
Naturalidade: Tapira (PR)
Profissão: Professor
Legislaturas: 2003-2007; 2007-2011; 2011-2015 e 2023-2027

SIMÃO PEDRO

Simão Pedro é professor universitário, com graduação em filosofia e mestre em sociologia política, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Nascido no Paraná, iniciou sua militância política na zona leste da capital de São Paulo, onde reside desde o início dos anos 1970, atuando junto às Comunidades Eclesiais de Base, pastorais da Igreja Católica e no movimento pela reforma urbana, na Cohab Itaquera I. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1983.

No governo da prefeita Luiza Erundina, trabalhou na então Secretaria de Bem-Estar Social. Foi secretário de Serviços, responsável pela gestão de resíduos urbanos, iluminação pública, serviço funerário e a conectividade digital, no governo do prefeito Fernando Haddad, sendo destaque de sua gestão o avanço na coleta seletiva e na reciclagem, com implantação de novas tecnologias como as centrais mecanizadas e com a criação do Programa Socioambiental dos Catadores, que criou o Fundo da Reciclagem e o Conselho Gestor. Foi pioneiro na implantação da iluminação por Led na capital e praças Wi-Fi principalmente nas periferias.

No parlamento, elegeu-se deputado estadual pela primeira vez em 2002, reelegendo-se em 2006 e em 2010. Nas eleições de 2022, recebe 59.785 votos, e

é reconduzido à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

Como deputado, presidiu a Comissão de Serviços e Obras Públicas (2005) e a Comissão de Educação (2008). Foi escolhido líder da bancada do PT em 2007, período em que denunciou atos de corrupção no Metrô de São Paulo e na CPTM.

É autor de leis como a ampliação do polo industrial de Itaquera, de regularização de áreas públicas para moradia e as que criam as políticas estaduais de segurança alimentar, combate à obesidade e de fomento à economia solidária. É o autor, ainda, do projeto que obriga o governo do Estado a incentivar as agriculturas agroecológica e orgânica com assistência técnica e extensão rural pública, pesquisa científica e tecnológica, capacitação, pagamento por serviços ambientais.

Como dirigente partidário, conduziu a Secretaria Agrária e a Secretaria de Movimentos Populares e Relações Setoriais do PT, em São Paulo.

Proposturas destacadas:

Projeto de Lei 651/2024 - Proíbe a publicidade de bets no Estado de São Paulo.
Lei 14.651/2011 - Cria o Programa estadual de fomento à economia popular solidária no Estado de São Paulo – Pefes.
Lei 13.559/2009 - Estabelece exigências para a utilização de alojamento ou moradia por trabalhadores rurais.



Nome de registro: Telma Sandra Augusto de Souza

Nome parlamentar: Telma de Souza

Nascimento: 29/09/1944

Naturalidade: Santos (SP)

Profissão: Pedagoga e advogada

Legislaturas: 1987-1991 e 2011-

2015

TELMA DE SOUZA

Telma de Souza é pós-graduada em psicologia da educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), com extensão universitária na Inglaterra e estágio na Alemanha. Concluiu mestrado em saúde pública e é professora de políticas públicas em Santos.

Uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciou sua trajetória política na luta pela redemocratização do país e no movimento dos professores na Baixada Santista, no Sindicato dos Professores do Ensino Oficial, do Estado de São Paulo (Apeoesp).

Foi eleita vereadora na Câmara Municipal de Santos, pela primeira vez, em 1982. Disputou as eleições de 1986 e foi eleita deputada estadual. Seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) é interrompido em 1989, quando toma posse como prefeita de Santos, cargo para o qual foi eleita em outubro de 1988.

Na prefeitura de Santos, Telma de Souza implantou o pioneiro Centro de Referência em Aids, fazendo com que a cidade fosse a primeira, no Brasil, a oferecer tratamento a pacientes HIV positivo e organizar um programa municipal para acompanhamento de casos. Realizou uma gestão igualmente importante na área do transporte, enfrentando as empresas de ônibus da região, e na área da educação.

Em 2006, candidatou-se à Câmara dos Deputados, assumindo suplênciam da bancada do PT. Em 2008, concorreu a uma vaga na Câmara Municipal de Santos, tornando-se a vereadora mais bem votada na história da cidade. Em 2010, voltou à Alesp.

No novo mandato, defendeu a autonomia das regiões metropolitanas e criou, no âmbito do legislativo, a Procuradoria Especial da Mulher, com o objetivo de zelar pela participação mais efetiva das deputadas nos órgãos e nas atividades do parlamento e atuar na promoção da igualdade de gênero.

Telma de Souza fortaleceu o debate sobre os problemas do litoral paulista frente ao governo do Estado, coordenando frentes pró-mobilidade urbana da Baixada Santista e em defesa de Santos como subsede da Copa do Mundo de 2014. Ocupou a quarta secretaria da Mesa Diretora da Alesp e presidiu a Comissão de Saúde entre março de 2013 e março de 2015. Venceu mais duas eleições proporcionais em Santos, sendo eleita vereadora novamente em 2016 e 2020.

Proposturas destacadas:

Lei 14.981/2013 - Institui o dia 12 de maio como o Dia Mês de Maio, em memória das mães vítimas de ação da Polícia Militar em São Paulo, sobretudo na Baixada Santista.

Resolução Alesp 880/2012 - Cria a Procuradoria Especial da Mulher da Alesp.



Nome de registro: Teonilio Monteiro da Costa

Nome parlamentar: Teonilio Barba

Nascimento: 08/07/1958

Naturalidade: Água Boa (MG)

Profissão: Metalúrgico e moveleiro

Legislaturas: 2015-2019; 2019-2023 e 2023-2027

TEONILIO BARBA

Teonilio Monteiro da Costa, conhecido como Barba, é deputado estadual, sindicalista e defensor da classe trabalhadora. Nascido em Água Boa, Minas Gerais, mudou-se para São Bernardo do Campo, no ABC paulista, onde construiu sua trajetória pessoal e política. Iniciou a vida profissional ainda criança, como lavador de carros no pátio da Chrysler e catador de recicláveis em frente à Volkswagen, onde começou sua carreira como metalúrgico em 1985. Antes, trabalhou na indústria moveleira.

Em 1990, transferiu-se para a Autolatina – fusão entre Volks e Ford, onde atuou por 25 anos. Foi eleito representante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), integrou a comissão de fábrica e o Comitê Sindical de Empresa. Foi diretor-executivo, administrativo e financeiro do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Como representante dos trabalhadores na Ford, coordenou negociações que trouxeram a plataforma global para a planta no ABC, garantindo sua permanência na região até 2019.

Barba estudou economia na Universidade Metodista, integrou a bancada de negociação da Federação Estadual dos Metalúrgicos e fundou a Central de Cooperativas e de Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil), onde foi diretor-executivo.

Em 2014, foi eleito deputado estadual

pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sendo reeleito em 2018 e em 2022. Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), presidiu a Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho, destacou-se na defesa do desenvolvimento econômico, fortalecimento da indústria, geração de emprego, renda e qualificação profissional, ampliando oportunidades e promovendo equidade social.

Barba também atua na construção de políticas públicas em saúde, educação, segurança, transporte, habitação e pautas antirracistas, incluindo a lei que tornou o Dia da Consciência Negra feriado estadual em 2023.

Foi líder da bancada do PT em duas gestões consecutivas (de 2019 a 2021). Assumiu o cargo de primeiro secretário da Alesp, compondo a Mesa Diretora, responsável pelas atividades administrativas e negociações com o sindicato dos trabalhadores do parlamento.

Propositorias destacadas:

Lei 17.746/2023 - Determina que o Dia Estadual da Consciência Negra, 20 de novembro, seja feriado estadual.

Lei 17.645/2023 - Institui a Política Estadual de Trabalho com Apoio para Pessoas com Deficiência.

Lei 18.023/2024 - Isenta de taxas a emissão de segunda via de documentos danificados por catástrofes naturais.



Nome de registro: Thainara Karoline Faria

Nome parlamentar: Thainara Faria

Nascimento: 07/12/1994

Naturalidade: Araraquara (SP)

Profissão: Advogada

Legislatura: 2023-2027

THAINARA FARIA

Thainara Faria é advogada beneficiária do Programa Universidade para Todos (Prouni) e tem pós-graduação em Direito Constitucional, com extensão em economia e em Direito Municipal e Urbanístico. Sua trajetória foi marcada pelas políticas sociais dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 2000, com sua família beneficiária dos programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida. Na esfera municipal, frequentava oficinas culturais e morou em diversos bairros da periferia. Trabalhou como ambulante, vendedora de roupas e doces, até se filiar ao PT aos 18 anos e fazer parte da assessoria do deputado federal Carlos Zarattini.

Após atuar como cabo eleitoral, Thainara candidatou-se e foi eleita vereadora em Araraquara aos 20 anos, tornando-se a primeira e única mulher negra a ocupar uma cadeira de vereadora no município. Foi presidente da Procuradoria Especial da Mulher e da Escola do Legislativo, duas vezes membro da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, e vice-presidenta da Câmara Municipal. Reeleita com a maior votação da cidade, foi eleita deputada estadual em 2022.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), Thainara é vice-líder da bancada da Minoria e membro das

comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos. Na primeira, defende o meio ambiente e o combate aos desastres que afetam as populações vulneráveis. Na segunda, prioriza a descentralização dos recursos, geração de emprego e renda, cooperativismo e combate à fome.

Representando o interior do Estado, tem como pauta o fortalecimento dos pequenos e médios municípios, atuando como interlocutora de suas demandas junto aos governos estadual e federal. Presidiu três frentes parlamentares ligadas aos direitos das mulheres, crianças e adolescentes, e estudantes.

Seu mandato busca garantir direitos sociais com equidade, combatendo o racismo e fortalecendo os direitos das pessoas em situação de rua, da população LGBTQIA+ e demais grupos vulneráveis no estado de São Paulo.

Proposturas destacadas

Lei 18.013/2024 - Obriga instituições de ensino técnico e superior a tomarem medidas de prevenção em casos de violência envolvendo estudantes.

Projeto de Lei 1360/2023 - Obriga instituições de ensino a permitirem o acesso e permanência de pais, mães e responsáveis acompanhados de crianças.

Projeto de Lei 745/2024 - Autoriza a criação do Fundo de Promoção dos Direitos da Comunidade Negra do Estado de São Paulo.



Nome de registro: Vanderlei Siraque

Nome parlamentar: Vanderlei Siraque

Nascimento: 15/02/1960

Naturalidade: Santa Cruz do Rio Pardo (SP)

Profissão: Advogado

Legislaturas: 1999-2003; 2003-2007 e 2007-2011

VANDERLEI SIRAQUE

Vanderlei Siraque é advogado com uma carreira marcada pela atuação em direitos humanos, segurança pública e políticas para o desenvolvimento industrial. Nasceu em Santa Cruz do Rio Pardo, em 1960. Advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, mestre em direito constitucional e doutor pela PUC-SP, foi vereador de Santo André de 1989 a 1998, deputado estadual, entre 1999 e 2011; e deputado federal por São Paulo, de 2011 a 2015. Disputou o cargo de prefeito do município de Santo André em 2008.

Vanderlei Siraque foi presidente da Câmara Municipal de Santo André (1997-1999). Na Câmara Federal, foi presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico, debatendo políticas públicas para o petróleo do pré-sal.

Além da atuação parlamentar, Vanderlei Siraque é conhecido por seus estudos e propostas na área de segurança pública. Siraque desenvolveu estudos acadêmicos sobre segurança pública e coordenou o programa do Partido dos Trabalhadores (PT) para o Estado de São Paulo neste tema. Pelo Instituto Cidadania, participou da elaboração de um projeto de segurança pública para o Brasil.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), Siraque presidiu a Comissão de Direitos Humanos, integrou a Comissão de Segurança Pública e foi vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Foi líder da Minoria, em 2010.

Em 2008, Siraque disputou o cargo de prefeito de Santo André, mas não foi eleito.

Sua trajetória política é marcada pelo compromisso com temas de interesse público e desenvolvimento econômico, especialmente nas áreas de segurança, defesa do consumidor e regulamentação de setores industriais.

Proposturas destacadas:

Lei nº 12.636/2007 - Trata da proibição da venda de fardas e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios das polícias federal, civil e militar e das Forças Armadas, em estabelecimentos comerciais do Estado.

Lei nº 14.364/2011 (revogada) - trata da proteção e segurança dos consumidores nas agências e postos bancários.

Lei 10.931/2001 - Obriga motéis e estabelecimentos similares a fornecerem, gratuitamente, no mínimo um preservativo masculino ou feminino aos frequentadores.

Lei 10.522/2000 - Institui Programa de Desenvolvimento de Atividades de Pesquisa Discente sobre Temas Incorporados ao Projeto Pedagógico das Unidades Escolares de Ensino Médio.



Nome de registro: Vicente Cândido da Silva

Nome parlamentar: Vicente Cândido

Nascimento: 17/11/1959

Naturalidade: Caratinga (MG)

Profissão: Advogado

Legislaturas: 2003-2007 e 2007-2011.

VICENTE CÂNDIDO

Vivendo na cidade de São Paulo desde 1970, Vicente Cândido é graduado em administração e em direito, pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (2002-2006), e pós-graduado em direito empresarial, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009-2010). Iniciou sua militância política nas Comunidades Eclesiais de Base, no final da década de 1970.

Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde a sua fundação, foi administrador regional do Campo Limpo, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1993). Em 1996, elegeu-se vereador e, no ano seguinte, assumiu a presidência do PT na capital, permanecendo no cargo partidário até 1999.

Foi reeleito vereador em 2000 e, em 2002, foi candidato a deputado estadual, elegendo-se com 86.901 votos. Reeleito em 2006 para mais um mandato na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), presidiu a Comissão de Administração Pública, em 2007, e a Comissão de Esporte e Turismo, em 2009.

Vicente Cândido foi líder da Minoria, em 2009; presidente da Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial e um dos coordenadores da Frente Parlamentar em Defesa da Micro e Pequena Empresa.

Esporte, cultura, desenvolvimento e juventude são setores de grande relevância

em sua trajetória. Na Câmara Municipal de São Paulo, conquistou a aprovação do Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo.

Na Assembleia, apresentou a proposta de criação do Estatuto Estadual da Igualdade Racial, determinando a realização da Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial e de ações para redução do risco de doenças que têm maior incidência entre a comunidade afrodescendente, como a anemia falciforme. Trata, ainda, do direito à cultura, à educação, ao esporte e ao lazer.

Vicente Cândido exerceu dois mandatos consecutivos de deputado federal, pelo PT, de 2011 a 2019.

Em outubro de 2024, Vicente Cândido recebeu o Colar de Honra ao Mérito Legislativo na Alesp. "Vicente tem um trabalho enorme na área da cultura, do esporte e na luta pelas minorias, defendendo a periferia e as pessoas que precisam de políticas públicas", destacou o deputado Reis (PT), que propôs a homenagem.

Proposituras destacadas:

Resolução da Alesp 848/2006 - Cria o Prêmio Assembleia Legislativa de Arte e Cultura.

Lei 11.598/2003 - Estabelece disposições relativas às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.



Nome de registro: Wagner Lino Alves
Nome parlamentar: Wagner Lino
Nascimento: 19/03/1947
Falecimento: 02/07/2018
Naturalidade: Santos (SP)
Profissão: Metalúrgico
Legislaturas: 1987-1991; 1991-1995; 1995-1999 e 1999-2003

WAGNER LINO

Wagner Lino iniciou a militância em 1967 no movimento estudantil de Santos, combatendo a ditadura militar. Foi membro do Partido Comunista Brasil (PCB) e, diante da repressão, viveu na clandestinidade. Transferiu-se para o ABC paulista para trabalhar como metalúrgico, envolvendo-se nas lutas da categoria.

Atuou no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e nas comissões de fábrica da região. Integrou o comando que liderou a greve quando Lula e outros diretores do sindicato foram presos, em 1980, e que mobilizou 140 mil trabalhadores. Ele foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e, em 1982, foi eleito vereador em São Bernardo, reeleito em 1988 e em 1992.

Em 1994, foi eleito deputado estadual. Na eleição seguinte, ficou na suplência da bancada do PT e assumiu o mandato em janeiro de 2001, quando o deputado José de Filippi renunciou para assumir o cargo de prefeito de Diadema.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), presidiu a Comissão de Defesa do Meio Ambiente, em 2002; foi membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou irregularidades e crimes praticados no sistema prisional do Estado de São Paulo; e propôs a constituição de

CPI para investigar o gerenciamento das águas contaminadas no Estado.

Em 2004, voltou à Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, obtendo mais um mandato em 2008. Na gestão do prefeito Luiz Marinho (PT), foi subprefeito de Riacho Grande, em São Bernardo.

Formou-se na Faculdade de Direito de São Bernardo; graduou-se em gestão pública pela Universidade Metodista de São Paulo; fez pós-graduação em gestão ambiental e políticas públicas na Fundação Santo André.

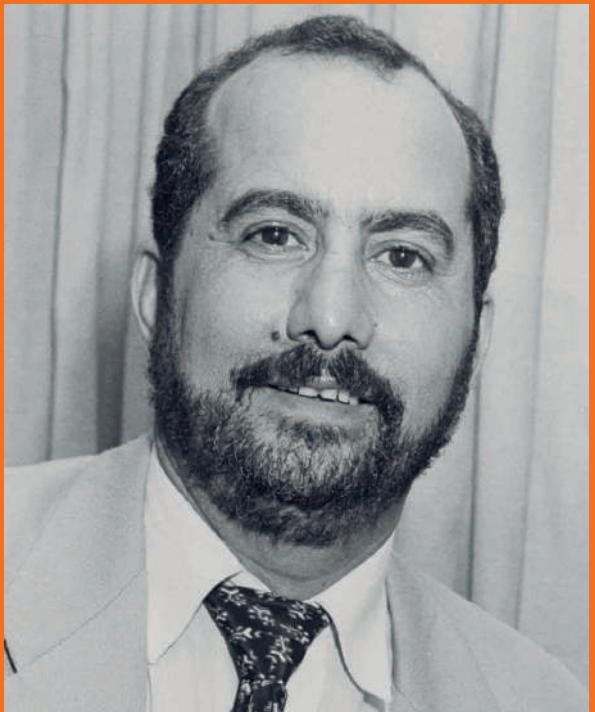
Wagner Lino faleceu em 2018, em consequência de um câncer nos rins. Entre as manifestações de pesar pela sua morte, o historiador Valter Pomar escreveu que “a literatura de esquerda tem seus personagens típicos: o trabalhador consciente, o operário comunista, o militante revolucionário, o intelectual orgânico da classe. Na vida real, infelizmente, nem sempre esses personagens comparecem na frequência e no número necessário. Mas eles existem e Wagner Lino é a prova disto”.

Proposituras destacadas:

Lei 12.891/2008 - Institui o “Dia Estadual de Defesa das Políticas Públicas com Participação Popular”.

Lei 11.245/2002 - Institui o Programa de Combate à Violência Contra a Mulher e dá outras providências.

Lei 10.309/1999 - Dispõe sobre cessão de prédios escolares para uso da comunidade.



Nome de registro: José Prado de Andrade

Nome parlamentar: José Zico Prado

Nascimento: 01/06/1946

Naturalidade: Macaúbal (SP)

Profissão: Ferramenteiro

Legislaturas: 1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011; 2011-2015 e 2015-2019

ZICO PRADO

José Zico Prado foi trabalhador rural, metalúrgico, liderança popular e deputado estadual. Sua trajetória política começou em 1968, no Sindicato Rural de Santa Fé do Sul, no interior de São Paulo.

Na luta por melhores condições de vida para os trabalhadores rurais, foi ameaçado por grileiros da região noroeste do Estado e veio com a família para a capital, na zona Leste, bairro de São Mateus.

Empregou-se numa metalúrgica e formou-se técnico ferramenteiro pelo Senai. A partir da vivência nas comunidades eclesiais de bases, desenvolveu trabalhos de organização popular em São Mateus, como grupos de compras comunitárias e o movimento contra a carestia, integrando-se à Pastoral Operária e à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

Militante da Ação Popular (AP) e perseguido pela ditadura militar, em novembro de 1971, Zico foi conduzido, junto com dois de seus irmãos, ao Departamento de Ordem Político e Social (Dops) e torturado por 28 dias.

Com a redemocratização, Zico participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e concorreu às eleições para deputado estadual em 1990. A notícia de que tinha sido eleito pela primeira vez, com 13.941 votos, Zico recebeu dentro da fábrica, enquanto trabalhava.

Reeleito nas eleições seguintes, cumpriu sete mandatos na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Foi líder da bancada em dois momentos (2000-2001 e 2016-2017), líder da Minoria, presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária e vice-presidente da Comissão de Transportes e Comunicações. Também foi membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou práticas de cartelização na indústria da citricultura no Estado.

Na defesa dos direitos dos trabalhadores do campo e da cidade, Zico aprovou leis importantes, beneficiando diversos setores, entre eles os agricultores familiares, professores, trabalhadores de indústrias químicas e população em geral.

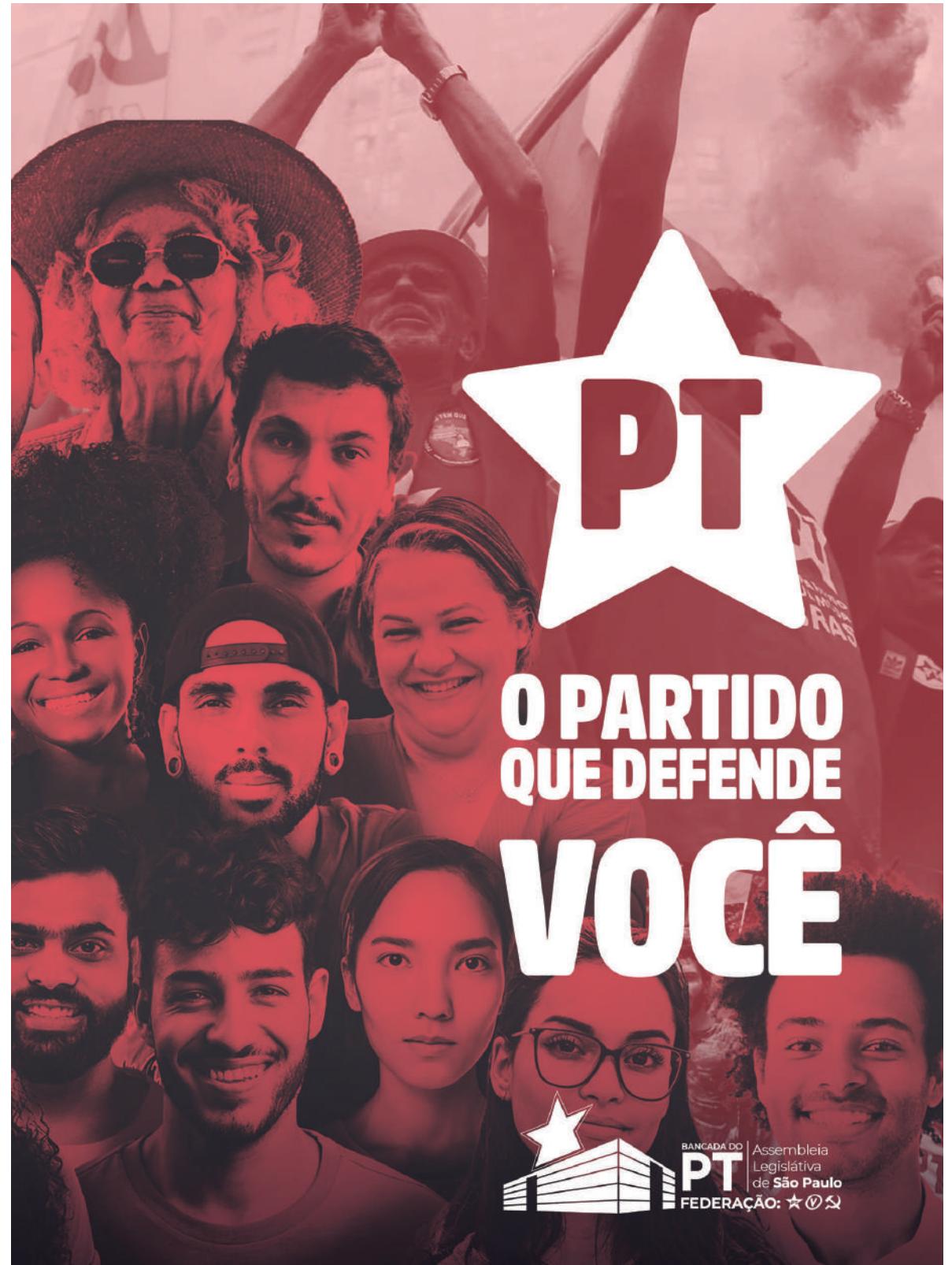
Proposituras destacadas:

Lei 16.872/2018 - Denomina “Patriarca-Vila Ré” a Estação Patriarca da Linha 3 - Vermelha do Metrô.

Lei 16.664/2018 - Altera a Lei nº 7.126, de 30 de abril de 1991, que institui o Dia do Artesão.

Lei 10.858/2001 - Institui a meia-entrada para professores da rede pública estadual de ensino em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento.

Lei 10.507/2000 (Revogada) - Estabelece normas para a elaboração, sob a forma artesanal, de produtos comestíveis de origem animal e sua comercialização no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.



Agradecimentos

Se, por certo, as quatro décadas de história do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) não poderiam ser escritas sem os deputados e as deputadas que, ao longo dos últimos 45 anos, fizeram a nossa estrela brilhar alto do púlpito do maior parlamento da América Latina, tampouco seria possível resgatar tantas lutas e ações coletivas desenvolvidas ao longo deste tempo sem a participação da assessoria da liderança do PT.

São muitos companheiros e companheiras, militantes de primeira hora, que estiveram e estão conosco nesta trincheira de luta, desde 1980 até hoje, atuando na assessoria de plenário, assessoria jurídica, assessorias temáticas, assessoria de orçamento, assessoria de comunicação, assessoria administrativa e chefia de gabinete. Muito obrigado.

Nosso agradecimento também às direções partidárias municipais, estadual e nacional, pela atuação em parceira com a bancada, em defesa das bandeiras do PT e do povo paulista.

Esse agradecimento estendemos também às representações zonais, municipais e de macrorregiões do PT, que aproximam o trabalho desenvolvido no parlamento de cada cidadão e cidadã deste Estado.

Por fim, agradecemos a todas as representações sociais, sindicais, estudantis, de trabalhadores e servidores estaduais, que cerram fileiras com a bancada do PT nos embates cotidianos pela garantia e preservação de direitos.

Este livro também é dedicado a cada um e a cada uma de vocês.

Viva a luta, porque ela é coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESP, Portal de Notícias da Assembleia Legislativa de São Paulo. Consultas Diversas. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ALMEIDA, Jorge, VIEIRA, Maria Alice, CANCELLI, Vitória. Partido dos Trabalhadores : Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

ANT, Clara. Quatro décadas com Lula: o poder de andar junto. São Paulo. Autêntica, 2022.

AUGUSTI, Waldir Aparecido. Dom Angélico Sândalo Bernardino – Bispo Poeta dos Pobres e da Justiça. São Paulo. Academ Editora, 2012.

BRASIL, Focus. 10 anos das Jornadas. Portal Fundação Perseu Abramo, em junho de 2023, edição 99. Disponível em https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Focus_08Jun2023-1.pdf. Acesso em: 19 dez. 2024.

CALIMAN, Auro Augusto (Coordenador). Legislativo Paulista: Parlamentares (1835-2011). São Paulo, Assembleia Legislativa, 2011.

COMPARATO Fábio Konder. Muda Brasil: uma Constituição para o desenvolvimento

democrático. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1905125/mod_resource/content/0/24.8%20fabio-comparato-liv-muda-brasil.pdf. Acesso em: 19 dez. 2024.

COSTA Caio, Túlio. Cale-se - A Saga De Vannucchi Leme - A Usp Como Aldeia Gaulesa - O Show Proibido De Gilberto Gil. São Paulo. A Girafa Editora, 2003.

DEPUTADOS ESTADUAIS PT/SP. Propostas, Resistência, Fiscalização, Críticas. Publicação da Liderança do Partidos dos Trabalhadores da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2000.

DIRCEU, José. Memórias. Vol. I. São Paulo. Geração Editorial, 2018.

Emenda Constitucional 21/ 2006, Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/130354>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FIGUEIREDO, Carolina. Com Tarcísio e Derrite, mortes por PMs aumentaram 98% em SP. CNN Brasil, 04 dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-tarcisio-e-derrite-mortes-por-pms-aumentaram-98-em-sp/>. Acesso em: 24 dez. 2024.

FRENCH, John D. Lula e a Política da Astúcia de Metalúrgico à Presidente

do Brasil. São Paulo. Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2022.

GADOTTI, Moacir. Pra que PT: Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo. Cortez, 1989.

GOUVEIA Roberto. Saúde pública, suprema lei: a nova legislação para a conquista da saúde. São Paulo. Mandacaru, 2000.

GUINOSSI. Viviane Belizario de Freitas. Conflito, resistência e solidariedade na história da educação pública paulista: um estudo sobre a ocupação da Alesp pelos professores durante a greve de 1993. Mestrado. São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2019. Disponível em https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/23950_arquivo.pdf. Acesso em: 22 dez. 2024.

Luiz Azevedo. Sindicalismo sob ataque: unidade e democracia na organização dos trabalhadores. Editora Insular, 2019. <https://insular.com.br/produto/sindicalismo-sob-ataque/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MATTEO, Miguel (org.). São Paulo 2000-2013. Estudos Estados Brasileiro. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

MELLO, Daniel. São Paulo tem recorde de feminicídios em 2023. Agência Brasil, 30 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/sao-paulo-tem-recorde-de-feminicidios-em-2023>. Acesso em: 24 dez. 2024.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Arquivo Nacional. Memórias Reveladas. Direitos Humanos Vítimas de tortura na ditadura pedem memória e providências. Vítimas de tortura na ditadura pedem memória e providências. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/vitimas-de-tortura-na-ditadura-pedem-memoria-e-providencias>. Acesso em: 21 dez. 2024.

PEDRINI, Dalila Maria. Et al. Fé e Política- A luta das Comunidades Eclesiais de Base Fé e Política - as Lutas das Comunidades Eclesiais de Base. São Paulo. Gráfica Mundial, 2021.

PERMANENTE, Assembleia. Portal de Notícias da Liderança do PT. Consultas diversas. Disponível em <https://pt-assembleia-sp.org/assembleia-permanente/> Acesso em: 21 dez. 2024.

REDAÇÃO, G1 São Paulo. PM retira estudantes à força em votação de relatório final da CPI da Merenda.

Portal G1 em 13/12/2016. Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/pm-retira-estudantes-a-forca-em-votacao-de-relatorio-final-da-cpi-da-merenda.ghtml>. Acesso em: 21 dez. 2024.

REGIMENTO INTERNO DA ALESP. Resolução Alesp nº 576/1970 (Última atualização: Resolução 939/ 2023). Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/25228_arquivo.pdf. Acesso em: 21 dez. 2024.

SANTOS, Jordana de Souza. Atuação das Tendências Políticas no Movimento Estudantil na Universidade de São Paulo (USP) no Contexto da Ditadura Militar dos Anos 70. 227 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp - Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Marília, 2010.

SÃO PAULO, Constituição (1988). coord. Divisão de Pesquisa e Atualização de Atos Normativos. Departamento Parlamentar. Secretaria Geral Parlamentar. São Paulo. Assembleia Legislativa, 2024. PDF Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/24708_arquivo_1.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

SEADE, Fundação. Resultados Eleitorais. Consultas Diversas. Disponível em http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=ele_sel. Acesso em: 20 dez. 2024.

SECCO, Lincoln. História do PT 1978-2010. Cotia. Ateliê Editorial. 2011.

SILVA , Luiz Inácio Lula da. Discurso deputado (PT-SP). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituinte-1987-1988/pdf/Luiz%20Inacio%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2024.

SIQUEIRA. Leandro Rodrigues. Fiscalização e Controle na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. 112 f. – Dissertação De Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara. Unesp - Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Araraquara, 2009.



Março de 2025

